



Fernanda Maria Reis de Sousa

Da colecção ao território: novas leituras do património musealizável do concelho de Porto de Mós

Dissertação de Mestrado em Património Cultural e Museologia: Museologia, orientada pelo Doutor João Paulo Avelãs Nunes e co-orientada pelo Doutor José Manuel Brandão, apresentada ao Departamento de História, Estudos Europeus, Arqueologia e Arte da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

2018



UNIVERSIDADE DE COIMBRA

Faculdade de Letras

**DA COLECÇÃO AO TERRITÓRIO:
NOVAS LEITURAS DO PATRIMÓNIO
MUSEALIZÁVEL DO CONCELHO DE
PORTO DE MÓS**

Ficha Técnica:

Tipo de trabalho	Dissertação de Mestrado
Título	DA COLECÇÃO AO TERRITÓRIO: NOVAS LEITURAS DO PATRIMÓNIO MUSEALIZÁVEL DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS
Autor/a	Fernanda Maria Reis de Sousa
Orientador/a	João Paulo Avelãs Nunes
Coorientador/a	José Manuel Brandão
Júri	Presidente: Doutor Francisco Paulo de Sá Campos Gil Vogais: 1. Doutor Pedro Jorge Cardoso Carvalho 2. Doutor João Paulo Avelãs Nunes
Identificação do Curso	2º Ciclo em Património Cultural e Museologia
Área científica	Museologia
Especialidade/Ramo	Museologia
Data da defesa	06-11-2018
Classificação	19 valores
Imagem de capa	Torre de arrefecimento da Central termoeléctrica de Porto de Mós AHMPM, 2015



*Não basta abrir a janela
Para ver os campos e os rios.
Não é bastante não ser cego
Para ver as árvores e as flores.
É preciso também não ter filosofia nenhuma.
Com filosofia não há árvores: há ideias apenas.
Há só cada um de nós, como uma cave.
Há só uma janela fechada, e todo o mundo lá fora;
E um sonho do que se poderia ver se a janela se abrisse,
Que nunca é o que se vê quando se abre a janela.*

“Poemas Inconjuntos” (1913 – 1915) de Alberto Caeiro, *in* Poemas de Fernando Pessoa, selecção, prefácio e posfácio de Eduardo Lourenço, -*Visão e Jornal de Letras*, Janeiro de 2006, p. 69.

Resumo

O século XX, em virtude da democratização das sociedades, lançou e afirmou, em parte, uma mudança de paradigma no que diz respeito às práticas museológicas que passaram a considerar como determinante a relação da instituição museal com o meio social em que está inserida. O alargamento do conceito de “objecto museológico” e da própria concepção de património cultural vieram não só possibilitar a integração de testemunhos diversos da actividade humana na categoria de cultura material, até então, desconsiderados, como exigir que a herança patrimonial das comunidades se perpetue e se comunique não apenas a partir da colecção mas, sobretudo, que esta seja o ponto de partida para a construção de narrativas, para a discussão de perspectivas, para a intervenção em sociedade.

Partindo destes pressupostos, a presente dissertação sugere a criação de um Museu do Território para o concelho de Porto de Mós, a partir de novas leituras do património existente, com base nos princípios da Nova Museologia. Considera e analisa a realidade do actual Museu Municipal, de fundamento puramente tradicional, e propõe especificamente a requalificação da antiga Central Termolétrica, dos inícios do século XX, como núcleo sede deste museu, atendendo ao seu valor de memória e à sua importância enquanto exemplar de património industrial, no panorama regional.

Propõe, de igual modo, que a acção desta estrutura museológica se prolongue e se reflita fora das paredes do museu, a partir da identificação de polos e da definição de parcerias que, em articulação, promovam o incremento e o desenvolvimento de novas actividades, acrescentando valor e reconhecimento à prática cultural museológica, numa perspectiva de afirmação, a partir das singularidades do território.

Palavras-chave: património, Nova Museologia, território, central termoelétrica, Porto de Mós.

Abstract:

The twentieth century, in result of the democratization of societies, launched and affirmed, in part, a change of paradigm when it comes to the museological practices, which came to consider as determinant the relationship between the museum institution and the social environment in which it stands. The broadening of the concept of "museological object" and of the very conception of cultural heritage, has allowed the integration of various testimonies of human activity into the category of material culture, hitherto disregarded, and has also commanded the patrimonial heritage of the communities to be perpetuated and communicated not only through the collection but, above all, as the starting point for the construction of narratives, for the discussion of perspectives, for intervention in society.

Based on these assumptions, this dissertation proposes the creation of a Territory Museum for the municipality of Porto de Mós, starting from new interpretations of the existing heritage in the light of the principles of the New Museology. It reflects and analyzes the reality of the existing Municipal Museum, of purely traditional foundation, and recommends specifically the requalification of the old Thermoelectric Power Station, built in the beginnings of the twentieth century, to be the headquarters of this museum, considering its worth in terms of historical memory and its importance as an example of industrial heritage in the regional panorama.

The current study also suggests the action of this museological structure to be extended and reflected outside the walls of the museum, by identifying polarization points and defining partnerships that, together with the singularities of the territory, will promote the growth and development of new activities, adding value and recognition to the cultural practices of museology, from a perspective of affirmation.

Keywords: heritage, New Museology, territory, thermoelectric power station, Porto de Mós.

Índice geral

Resumo	1
Índice geral	3
Siglário	5
INTRODUÇÃO.....	7
CAPÍTULO I – PATRIMÓNIO, MUSEOLOGIA E TERRITÓRIO	14
1. A importância do património na valorização das comunidades locais	14
2. O papel da museologia enquanto estratégia de conhecimento e mobilização das sociedades do século XXI.....	16
3. Da museologia tradicional à nova museologia.....	19
3.1. A Nova Museologia: documentos orientadores.....	20
3.2. Novas abordagens do “objecto museológico”	25
3.2.1. Ecomuseu.....	27
3.2.2. Museu de Interpretação da Paisagem.....	31
3.2.4. Centro de Interpretação.....	33
3.2.5. Museu do Território	35
CAPÍTULO II – CARACTERIZAÇÃO DO CONCELHO DE PORTO DE MÓS	37
1. O concelho de Porto de Mós	37
1.1. Enquadramento geográfico e territorial.....	37
1.2. Enquadramento histórico.....	40
1.3. Evolução demográfica	47
1.4. Estrutura económica	52
CAPÍTULO III - O ACTUAL MUSEU MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS	56
1. A génese.....	56
2. Caracterização da estrutura museológica existente.....	58
2.1. O edifício	60
2.2. Os recursos	64
2.3. As colecções	65
2.4. O discurso expositivo	67
2.5. Trinta anos de actividade.....	68
2.6. Públicos	69
CAPÍTULO IV – REALIDADE MUSEÁVEL: PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DO MUSEU DO TERRITÓRIO DE PORTO DE MÓS	71
1. Um velho edifício para um novo museu: a Central termoeléctrica de Porto de Mós	71

1.1. Enquadramento histórico	72
1.2. O edifício ou a memória dele	74
2. Redesenhar os espaços: o museu como oportunidade.....	76
3. Arquitectura e museus: conceitos.....	77
3.1. Memória descritiva e justificativa do projecto existente.....	78
3.2. Arquitectura e museologia.....	80
4. Proposta museológica: missão e objectivos	85
5. O programa museológico: princípios basilares	90
6. Do museu para o território	95
6.1. Polos de visitação	96
6.2. Possíveis entidades parceiras do <i>Museu do Território de Porto de Mós</i>	121
8. Estratégias de rentabilização da estrutura	130
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
Anexo	140
Documentação.....	152
Índice de anexos.....	165
Índice de quadros.....	166
Índice de ilustrações	166

Siglário

ADSAICA – Associação para o Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros

AHMPM – Arquivo Histórico Municipal de Porto de Mós

APP – *Application* (aplicação)

ARU – Área de Reabilitação Urbana

CIBA – Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota

CISAC – Centro de Interpretação das Serras de Aire e Candeeiros

CMPM – Câmara Municipal de Porto de Mós

DGLAB – Direcção-geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas

DGPC – Direcção-geral do Património Cultural

EML – Empresa Mineira do Lena

ICN – Instituto de Conservação da Natureza

ICOM - *International Council of Museums*

ICOMOS - *International Council of Monuments and Sites*

INE – Instituto Nacional de Estatística

IPL – Instituto Politécnico de Leiria

IPM – Instituto Português de Museus

IPT – Instituto Politécnico de Tomar

MCCB – Museu da Comunidade Concelhia da Batalha

MCE – Maciço Calcário Estremenho

MINOM – Movimento Internacional para a Nova Museologia

NUT - Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos

PNSAC – Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros

OAC – Observatório das Actividades Culturais

ONG – Organização não-governamental

ONU – Organização das Nações Unidas

PORPAV – Associação Calçada Portuguesa

PRM – Rede Portuguesa de Museus

SWOT – *Strengths* (Forças), *Weaknesses* (Fraquezas), *Opportunities* (Oportunidades) e *Threats* (Ameaças)

UAB – Universidade Aberta

UNESCO – *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization*

Agradecimentos

Agradeço a todos os que, de um modo mais expressivo ou à sua maneira, me deram ânimo para a concretização deste projecto.

INTRODUÇÃO

Escolha do tema

A principal razão subjacente à escolha do tema para esta dissertação prende-se com o interesse em poder contribuir para a valorização do cenário museológico do concelho de Porto de Mós. Objectiva-se, ao longo deste trabalho, desenvolver uma proposta para a reformulação da estrutura museológica existente, a partir da realidade do actual Museu Municipal, cuja praxis se entende não responder às exigências das novas leituras museológicas de base marcadamente social e participativa.

Fundamenta-se a sugestão nas características, particularidades e potencialidades do concelho, a vários níveis, acreditando que a concretização desta ideia possa ser um contributo efectivo para o desenvolvimento local, no âmbito de uma gestão patrimonial concertada com os actores do território.

Contexto

A formação académica possuída, *Línguas e Literaturas Modernas* e a especialização em *Ciências Documentais*, na variante de *Arquivo*, ter-nos-á levado a integrar a equipa de trabalho definida para o projecto, pelo então Executivo Municipal, uma vez que o desafio posto em cima da mesa incluía não apenas a readaptação e reinstalação do actual Museu Municipal mas, também, a criação do Arquivo Histórico Municipal. Estávamos no ano de 2015. O trabalho desenvolvido desde então proporcionou-nos o contacto com uma realidade não totalmente desconhecida, tendo em conta alguma familiaridade das áreas de estudo, a Arquivística e a Museologia, e o foco de ambas na valorização e protecção do património. Contudo, tínhamos a consciência de que a nossa contribuição partia do bom senso, de algumas experiências vividas e de leituras temáticas que se começavam a impor, assim desejássemos fundamentar as nossas posições.

É neste cenário que a frequência no mestrado em *Património Cultural e Museologia*, na vertente de *Museologia*, se assume como uma inevitabilidade, no que diz respeito à aquisição de conhecimentos nesta área de estudo e, de alguma forma, como uma oportunidade, tendo em conta o quotidiano profissional, conduzindo-nos, hoje, à elaboração deste trabalho.

Verifica-se, como tal, uma proximidade inerente que nos permite uma análise sustentada da realidade, pela facilidade no acesso à informação, pela agilidade no processo de comunicação com a estrutura existente e até pelo conhecimento, no que diz respeito ao funcionamento da própria instituição Câmara Municipal.

Objectivos do trabalho

Assente nos princípios da Museologia tradicional, desde logo pelas áreas disciplinares eleitas, relacionadas com as vivências locais passadas, o actual Museu Municipal de Porto de Mós, inaugurado em 1989, localizado no centro da vila, sede do concelho, tem perdido o dinamismo que chegou a conhecer, em consequência de vários factores relacionados não apenas com a carência em termos de afetação de recursos humanos com formação técnica adequada mas, também, com as características do próprio espaço, e sobretudo, em virtude, da ausência de uma política de gestão patrimonial. Trata-se de uma estrutura fechada sobre si, encerrada no edifício e alicerçada num discurso museológico suportado apenas na colecção existente, apresentada sem contexto.

Tendo em conta a intensão do Executivo Municipal em exercício no ano referido, planeava-se a reinstalação do actual Museu Municipal num novo espaço readaptando e requalificando a antiga Central termoelétrica, edifício industrial, em ruínas, datado da década de trinta, do século passado.

Na presente contribuição assume-se como objectivo adoptar esta opção como válida, tendo em conta quer a sua centralidade, quer o valor de memória associado ao mesmo edifício, propondo-o como núcleo central de um Museu do Território. Sugerir-se-á, como tal, uma profunda transformação no que diz respeito à construção do programa museológico, delineando-se objectivos, com vista à definição clara da missão desta estrutura, assente nas bases conceptuais da Nova Museologia.

Este pressuposto exige, obrigatoriamente, a transposição das paredes do edifício e o foco na especificidade deste território, identificando particularidades e singularidades que o distinguem dos outros. A este respeito, importa referir que o concelho de Porto de Mós abrange uma parte significativa da unidade de paisagem designada como *Maciço Calcário Estremenho* (MCE), detendo um estatuto de área protegida e classificada - o *Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros* (PNSAC), em cerca de 70%, significando esta realidade um potencial

inquestionável no que concerne à interpretação dos espaços e dos modos de adaptação do Homem ao território.

Propomos, assim, uma estrutura museológica desenvolvida a partir de um núcleo sede, o edifício da Central Lena, policentrada, capaz de mobilizar recursos e de proporcionar o conhecimento do património concelhio, nas suas diversas vertentes: natural, arquitectónico, histórico, etnográfico. Alerta-se, contudo, para a necessidade de fundamentação do conhecimento produzido e disponibilizado, devendo assumir-se como preocupação primeira o rigor na elaboração dos conteúdos, possível e conseguido, mediante a estreita colaboração com a comunidade científica e académica.

Defende-se, então, uma estrutura que consiga envolver a comunidade e que invista na consolidação dos laços identitários, assumindo-se como motor de desenvolvimento e afirmação locais e que trabalhe com vista à promoção de parcerias que possam ir para além dos limites administrativos, integrando a sua acção em eventuais projectos intermunicipais.

Refira-se que esta visão do território com valor, com singularidade, com potencialidade é inconscientemente desconhecida pela população. Sob a sombra de “concelhos património da Unesco”, nomeadamente, Batalha, Alcobaça ou Tomar, há uma identidade que não é assumida, despreocupadamente.

Há, ousamos dizê-lo, ausência de espírito de lugar e uma estranha tendência de desvalorização do que é local, em virtude, talvez, do desconhecimento, fruto da azáfama do quotidiano e que torna banal o que os outros, ausentes destes cenários, consideraram uma riqueza.

Torna-se, pois, fundamental trabalhar ao nível da valorização da autoestima da população, do autoconhecimento enquanto comunidade, apostando-se na definição do produto que se quer oferecer e que se deverá constituir como a marca diferenciadora deste território.

A Museologia poderá e deverá contribuir para a concretização deste desígnio.

A criação de um Museu do Território, cuja missão seja a de constituir-se não apenas como um núcleo expositivo mas, sobretudo, como a porta de entrada para conhecer e viver, sobre diferentes olhares, as singularidades do concelho pode revelar-se uma estratégia de gestão patrimonial e, também, política, determinante no que diz respeito à afirmação do concelho de Porto de Mós, no contexto regional.

O estado da arte

A elaboração de um projecto museológico interventivo e socialmente participativo, corporizada nesta proposta de estudo, será desenvolvida e sustentada, como já foi referido, a partir dos princípios defendidos pela Nova Museologia. Assim, exigem-se leituras sobre as teorias produzidas pelos protagonistas da anunciação deste movimento, em concreto, Georges Henri Rivière (1897 – 1985) e André Desvallées (1931), e que, a partir dos anos de 1960, se torna tema principal de debate entre os membros da comunidade de profissionais dos museus, mantendo-se, actualmente, na ordem do dia, no âmbito das problemáticas inerentes à disciplina museológica. Ecomuseologia, nova museologia, sociomuseologia, museus de comunidade ou de território são classificações pouco estanques, porque dependentes de contextos e de vontades, mas que não deixam de reflectir, de forma clara, o desejo de renovação das instituições museológicas contemporâneas (Duarte, 2013, 115) e às quais dedicaremos particular atenção.

Atenderemos, por isso, também, à produção teórica sobre esta matéria em Portugal, procurando demonstrar a importância dos museus locais, enquanto polos dinamizadores dos territórios, aos mais diversos níveis, assim consigam extrapolar a sua acção para além do objecto e da colecção que detêm, motivando sinergias com os diferentes agentes da comunidade.

Em concreto, a afirmação da singularidade do território de Porto de Mós passará pela definição de uma política de gestão patrimonial que sirva este propósito. Desenvolvendo-se esta reflexão sobre um território em que parte considerável é Parque Natural, importará observar as palavras de Hugues de Varine (1935), ao referir a importância de olhar o património como um recurso a explorar não somente na vertente económica mas, também, no campo social e cultural, considerando-se o património natural e a paisagem (Carvalho, 2013, 152).

Desta forma, importará reflectir sobre o conceito de Património, sobre os seus múltiplos significados e sobre o alargamento que o mesmo terá sofrido ao longo dos tempos, em virtude dos diferentes contextos históricos, culturais e sociais, passando a constituir-se, sobretudo a partir da segunda metade do século XX, como “um elemento universal, pluralista, [sendo] assunto de todos” (Tavares, 2014, 20).

A este propósito, Josep Ballart, citado por José Amado Mendes (2013, 16), refere a possibilidade de o valor do património cultural se poder transformar “em riqueza quando os conhecimentos adquiridos se vão incorporando noutros produtos ou serviços novos”. O próprio

Amado Mendes, na mesma obra, reforça, ainda, esta ideia, argumentando as potencialidades do património enquanto “factor de desenvolvimento económico,” sobretudo ao nível do turismo cultural, considerando-o, igualmente, como “activo ou um recurso, susceptível de criar ou induzir a criação de riqueza”.

Será necessário, como tal, estar atentos à abrangência dos conceitos de turismo cultural, no âmbito da “(re) descoberta dos territórios e dos seus valores patrimoniais [que] são hoje condições basilares na construção de novas identidades e na identificação de alternativas de desenvolvimento” (Carvalho, 2003, 199). A definição de políticas locais e inter-regionais a este nível torna-se, por isso, determinante na promoção dos territórios e a valorização patrimonial estará cada vez mais presente, enquanto estratégia ao serviço dessa causa.

Pelo exposto, torna-se pertinente questionar que estrutura museológica poderá concretizar estes intentos, partindo da realidade do concelho de Porto de Mós. Procuraremos, assim, também, no decorrer deste trabalho, discorrer sobre a especificidade de diferentes tipologias museológicas, nomeadamente, Ecomuseu, Centro de Interpretação, a proposta de Museu de Interpretação da Paisagem e, por fim, Museu do Território, com vista à fundamentação teórica da nossa proposta.

Metodologia

Avançar para a realização deste trabalho exigiu que considerássemos a fundamentação teórica como o ponto de partida essencial para a sustentação das nossas escolhas e posições. Como tal, a recolha de bibliografia relacionada não apenas com o pensamento e as tendências museológicas mas, também, em domínios paralelos, no âmbito da valorização do património, das políticas de desenvolvimento dos territórios, do planeamento, da sustentabilidade e da arquitectura dos espaços, tornou-se basilar e acompanhou-nos ao longo do encadeamento que planeámos dar a este estudo.

Propor sobre os destinos de uma estrutura museológica existente no concelho de Porto de Mós exigiu-nos, igualmente, que procedêssemos a uma caracterização do território, sob diversas vertentes: geográfica, demográfica, histórica, cultural e patrimonial, numa perspectiva macro, recorrendo à consulta dos vários instrumentos de planeamento e programação do território, como a *Carta Educativa*, a *Carta Arqueológica*, o documento referente à *Área de Reabilitação Urbana da Vila de Porto de Mós*, entre outros, para depois nos centrarmos sobre

a realidade em análise do actual Museu Municipal. Fontes documentais, nomeadamente, a imprensa local e o fundo documental da Câmara Municipal, regulamentos internos e outros documentos relativos à organização dos serviços foram tidos em conta, para além da observação, interpretação e análise, *in loco*, da estrutura existente.

Tendo em conta a proposta a desenvolver e enquanto justificação desta escolha, tornou-se, do mesmo modo, determinante a investigação a partir de fontes bibliográficas do fundo documental do Arquivo Histórico Municipal, relativamente ao edifício que se pretende afectar a museu – a antiga Central termoeléctrica - não apenas do ponto de vista arquitectónico, mas, sobretudo, na sua vertente de valor de memória e identidade que em si encerra. Para isso, ouvimos os relatos vividos e observámos as expressões dos que, em tempos, contribuíram para a construção deste significado e analisámos as palavras da imprensa local, espelho fidedigno do pensamento e da actuação das comunidades.

Foram, ainda, valorizados os contactos tidos com os responsáveis pelas diferentes entidades que intervêm nas vertentes de património, educação, turismo e lazer no concelho, considerando-os como eventuais parceiros activos na concretização desta proposta.

Estas leituras e este processo de investigação permitiram, de algum modo, fundamentar a hipótese apresentada. Optou-se, como já foi referido, por assumir a proposta de criação de um Museu do Território, não deixando, contudo, de proporcionar a reflexão em torno de outras tipologias museológicas que se constituem variantes de uma prática alicerçada na participação activa da comunidade e direccionada para fora do contentor expositivo e com especificidades que procuraremos explicar, no sentido de contribuir para uma escolha fundamentada e sustentada aquando da concretização deste projecto e que caberá, de modo inequívoco, aos órgãos de gestão municipal.

Organização

O presente estudo organiza-se em quatro capítulos, contemplando uma introdução e uma conclusão, embora possamos considerar duas grandes partes.

Na primeira parte são abordadas as questões teóricas subjacentes ao desenvolvimento deste trabalho, nomeadamente as noções de património cultural e o seu papel na valorização das comunidades locais. Discorreremos, do mesmo modo, sobre a evolução do conceito de museologia, bem como sobre os novos movimentos, em concreto, a Nova Museologia,

estabelecendo o contraponto com a museologia tradicional, afluindo as principais acções que se tornaram marco cronológico, no âmbito da afirmação desta ciência *nova*.

Intentamos, também, demonstrar a importância dos museus locais na valorização das identidades e na promoção dos lugares, referindo a relevância da definição das políticas de gestão patrimonial e da mais-valia da colaboração interdisciplinar na concretização de um projecto desta ordem.

A segunda parte deste estudo desenvolve-se em torno da sugestão de reinvenção de uma nova estrutura museológica, para a qual se propõe um espaço, justificando a opção a partir da dimensão que se pretende atribuir a este projecto. Avançamos, por isso, com a descrição do enquadramento territorial, histórico e económico que ancora esta proposta e caracterizamos o actual Museu Municipal atendendo-se à intenção de readaptação. A sugestão de temáticas para a construção do programa museológico a desenvolver no novo espaço é fundamentada pela definição dos objectivos e da missão do novo museu, a partir da realização de uma análise dos pontos fortes e pontos fracos, das ameaças e das oportunidades que podem estar subjacentes à concretização da proposta sugerida.

Nesta linha de pensamento, chama-se a atenção para a importância de olhar o museu para além do seu edifício, considerando-o parte de uma estratégia de *marketing*, com vista ao conhecimento, à valorização e ao desenvolvimento deste território, tendo por base a afirmação e a defesa das identidades locais, naquilo que possuem de mais singular. São, assim, sugeridos, na realização deste estudo, polos de visitação do território e eventuais parcerias a desenvolver, bem como hipóteses de sustentação económica da nova estrutura.

1. A importância do património na valorização das comunidades locais

O património não está apenas ligado à história (...) [mas] à memória e à identidade dos povos e das comunidades, ao turismo e ao desenvolvimento, ao trabalho e ao lazer (Mendes, 2013,11).

O conceito de Património tem vindo a alargar-se considerando materialidades, práticas e saberes que transcendem a produção artística de elite e ultrapassam períodos cristalizados no tempo, passando a incluir o quotidiano e as pessoas que dele fazem parte.

Esta abertura do conceito não implica, no entanto, qualquer afastamento da sua raiz, baseada na noção de herança e legado. Simplesmente passa a integrar, em consequência da democratização das sociedades, da evolução da tecnologia e das ciências, uma consciência mais ampliada do que são os testemunhos da actividade do Homem, contemplando, a partir de meados do século XX, realidades até então desconsideradas. A valorização da designada cultura material começa a impor-se, enquanto reflexo de um saber específico que se entende como culturalmente relevante e susceptível de ser “patrimonializado”. Assiste-se, como tal, ao desdobramento do conceito de património, passando a ser categorizado, por exemplo, em património industrial, urbano, rural, natural, documental, técnico, científico, entre outros, nas suas vertentes material e imaterial. Nas palavras de José Amado Mendes, “Em consequência desta nova perspectiva, o número de protagonistas da história alargou-se substancialmente, assim como se expandiu muitíssimo o conceito de fonte histórica, como testemunho da actividade humana”.¹

Neste alargamento não caberão, contudo, todos os vestígios do passado. Elsa Peralta (2000, 218) refere que o ponto de partida para a aceitação da “patrimonialização” de um legado, parte de uma selecção consciente, resultando de uma “construção social”, utilizando a expressão de Llorenç Prats, uma vez que “Aquilo que é ou não património, depende, do que, para um determinado colectivo humano e num determinado lapso de tempo, se considera socialmente digno de ser legado a gerações futuras”. Não livre de alguma discussão, tendo em conta a subjectividade e a multiplicidade de factores que poderão interferir na interpretação do que é passível de assumir valor patrimonial, esta afirmação reforça um denominador comum a ter em

¹ *Idem*, 51.

conta nesta classificação e que se relaciona com o conhecimento e com a participação das populações, na construção da sua identidade comunitária. De acordo com Avelãs Nunes (2015, 2,3) “a relação das sociedades humanas com as categorias de património cultural é relativamente recente e superficial. (...) as culturas populares originárias exigiriam a integração de todos os membros de determinada comunidade na respectiva mundividência. (...) Recusariam, conseqüentemente quaisquer vestígios (...) originários de outras sociedades”. Só mais tarde, segundo o mesmo autor, entre os “séculos XIV a XVI -, os operadores da cultura erudita sentiriam a necessidade de divulgar junto das elites um conhecimento mais completo e sistemático acerca das culturas antigas e antecessoras”.²

Em consequência desta vontade, a valorização dos bens culturais ameaçados passou a incluir não apenas o objecto mas a paisagem, os gestos, os sons, as crenças, enfim, “toda uma arquivística do quotidiano” (Choay, 2000, 135). Este despertar para a participação impele, como tal, a que as instituições responsáveis pela salvaguarda, divulgação e promoção do património adoptem uma atitude de interacção e intervenção social e educativa nas comunidades onde estão inseridas, assumindo-se como motores de conhecimento dos lugares. A abertura da categoria de património veio, de modo inequívoco, promover sentimentos de identificação do indivíduo com a sua comunidade, enquanto participante no processo de construção de memórias que lhe são próximas, no espaço e no tempo, por oposição aos grandes acontecimentos e/ou monumentos que, independentemente do seu valor patrimonial, se avistam como estranhos às suas vivências.

Não obstante, este sentimento existe porque se verifica, simultaneamente, a consciencialização da perda, considerada como ameaça à construção do processo identitário das comunidades, numa fase em que o objecto, a actividade deixam de ser rotineiros, de ter utilidade, passando a um estágio distanciado da sua função original e no qual adquirem estatuto de protecção colectiva. Esta *tese de descoberta do património*, como defende Paulo Peixoto (2002, 1-2), sobretudo pelas comunidades rurais, permite, de alguma forma “... legitimar e naturalizar um determinado tipo de discurso sobre a evolução recente do mundo rural (...) procura [ndo] responder aos desafios presentes e futuros (...) corresponde [ndo] a uma segunda vida das coisas, que adquirem novos sentidos e funcionalidades”.

Esta constatação, que não será exclusiva dos universos rurais e a que não é alheia a Nova Museologia, vem aportar a esta mesma técnica, com raízes sociais, novas atribuições relacionadas com a investigação, objectivando o entendimento dos contextos e dos

² *Idem*, 4.

comportamentos, reflectindo-se em novas formas de musealizar, desenvolvidas a partir da colaboração do e com o cidadão, motivando-o, envolvendo-o, enquanto detentor do património cultural e portador de memórias. (Avelãs Nunes, 2016, 39-43).

2. O papel da museologia enquanto estratégia de conhecimento e mobilização das sociedades do século XXI

O museu que chegou a inícios do século XX como um repositório de objectos, parecendo “deixar de fora toda a estrutura social, política e ideológica apesar de ser dela o resumo materializado” (Guillaume, 2003, 130), abre-se agora a novas referências e a diferentes compreensões sobre os espaços e sobre as memórias, com um papel determinante na descoberta e consolidação das identidades locais. A museologia, enquanto “ciência do museu” acompanhou inevitavelmente esta evolução, ganhando uma definição concreta a partir da década de 40, do século passado, com a criação do ICOM – *International Council of Museums*, preconizando-se, de acordo com Marc Maure, como uma ciência social e de acção que estuda o papel dos museus nos fenómenos de construção de património, enquanto instrumento de elaboração do processo de identificação (Fernández, 1999, 35).

A abrangência desta ciência e/ou tecnologia,³ serve o propósito do conhecimento, a partir da actuação sugerida pelo seu objecto de estudo. Ao museu cabe agir no sentido de contribuir para uma gestão baseada na valorização do património que representa, acrescentando-lhe significado e valor.

Pelo exposto, importa ressaltar que, na actualidade, esse valor convive com a importância da memória, fazendo-o recurso de actividade económica, equacionando-se, como salienta Mendes (2013, 16, 17),

(...) as suas potencialidades, não só em termos histórico-culturais mas, também, como factor de desenvolvimento (...) deixa [ndo] de constituir um «peso morto», para se tornar numa réstia de esperança, para as respectivas comunidades que, além de intermediárias, na sua recepção e transmissão aos vindouros, podem também dele usufruir, valorizando-o e inculcando-lhe uma nova dinâmica.

³ Considerando as palavras de Avelãs Nunes (2015, 1) “o património cultural e a museologia são tecnologias derivadas das ciências sociais, [assim] as opções realizadas no que concerne ao modo de configuração e funcionamento dos monumentos e dos museus têm implicações relevantes para as instituições ou organizações tutelares, para a comunidade envolvente e para a “sociedade global”, ideia que o mesmo autor virá a reforçar no estudo *Património cultural, museus e desenvolvimento: conceitos teóricos, políticas públicas e “sociedade civil”*, (2016), já citado, anteriormente.

Como tal, se a cultura material for valorizada e transformada em património, a partir da reutilização das materialidades, poder-se-ão desenvolver novas actividades, sobretudo no âmbito dos sectores do turismo, gastronomia, alojamento, entre outras, promotoras do desenvolvimento dos territórios, numa lógica de transversalidade entre instituições públicas e privadas, aumentando, assim, a capacidade de atracção dos lugares e assumindo-se como factor de mobilização das sociedades. Aliás, e voltando a citar Avelãs Nunes (2015, 6):

(...) as políticas culturais estão longe de assumir os níveis de irrelevância social global que muitas vezes lhes são atribuídas. Mesmo quando apresentam condições apenas as elites (...) acabam por enquadrar (directa ou indirectamente) a quase totalidade da população, por estabelecer padrões de referência também para as culturas populares e para as culturas de massas, por ter efeitos significativos nos médio e longo prazos.

O museu e a museologia detêm, por isso, na construção de possíveis redes, um papel determinante, enquanto âncoras do processo de busca do conhecimento de um determinado território e das suas especificidades.

No caso particular em estudo, o concelho de Porto de Mós, do qual 70 % da sua área é protegida e classificada como Parque Natural, assente na especificidade da grande unidade geomorfológica que é o Maciço Calcário Estremenho, este poderá ser um caminho a trilhar, no sentido da valorização do património cultural gerado pelas gentes locais, cuja autoestima, fruto do isolamento e, muitas das vezes, do menosprezo pelos seus modos de vida, precisa de ser alimentada. Como refere Rui Jacinto (2014, 13), “A participação e o envolvimento das pessoas e o apelo às suas memórias, vivências e saberes, além de imprescindível para a preservação e valorização do património, material e intangível, não deixa de contribuir para reabilitar os espaços”.

Não esqueçamos, contudo, que a promoção destes valores, indissociáveis da singularidade desta paisagem, única a nível nacional, implicará, inevitavelmente, uma redobrada necessidade de diálogo entre os vários intervenientes no território o que, afirme-se, não será sempre pacífico, considerando-se que o que estará em causa será, também, uma questão de preservação dos espaços e das vivências. Como salienta João Fernandes (2004, 404), esta zona protegida protagoniza, “...um cenário de encontro e sobreposição de diferentes actores (...) órgãos de gestão da área protegida e (...) sociedade civil. (...) Será deste complexo balanço, dos equilíbrios e desequilíbrios que se conseguirem, que se definirá o futuro caminho deste espaço”.

Nesta linha de pensamento, também a política de gestão patrimonial assumida pelas várias entidades com responsabilidades na gestão do território, com especial destaque para os municípios, deverá transparecer esta consciência de diálogo.

Focando, em parte, esta acção na dinâmica da nova estrutura museológica a implementar na sede de concelho de Porto de Mós, importa que a mesma seja pensada como um cartão-de-visita, a partir do qual se escolhem percursos de conhecimento dos lugares, com temáticas definidas, elaborados a partir da colaboração estreita com os demais agentes, mobilizando-os para uma mesma causa.

A museologia como estratégia de conhecimento das sociedades assenta na premissa de que a identidade de um local se define e se afirma a partir do reconhecimento do património cultural e da sua singularidade. Curiosamente, esta busca pelas raízes, pelo autêntico, contrapõe-se, de alguma forma, à procura incessante pelos modelos comuns que marcam a era da globalização. A explicação, admite-se, poderá advir de uma fase de consciencialização colectiva, em nome da coesão social, já que, como aponta Guilherme d'Oliveira Martins (2014, 160-161), a barbárie resultará, em primeira linha, da falta de memória. Como tal:

O lugar da cultura na vida contemporânea não tem a ver com modas mas com uma exigência de qualidade e de compreensão do mundo e da História. (...) A defesa e salvaguarda do património devem corresponder a uma relação aberta e dialogante com a identidade e as diferenças.

O sentimento de pertença a uma comunidade consolida-se a partir da imagem que reconhecemos de nós próprios, enquanto colectivo, no espelho das vivências e que nos projecta para o futuro, marcados por uma identidade. Urge, assim, “entender o «espírito dos lugares» e transformar essa compreensão num modo de nos enriquecermos culturalmente a partir do diálogo entre o que recebemos (...) património material e imaterial, e o que criamos de novo, a contemporaneidade”.⁴

O mote para a mobilização das sociedades em defesa do que lhes é legado e para a compreensão das potencialidades dessa herança poderá advir do papel interventivo expresso através da actuação museológica.

O afastamento relativamente às questões patrimoniais contribuirá para o desconhecimento das mesmas e, por consequência, para o desinteresse, descurando-se o seu potencial, enquanto motor de desenvolvimento e crescimento das sociedades. É, como tal necessária uma nova visão

⁴ *Ibidem.*

dos territórios, estando esta na base dos “fundamentos de um novo conceito de museu, com base territorial e participação da comunidade” (Gonçalves, 2007, 17).

Ao museu do século XXI pede-se que seja integral, concepção com quase 50 anos, introduzida na marcante *Mesa Redonda de Santiago do Chile*, em 1972, e que se afirma na centúria actual. Interventivo, substrato do sentimento de pertença, núcleo dinamizador e agente de desenvolvimento das políticas patrimoniais do território.

3. Da museologia tradicional à nova museologia

I would retort that what is wrong with the “old” museology is that it is too much about museum *methods*, and too little about the purposes of museums (Vergo, 1989, 3).

Não obstante a evidente evolução do conceito, reconhece-se que os museus, mesmo antes da afirmação da sua dimensão democrática, exerceram um papel social ao longo da história, ainda que, dependendo dos contextos, refletissem a ideologia, as políticas e o poder das instituições que os tutelavam. Independentemente dessa realidade, os museus não deixaram de se assumir como veículos de transmissão de valores culturais e sociais, mediante o cumprimento das suas funções de recolha, conservação e divulgação, o que possibilita, hoje, discorrer sobre os modos de estar das sociedades ao longo dos tempos.

O que se alterou, então? E o que se procura com a sentida necessidade de reinventar o papel dos museus? Em parte, como refere Peter Vergo, o seu propósito. O museu, enquanto instituição, considera o autor, deverá ser capaz de tomar opções, assumindo publicamente formas de apresentação das suas colecções que não devem viver apenas da exposição dos objectos mas, sobretudo, do discurso que se procura transmitir a partir deles, devendo ter-se a consciência de que essas escolhas transportam, de alguma forma, tomadas de posição e juízos de valor dos que delas participam. Mais do que atender a questões de método e técnicas de conservação ou de administração, Vergo considera que esta é a problemática que deve estar na ordem do dia, no âmbito das discussões em torno da museologia actual, descrevendo-a como uma ciência social.⁵

Apesar de esta perspectiva advogar a base social da museologia, não se debruça no fundamento das novas correntes que consideram como decisiva, na acção dos museus, a sua função interventiva junto das populações. É esta abertura que corporiza o afastamento entre os

⁵ *Idem*, 2,3.

fundamentos da museologia tradicional e a prática da nova museologia, na qual as funções educativa e social, em virtude da mudança de paradigma no que diz respeito ao relacionamento museu / visitante / comunidade, se assumem como determinantes.⁶

3.1. A Nova Museologia: documentos orientadores.

Foram diversos os documentos produzidos, no decorrer da segunda metade do século XX, em torno da discussão da prática museológica, evidenciando a necessidade de mudança, face aos desafios propostos por uma sociedade em transformação. Não obstante, a reflexão relativa à definição do conceito de Museologia e do papel dos museus na sociedade já vinha sendo tema de debate, tendo dado origem, em 1946, em França, à criação do ICOM - *International Council of Museums* e, posteriormente, à fundação do ICOMOS - *International Council of Monuments and Sites*, em 1965, organismo que surge no seguimento das recomendações emanadas na *Carta de Veneza – Carta Internacional sobre a conservação e restauro dos monumentos e sítios*, como resultado do II Congresso de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos, realizado em 1964.⁷

A importância deste documento reside não apenas no grau de amplitude concedido à definição de monumento histórico que “engloba a criação arquitectónica isolada, bem como o sítio, rural ou urbano, que constitua testemunho de uma civilização particular, de uma evolução significativa ou de um acontecimento histórico”⁸ mas, também, na valorização atribuída à interdisciplinaridade, no âmbito da preservação e do restauro,⁹ áreas que exigem “a

⁶ A introdução da teoria da Nova Museologia acontece no decorrer da segunda metade do século XX, sobretudo a partir das décadas de sessenta e setenta, em consequência das transformações sociais e dos contextos políticos vividos na Europa e também no continente americano, nomeadamente na América Latina.

⁷ Refira-se que estas organizações não-governamentais (ONG) que actuam, especificamente, sobre as questões museológicas, surgiram do cumprimento das atribuições da UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura), criada em 1945, enquanto agência especializada da ONU, tendo “como principal objectivo contribuir para a paz, desenvolvimento humano e segurança no mundo, promovendo o pluralismo, reconhecendo e conservando a diversidade, promovendo a autonomia e a participação na sociedade do conhecimento”.

Acessível em: <http://www.dges.gov.pt/pt/pagina/unesco> [consultado em Março de 2018].

⁸ In *Carta de Veneza - Carta internacional sobre a conservação e o restauro de monumentos e sítios*, 1964, Artigo 1.º.

⁹ Já em 1931, com a elaboração da *Carta de Atenas*, a partir das conclusões retiradas da *Conferência Internacional de Atenas sobre o Restauro dos Monumentos*, organizada pelo *Serviço Internacional de Museus*, havia sido possível discutir aspectos relativos à problemática da conservação e do restauro do património cultural, reforçando-se a importância da publicação de inventários dos monumentos e sugerindo-se a sua salvaguarda através do seu depósito nos Arquivos de cada Estado.

colaboração de todas as ciências e de todas as técnicas que possam contribuir para o estudo e para a salvaguarda do património monumental”.¹⁰

Estava aberto o caminho para o alargamento do conceito inicial de Património, considerando-se agora não somente o monumento de forma isolada mas, igualmente, o ambiente que o circunda, a paisagem rural e urbana, a arquitectura dos espaços, as memórias e os saberes ancestrais das comunidades. Estava, como consequência, galvanizada a vontade de preservação de todos estes valores, com repercussões ao nível das políticas de gestão dos territórios e reforçada a missão dos museus, delineada em torno do conhecimento, do diálogo, da interpretação e da partilha e definida a partir de uma base marcadamente social.

A *Declaração de Santiago do Chile*, produzida em 1972, no âmbito da Mesa Redonda sobre o papel dos museus na América Latina, será “provavelmente o mais inovador dos documentos produzidos pelo ICOM, defin [indo] um novo conceito de acção dos museus: O Conceito de Museu Integral” (Primo, 2008, 61).

Segundo Constância (1993, 123):

Este novo conceito assenta sob o postulado de que os Museus são instituições ao serviço da sociedade e que contêm elementos que lhes permitem ajudar a moldar a consciência das comunidades em que estão inseridos, estimulando o seu desenvolvimento, através da ligação de um passado/memória a um presente/realidade e procurando projectar em antevisão, um futuro/vontade.

Em reforço desta nova visão sobre o papel dos museus na sociedade, e partindo da realidade na América Latina, marcada pelas desigualdades e injustiças sociais, o texto deste documento reforça a necessidade da instituição museológica se abrir a outras disciplinas, fora do seu âmbito de competência tradicional, com vista à discussão de valores antropológicos, sociais e económicos, valorizando a interdisciplinaridade e constituindo-se esta abertura como um desafio para a própria prática museológica.

Reforça, também, a sua função de “agente da educação permanente da comunidade”, assumindo um papel activo na discussão dos problemas de âmbito social, possibilitando a consciencialização do público face aos mesmos, já que a escolha da melhor solução para esses

¹⁰ *Idem*, artigo 2.º.

problemas não deverá “...ser apanágio de um grupo social, (...) [exigindo] ampla e consciente participação e pleno engajamento de todos os sectores da sociedade”.¹¹

Como sintetiza João Paulo Constância (1993, 125), “Responsabilizados os museus pela sua função social, veem alargados os seus horizontes, passando a considerar-se, em vez de um edifício um território, em vez de colecções um património colectivo, em vez de um público uma comunidade”.

Esta abordagem transporta-nos de imediato para a diferenciação entre as bases da museologia tradicional e os fundamentos da nova museologia. De acordo com Marc Maure, citado por Luis Alonso Fernández (2001, 82), a “monodisciplinaridade” dá lugar à “pluridisciplinaridade”, traduzida no seguinte quadro:

Quadro 1: Parâmetros da *nova museologia*

1	Democracia cultural
2	Um novo paradigma: a) Da monodisciplinaridade à multidisciplinariedade b) Do público à comunidade c) Do edifício ao território
3	A consciencialização
4	Um sistema aberto e interactivo
5	O diálogo entre sujeitos
6	Um método: a exposição

Fonte: Fernández (2001, 82). Adaptado. Tradução nossa.

Assumindo, na sua introdução, a *Mesa Redonda de Santiago do Chile* como a primeira expressão pública e internacional do movimento da nova museologia, a *Declaração de Quebec*, em 1984,¹² vem reconhecer e legitimar este mesmo movimento.¹³ Neste sentido, o texto deste manifesto responsabiliza a acção dos museus que adoptaram a nova museologia e as suas formas (ecomuseologia, museologia comunitária), considerando-as factores determinantes do

¹¹ *Declaração de Santiago do Chile*, 1972, Mesa Redonda de Santiago do Chile – ICOM, 1972.

¹² A *Declaração de Quebec* teve origem a partir das discussões e propostas apresentadas no *I Ateliê Internacional de Ecomuseus / Nova Museologia*, realizado em 1984.

¹³ Apesar de os princípios da Nova museologia terem sido lançados na *Declaração de Santiago do Chile*, é na *Declaração de Quebec* que a designação se assume: *Declaração de Quebec – Princípios de base de uma nova museologia 1984*, propondo-se, neste documento, a criação de uma federação internacional da nova museologia.

desenvolvimento crítico das populações e base de respeito pela diversidade e pela valorização das culturas de todos.

O documento reafirma, por isso, a necessidade dos poderes públicos reconhecerem esta contribuição, ajudando a desenvolver iniciativas de âmbito local que promovam a concretização dos princípios elencados.¹⁴

Vinte anos passados desde a *Declaração de Santiago do Chile*, são retomados os mesmos pressupostos na *Declaração de Caracas*, documento resultante da realização de um seminário, subordinado ao tema: *A missão dos Museus na América Latina Hoje: Novos Desafios*, celebrado na capital da Venezuela, em 1992. De acordo com Luís Menezes (1993, 101-102):

(...) ambos os documentos encetam uma reflexão sistemática sobre a missão das organizações museológicas na América Latina a partir de um diagnóstico sobre a realidade amarga do mundo contemporâneo, e embora os momentos conjunturais da sua produção sejam diferentes, persistem idênticos problemas estruturais.

Que contributo traz, então, este renovado manifesto à reflexão e intervenção museológica?

No texto do documento são elencados cinco aspectos, considerados como prioritários para o cumprimento da missão dos museus. A saber: a comunicação, o património, a liderança, a gestão e os recursos humanos.¹⁵

Particularizando e partindo da análise da redacção desta *Declaração*, o museu assume-se como um meio privilegiado de comunicação entre a instituição e o seu público, um processo participativo, portanto, utilizando uma linguagem multidisciplinar, possibilitando o acesso ao conhecimento da realidade em articulação com a utilização de meios tecnológicos e científicos, contribuindo, assim, para um enriquecimento mútuo. Por outro lado, a defesa do património, nas suas variadas dimensões, deve ser uma preocupação central da actuação do museu, considerando o papel das comunidades na sua preservação, e a sua protecção um dever por parte dos Estados. Igualmente, o museu deve assumir um papel de liderança, promovendo a consciência crítica da comunidade, a partir de novas leituras do património, devendo conhecer a realidade socioeconómica em que se movimenta, assumindo-se como um “gestor social”.¹⁶

¹⁴ *Declaração de Quebec*, 12 de Outubro de 1984.

¹⁵ *Declaração de Caracas*, ICOM, 1992.

¹⁶ *Ibidem*.

Estar apto a responder às perguntas: para que existe? o que procura? para quem trabalha? com quem? quando? e como?, é condição essencial para a definição da missão do museu que deverá, enquanto instituição, possuir capacidade de gestão capaz de garantir a administração eficaz dos seus recursos e a eficiente concretização dos seus objectivos. Por último, recomenda-se neste documento o investimento na capacitação dos recursos humanos para que possam “exercer uma liderança social, uma gerência eficiente e uma comunicação adequada”.¹⁷

São, pois, evidentes os pontos de convergência entre os dois textos, separados na sua produção por duas décadas, entre os quais se destacam, de forma clara, o questionamento do papel dos museus face aos contextos actuais e a defesa da perspectiva de que a instituição museal deverá estar ao serviço das comunidades, enquanto instrumento do desenvolvimento local.

Em conclusão, e citando, de novo, Luís Menezes (1993,106):

A Declaração de Santiago corporiza a ruptura epistemológica no âmbito da ciência museológica, ao inverter o seu objecto tradicional prioritário, a colecção, secundarizando-o em relação à comunidade, o campo por excelência operativo da Nova Museologia - quando não é o objecto que justifica por princípio a existência de uma organização cultural como o museu - a Declaração de Caracas toma esta ruptura e leva-a mais longe, direccionando a sua reflexão essencialmente para os meios e processos de que a organização museológica deve dispôr para uma gestão mais eficiente e eficaz.

Para além dos documentos citados, foram elaborados outros, ao longo da segunda metade do século XX, tendo sido, de igual modo, realizados encontros e conferências várias, o que ilustra a actualidade do debate em torno do “fazer museológico” e do alargamento do conceito de património.¹⁸ Referem-se aqueles que se entende constituírem-se como marcos no processo de afirmação da transformação dos princípios da museologia, a partir dos quais se foi consolidando o conceito inovador da Nova Museologia, assente no cumprimento da função

¹⁷ *Ibidem*.

¹⁸ Aponte-se, como outras referências, a *Declaração do Rio de Janeiro*, em 1958; a *LX Conferência Geral do ICOM*, em 1971; a *Convenção do Património Mundial para a Protecção do Património Mundial Cultural e Natural*, em 1972; a *Declaração de Oaxtepec*, em 1984 ou, no contexto nacional, a *Declaração de Lisboa*, em 1994.

social dos museus. Utilizando as palavras de Luis Alonso Fernández (2001, 8), “En busca de un nuevo lenguaje y expresión, y de una mayor apertura, dinamicidad y participación sociocultural, la nueva museología preconiza e impulsa una tipología distinta de museo”.

3.2. Novas abordagens do “objecto museológico”

Os princípios da nova museologia vêm preconizar uma transformação de base conceptual no que diz respeito à definição do discurso museológico que não deve ficar preso ao passado, devendo reflectir o presente e projectar o futuro. Na base desta perspectiva está o entendimento de que a participação sociocultural deverá constituir o fundamento diferenciador entre a museologia tradicional, centrada no objecto e na colecção e os novos conceitos que defendem uma relação aberta entre a instituição museu e o meio social no qual aquela se insere.

Estes movimentos virão a ser, como tal, responsáveis pelo alargamento do conceito de “objecto museológico” que passa a considerar como susceptível de musealização e de transmissão de valor de património outras realidades, muito para além do objecto isolado, representativo de uma actividade, de uma expressão artística, de um artefacto de outras eras. Os testemunhos orais, as manifestações de culto, os edificios e equipamentos industriais, as paisagens, o meio ambiente, adquirem expressão, voz e estatuto, o que conduz à descentralização da prática museológica.

Em 1981, Georges Henri Rivière (1897-1985) considerado, segundo Luis Alonso Fernández ¹⁹ um dos fundadores da museologia moderna, dá enfoque a esta mesma questão, definindo museologia como a ciência do museu que estuda a história e a sua função na sociedade.²⁰ Hugues de Varine haveria de concretizar, anos depois, a ideia de museu participado, sugerindo a expansão do seu campo de actuação, a partir do contraponto com o que designou como “museu clássico”:

¹⁹ *Idem*, 21.

²⁰ Significação que vai ao encontro da definição apresentada pelo ICOM, cerca de uma década antes, em 1970.

Quadro 2: Museu “clássico” em contraponto com a Nova Museologia

Museu “clássico”	Nova Museologia
Edifício ou edifícios	Território
Colecção ou colecções	Património (cultural e ou natural) e todos os recursos disponíveis presentes na comunidade
Disciplina (s) científica (s) e prática (s)	Desenvolvimento global, enfoque interdisciplinar
Público (voluntário, interessado, cativado)	a) A população da comunidade b) Os visitantes da comunidade
Persecução do conhecimento, na educação e no entretenimento	Capacidade de iniciativa criativa

Fonte: Fernández (2001, 105). Adaptado. Tradução nossa.

Esta premissa de “sair” dos limites impostos pelo edifício-museu e de trabalhar de forma articulada com os agentes do território, pondo em prática a designada democratização cultural, fez, também, surgir tipologias diferenciadas de museus, de matriz comunitária, descentralizada, demonstrando a exequibilidade do alargamento do conceito de património e, por consequência, da acção dos próprios museus e uma preocupação nova com a preservação e apresentação do “objecto museológico” *in situ*.

Como tal, estruturas designadas como ecomuseus, museus do território, museus de comunidade ou centros de interpretação abrem portas, não apenas na Europa, sobretudo a partir do último quartel do século XX, não tendo Portugal sido excepção.²¹

Variações de designação para o cumprimento dos mesmos objectivos? Denominações diferenciadas porque assentam em pressupostos distintos?

Nos pontos seguintes, procurar-se-á elencar e caracterizar algumas das tipologias museológicas cuja práxis se alicerça nos princípios da nova museologia, aferindo-se a eventual adequabilidade de cada uma ao território do concelho de Porto de Mós.

²¹ Destaque-se o exemplo concreto da criação, em 1982, do Ecomuseu do Seixal e a constituição do MINOM Portugal – *Movimento Internacional Para uma Nova Museologia*, em 1985, formalizado dez anos depois, com a definição dos seus estatutos tendo por objecto “o estudo, a formação e a divulgação da museologia social”. Acessível em: <http://www.minom-portugal.org/index.html> [Consultado em Julho de 2018].

3.2.1. Ecomuseu

O termo “ecomuseu” terá sido assumido, em 1971, por Hugues de Varine, então director do ICOM, no âmbito da *IX Conferência Geral de Museus do ICOM*, realizada em Grenoble, França. Antes, porém, o pensamento e a actividade de Georges Henri Rivière terão, no âmbito da discussão em torno da constituição dos Parques Naturais, servido de base para a construção do conceito,²² uma vez que estas estruturas “fornece[m] ao ecomuseu uma oportunidade decisiva de desenvolvimento na medida em que no seu seio é facilitada a ligação entre o desenvolvimento sustentado, a animação sociocultural e as referências identitárias” (Duarte, 2013, 103).

Nas palavras de Varine, em artigo conjunto com Graça Filipe (Filipe e Varine, 2015, 21), a palavra “ecomuseu” adoptada de modo generalista pelos militantes da nova museologia, abarca somente uma pequena parte do campo desta nova disciplina, “prestando-se mal a definições demasiado limitativas”. Não obstante, trata-se de uma “inovação metodológica que deu provas de eficácia, tanto para a acção cultural, como para a valorização do património e para o desenvolvimento local”.²³

Neste artigo intitulado “Que futuro para os Ecomuseus?”, os autores levantam várias questões associadas à sobrevivência desta tipologia museológica, discorrendo sobre os riscos, as tendências e os desafios, partindo de dois exemplos concretos, o Ecomuseu de Creusot-Montceau, em França (1972) e o Ecomuseu do Seixal, em Portugal (1982), desejando com esta análise fazer perceber se estes e outros museus desta categoria conseguirão sobreviver e, sobretudo, cumprir “a sua missão de gestão do património ao serviço da sociedade”.²⁴ Não fazendo sentido, no contexto deste trabalho, proceder a uma análise exaustiva deste texto, entende-se, contudo, que as questões levantadas a partir da sua redação poderão ser pertinentes

²² Referimo-nos às *Jornadas Nacionais de Estudo sobre os Parques Naturais Regionais*, realizadas em França, em 1966, nas quais se discutiu a constituição dos Parques Naturais enquanto estruturas capazes de promover a defesa do património cultural e natural. Nesta iniciativa, Rivière intervém considerando “que os Parques deveriam incluir «recintos explorados museograficamente», onde se localizariam construções deslocadas dos seus ambientes originais, segundo o modelo do museu de *plein air* escandinavo”. (Duarte, 2013,103). Refere esta mesma fonte que “Os Parques acabam por ser criados em 1967, surgindo neles inseridas as chamadas «casas de parque» que devem ser entendidas como os antecessores imediatos do ecomuseu”.

A este propósito, importa referir, igualmente, a intensão de criação, em 1979, do Ecomuseu da Serra da Estrela, projecto acompanhado por George Henri Rivière, que acabou por não se concretizar.

²³ *Ibidem*.

²⁴ *Idem*,22.

na fundamentação do tema em discussão, tendo em conta o conhecimento profundo da matéria por parte dos seus autores, nomeadamente, por Hugues de Varine.

Nesta linha de pensamento, e atendendo-se à proposta que se pretende desenvolver ao longo deste estudo, alicerçada nas bases da Nova Museologia e contextualizada à luz destes princípios, por inerência decorrente da especificidade do território, importa clarificar ideias e conceitos, de forma a fundamentar posições.

Assim, para além dos riscos elencados no artigo afigura-se como fundamental referir, desde logo, o desvio face aos regulamentos e às normas existentes, criadas “a partir de uma definição de museu-instituição, que parte do princípio da existência de uma colecção inalienável”,²⁵ pese embora a sua igual aplicação ao ecomuseu que “representa o património de um território, utiliza todas as disciplinas e não se reconhece em nenhuma em particular”.²⁶ A colecção é, pois, outro dos riscos referidos, já que no cerne do projecto museal está a gestão do património global da comunidade e não a gestão de uma colecção. “A colecção do ecomuseu não é por si adquirida, conservada nas suas reservas, mas aquilo que a compõe fica no seu lugar no território, ou em casa de particulares, ou nos organismos públicos ou privados”.²⁷

Por outro lado, os autores alertam, igualmente, para os riscos de natureza económica e política de que estas estruturas tendem a padecer, uma vez que, maioritariamente, as necessidades de financiamento “conduzem a uma forte dependência dos poderes públicos e da sua “boa vontade” ou das suas exigências [sendo] também precários [dependendo] a sua obtenção de arbítrios políticos da parte dos decisores”.²⁸ Em estreita relação com esta realidade e tendo sempre em conta o carácter comunitário subjacente a esta tipologia museológica, Varine e Graça Filipe abordam, também, a questão da profissionalização, sujeita, por vezes, a regimes de voluntariado que “tendo de adquirir preparação, sem por isso se tornarem remunerados (...) desencorajam-se, cansam-se ou desaparecem”.²⁹

No fundamento da ecomuseologia está, de modo substancial, a participação activa da população. Segundo Revière, citado por Fernando Santos Pessoa (Pessoa, 2001a, 34), “«o ecomuseu não tem uma definição acabada nem uma expressão fixa»; «ele é criado como um

²⁵ *Idem* 26.

²⁶ *Idem* 27.

²⁷ *Idem* 26.

²⁸ *Idem*, 23.

²⁹ *Idem*, 28.

espelho onde a população se contempla para nele se reconhecer, onde ela procura a explicação do território a que está ligada»”.

Como tal, a comunhão entre o homem e a paisagem e que resulta da ambição de pressupor um museu que traduza “entre o substrato físico do território, a película biológica que o cobre, e o homem que está integrado nessa realidade biofísica”,³⁰ entronca, de forma inevitável, com outro conceito de protecção patrimonial já aflorado, o de Parque Natural que, como refere Henrique Coutinho Gouveia, no prefácio da obra de Pessoa, aludindo ao trabalho desenvolvido pelo autor, enquanto criador e director do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Património Paisagístico, em 1976:

(...) deixaria de ser entendid[o] como uma mera protecção biológica das espécies, passando a encontrar-se em causa os resultados de um longo processo de adaptação às actividades do homem. O esforço a empreender passaria assim a incidir na conservação da paisagem, o que implicaria a protecção e valorização das actividades tradicionais que constituíam o seu principal sustentáculo.

Esta inferência não pode deixar de prender a atenção, tendo em conta o estatuto de Parque Natural de grande parte do território, para o qual se deseja propor uma estrutura museológica. Como menciona Pessoa, “O ecomuseu e o parque natural estão (...) interligados, sendo o primeiro a expressão museológica, por excelência do segundo”.³¹

Será de equacionar a criação de um Ecomuseu para o território de Porto de Mós?

Afigura-se de extremo interesse esta eventual concretização, particularmente do ponto de vista da protecção dos valores locais e verificando a tendência a que se assiste para a criação de redes museológicas e patrimoniais, nas quais o ecomuseu passaria a desempenhar um papel preponderante, concedendo escala se pensado na base do “ princípio (...) [de] solidariedade entre os museus de territórios vizinhos e, sobretudo, entre os respectivos responsáveis” (Filipe

³⁰ *Idem*, 27.

³¹ *Idem*, 29.

e Varine, 2015, 33).³² Não obstante, entende-se que o carácter de dependência da gestão municipal, no caso específico em estudo, poderia limitar o eventual alcance do projecto, tendo em conta que o “Ecomuseu é um empreendimento cultural que pertence ao sector da economia social (...) e que depende de um financiamento híbrido, misturando recursos externos públicos e privados e recursos próprios provenientes dos seus membros e da sua actividade”.³³

Por outro lado, considera-se que o cumprimento da essência da ecomuseologia, assente no envolvimento activo da população, na realidade concreta do território em análise como, aliás, na maior parte dos casos no nosso país, estaria comprometida. Percebe-se e sente-se algum alheamento por parte das comunidades locais. É com serenidade que se aceita a construção de edifícios sem qualquer harmonia com o espaço envolvente. É com tranquilidade e despreocupação que se percebe, casualmente, a demolição de um antigo moinho de água ou de um lagar. “A participação da população é muito restrita” (Pessoa, 2001a, 134) e o desconhecimento do valor intrínseco da herança cultural local é, na generalidade, vulgar.

Para consolidar um ecomuseu não bastará, portanto, como expõe Fernando Santos Pessoa, recuperar uma oficina artesanal, instalando a memória da actividade. Tais acções, importantes no contexto da valorização do património “são um pedaço do espelho em que a população se revê, mas não são o espelho completo que George-Henri Rivière e os seus seguidores atribuíram ao conceito”.³⁴

Importa, igualmente, referir, no caso específico do território do concelho de Porto de Mós, os 30% de área que não são parte integrante do PNSAC, mas que comportam, do mesmo modo, população, património, evolução histórica e cultural: identidade, portanto.

Considerando-se a proposta de criação de um museu local, um ecomuseu, por hipótese, defende-se como premissa essencial que esta franja populacional não fique nem se sinta excluída do discurso museológico.

³² Não esqueçamos que da área geográfica do *PNSAC – Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros* fazem parte sete concelhos: Alcanena, Alcobaça, Ourém, Porto de Mós, Santarém, Rio Maior e Torres Novas.

³³ *Idem*, 28.

³⁴ *Idem*, 133.

3.2.2. Museu de Interpretação da Paisagem

A criação do conceito de *Museu de Interpretação da Paisagem* é da responsabilidade de Fernando Santos Pessoa, arquitecto paisagista, cuja actividade profissional foi anteriormente referenciada.

Marcadamente influenciado pelos princípios propugnados por Rivière, Pessoa dá corpo a esta nova teoria de interpretação museológica, apresentada em 1994, a pedido da direcção do então *Instituto de Conservação da Natureza*. Um projecto de implementação de um sistema museológico para as áreas protegidas nacionais, uma rede, por conseguinte, com base no espírito inovador da ecomuseologia mas que nunca foi possível concretizar.

Os fundamentos desta teoria assentam na constatação de que, actualmente, se torna difícil, senão impossível contar com o empenho e a participação activa das populações, pressuposto determinante na definição de um ecomuseu. Como tal, esta gradação do conceito apresenta-se, aos olhos do autor, como o mais adequado já que, por património se deverá entender:

(...) tudo quanto o homem produz em ligação com a Natureza que o rodeia, (...) toda a paisagem que nos envolve e em que nos integramos (...) não exist[indo] um fundamento sério para se falar de paisagem natural e de paisagem cultural, já que à influência humana não escapa nenhuma parcela do nosso espaço, em terra ou no mar.³⁵

Defende, como tal, que os parques naturais, as áreas protegidas deveriam esforçar-se “para manter, proteger e evidenciar, em conjunto, os valores naturais e culturais, que constituem o património das regiões em que (...) se inserem.”, destacando a interpretação como determinante na conservação.³⁶

Este alcance do conceito de *Museu de Interpretação da Paisagem* pressupõe, obviamente, a concepção de um projeto onde seriam vários os intervenientes. Derivando para o caso específico de Porto de Mós, não faria sentido trabalhar sobre os limites administrativos

³⁵ *Idem*, 87.

³⁶ *Ibidem*.

do concelho, tendo na base as circunstâncias Parque Natural e Maciço Calcário Estremenho.³⁷ Pensar-se-ia, então, no desenvolvimento de um projecto intermunicipal, contemplando um *Museu do Tempo* que pudesse criar motivações para que o visitante apreciasse e estudasse os valores da natureza e da cultura nos seus locais próprios – o *Museu do Espaço*.³⁸

Esta perspectiva conduz-nos à possibilidade de criação de um geoparque, tendo por base a singularidade geomorfológica do território do Maciço Calcário Estremenho, intensão tida, em 2012, pelo executivo municipal em exercício à data, mas que acabou por não encontrar espaço no caderno de opções políticas dos vários municípios supostamente envolvidos. Refira-se, no entanto, o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Porto de Mós na definição de unidades e subunidades geomorfológicas, na identificação de geossítios e no levantamento de estruturas de apoio ao nível da restauração e do alojamento.

De acordo com a UNESCO - *Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura*, um Geoparque “é uma área única e unificada onde locais e paisagens de importância geológica internacional são geridos numa conceção holística de protecção, educação e desenvolvimento sustentável”.³⁹

Nesta mesma linha de orientação, a *Rede Europeia de Geoparques* aborda a variedade de actividades que podem ser consideradas típicas de um geoparque e que:

(...) na sua maioria são de geoturismo ou baseadas no ensino, incluindo programas educativos, passeios guiados e exposições em museus. A protecção do património geológico e actividades promocionais também são actividades essenciais de um geoparque [bem como as] actividades sócio-económicas (...) importantes para o desenvolvimento regional sustentável.⁴⁰

³⁷ Realce para o facto de, na obra citada, Fernando Santos Pessoa, no âmbito do já referido trabalho de criação de um sistema museológico para as Áreas Protegidas do ICN, propor, para o caso específico do *Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*, um *Museu de Interpretação do Maciço Calcário Estremenho*. Nesta sugestão, o autor equaciona vários núcleos museológicos localizados nos vários concelhos que integram esta área protegida, nomeadamente, em Chão das Pias, Codaçal, Bemposta e Mira de Aire, no concelho de Porto de Mós; Moleana, em Alcobaça; Gruta de Vale de Peno, que assumimos como Gruta do Algar do Pena, no concelho de Alcanede; Moimento, em Ourém e Chãos e Fonte da Bica, no concelho de Rio Maior.

³⁸ O *Museu do Tempo* e o *Museu do Espaço* são componentes fundamentais do Ecomuseu, de acordo com os princípios defendidos por George-Henri Rivière e citados por Fernando Santos Pessoa, na obra referenciada.

³⁹ Acessível em: <https://www.unescportugal.mne.pt/pt/redes-unesco/rede-portuguesa-de-geoparques> [Consultado em 10 de Maio de 2018].

⁴⁰ Acessível em: http://www.europeangeoparks.org/?page_id=342&lang=ptt [Consultado em 10 de Maio de 2018].

Pelo exposto, considera-se, efectivamente, que esta poderá ter sido uma oportunidade perdida, num período temporal talvez perfeito,⁴¹ de concretização de uma estratégia global de gestão, protecção e valorização deste território, capaz de fomentar sinergias para além das fronteiras administrativas concelhias, de incrementar, em consequência, actividades económicas fundamentais ao desenvolvimento das comunidades, nomeadamente, o comércio local, a restauração, o alojamento ou as actividades turísticas controladas.

Trabalhar nesta perspectiva significaria obter a mobilização dos diferentes agentes para um objectivo comum: o desenvolvimento económico territorial já que os geoparques são, de acordo com a Organização das Nações Unidas para esta questão, para as pessoas e com as pessoas, tendo “impacto directo sobre o território, influenciando as condições de vida dos seus habitantes e o meio ambiente (...) permiti[ndo] que (...) retomem os valores da herança do território e participem activamente na revitalização cultural do território como um todo”.⁴²

Na hipótese de concretização deste projecto,⁴³ a existência de um Museu do Território policentrado, localizado na sede do concelho que maior área detém de Parque Natural, constituir-se-ia como um dos pilares fundamentais no que diz respeito à gestão patrimonial e ao conhecimento do território, uma vez que à instituição museal cabe promover, junto da população, a capacidade interpretativa face à realidade local, motivando-a a intervir, contribuindo para o desenvolvimento do seu espírito crítico, da procura de soluções, do melhoramento da sua auto-estima e da valorização da sua identidade.

3.2.3. Centro de Interpretação

O conceito de interpretação do património cultural, de acordo com Dan Aldrige, citado por Xerardo Pereiro Pérez (2013, 249), concretiza-se na “arte de explicar o significado de um lugar à gente que o visita, com o objectivo de introduzir uma mensagem de conservação”.

⁴¹ A público vieram já notícias relativamente à intensão de criação do *Geoparque Oeste*. Uma iniciativa conjunta dos municípios da Lourinhã, Torres Vedras, Óbidos e Bombarral, alicerçada nos vestígios paleontológicos de dinossauros existentes nesta região, confinante com o PNSAC.

⁴² Acessível em: http://www.europeangeoparks.org/?page_id=165&lang=pt [Consultado em 10 de Maio de 2018].

⁴³ A criação de um geoparque deveria resultar de um trabalho conjunto entre os municípios cujo território compõem o PNSAC e integram o MCE.

Sendo os principais suportes desta acção, os centros de interpretação satisfazem “uma nova procura social (...) oferece[ndo] uma leitura interpretada do património cultural, algo não evidente na simples contemplação de objectos”.⁴⁴ A construção deste tipo de estruturas tem proliferado nas últimas décadas, assistindo-se, em inúmeros casos, à desvirtualização da sua missão, pela criação de

(...) uma imagem hipervirtual de um território e de um grupo humano, poupando em dotação de pessoal, reduzindo a interpretação a simples informação, recriando tópicos e estereótipos, abusando da imagem sobre a experiência (...) devendo denominar-se centros de visitantes ou centros de recepção e acolhimento de visitantes.⁴⁵

Em contraponto ao museu, que deverá ter como missão adquirir, investigar, comunicar e expor o património material e imaterial de uma comunidade,⁴⁶ o centro de interpretação não necessita de se reger por estas funções, não se organiza necessariamente em torno de um acervo, não promove, por norma, o estudo e a investigação, não estrutura a sua acção em estreita colaboração com a população local, direcciona-se, sobretudo, para o visitante. Os centros de interpretação “não conservam património – apenas dão informação e ajudam a interpretar a natureza ou mesmo a paisagem”. (Pessoa-b, 2001).⁴⁷

No concelho de Porto de Mós existem, actualmente, dois centros de interpretação. O CIBA – Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota e o recentemente designado CISAC - Centro de Interpretação das Serras de Aire e Candeeiros que sucedeu e herdou o capital humano e os recursos da extinta Ecoteca, estrutura primeiramente designada como Centro de Interpretação de Porto de Mós.

Esta realidade leva-nos a proceder a algumas considerações. Por um lado, o objectivo que norteia a proposta de trabalho em desenvolvimento assume como premissa a criação de uma estrutura museológica de base social, desenvolvida em articulação com a comunidade local. Por outro, importa frisar que a futura estrutura deverá incorporar o acervo que irá herdar

⁴⁴ *Idem*, 261.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ Definição de Museu, ICOM, 2015. Acessível em: <http://icom-portugal.org/2015/03/19/definicao-museu/> [Consultado em Abril de 2018].

⁴⁷ Acessível em: <https://ecomuseus.wordpress.com/processos-de-gestao-museologica-participada/bibliografia-sobre-ecomuseus-e-museologia-social/museologia-de-interpretacao-da-paisagem/> [consultado em Abril de 2018].

do actual Museu Municipal devendo procurar potenciá-lo. Em terceiro lugar, importa do mesmo modo propiciar uma reflexão no âmbito das políticas de gestão patrimonial e de promoção dos lugares, atendendo-se à importância que as designações aportam nos dias de hoje, enquanto estratégias de atracção de públicos, considerando a proximidade física dos centros interpretativos referenciados, relativamente à localização espacial da proposta em desenvolvimento.

A interpretação detém, de modo inegável, um potencial muito interessante no que diz respeito ao conhecimento e à comunicação do património cultural. Contudo, entende-se que, pelo contexto descrito, a concretização de mais um centro de interpretação em Porto de Mós não dará resposta ao cumprimento da missão museológica que temos vindo a defender. Como observa Xerardo Pérez (2013, 250), “A interpretação (...) não é um simples entretenimento intelectual, mas sim um discurso comunicativo, um sistema de apresentação e gestão dos recursos, que satisfaz uma procura, isto é, a utilização social (turística às vezes) do património cultural, do património natural e da cultura”. Será, por isso, uma das funções essenciais a promover no âmbito da concretização da acção da nova instituição museal.

3.2.4. Museu do território

MUSEU DO TERRITÓRIO - Museu cujas coleções são representativas de um território específico, mais ou menos vasto e cuja ligação a esse mesmo território se concretiza através de um conjunto de ações em articulação com a comunidade e outras instituições locais.⁴⁸

Nesta definição de Museu do Território há três entidades fundamentais: “coleções”, “território” e “comunidade” que balizam a actividade desenvolvida por esta tipologia de instituição museal. Por diversas vezes ao longo deste estudo se tem referenciado a emergência de um novo pensamento na área da museologia e, conseqüentemente, a introdução de uma nova abordagem na função dos museus, desenvolvida na base da participação social, em virtude das transformações das sociedades, em geral, em plena era da informação e da comunicação. A articulação com a comunidade torna-se, como tal, o fio condutor da nova museologia que não descurando o objecto museológico, lhe concede uma abrangência interpretativa para além do contexto expositivo. Trata-se de uma estratégia de conhecimento mais vasta, na qual se pretende

⁴⁸ Conceito aprovado pelo Conselho Superior de Estatística, do INE – Instituto Nacional de Estatística, desde 26 de Fevereiro de 2008. Acessível em: <http://smi.ine.pt/Conceito/Detalhes/44677> [Consultado em 10 de Maio de 2018].

que o processo de significação extrapole os limites do contentor museológico, encontrando eco e concretização na leitura e na descoberta dos territórios e nos modos de vida das comunidades.

O Museu do Território não é, desta forma, nem um ecomuseu, nem um centro de interpretação. Carecendo do conhecimento da herança local, deve promover sinergias dentro da comunidade, não sendo necessário depender, em exclusivo, da participação activa e quotidiana da população. Deve, contudo, promover a designada educação patrimonial. O Museu do Território herda uma colecção. Como tal, compete-lhe actuar no sentido de a conservar e de a divulgar numa perspectiva de conhecimento abrangente do património, praticando uma museologia dinâmica que envolva “o desenvolvimento das pessoas e das comunidades pela sua associação a projectos futuros (...) com o objectivo principal de contribuir para um sentimento de orgulho local e contribuir para a prevenção da destruição das identidades culturais”, (Gonçalves, 2007, 10).

Pelo exposto, considera-se fundamentada a opção pela proposta de criação do Museu do Território de Porto de Mós. Uma instituição com um núcleo central a partir do qual se concebam polos e/ou pontos de conhecimento do território. Uma estrutura em que apesar da dependência, em termos financeiros, dos poderes públicos, considerando-se a sua tutela municipal, seja possível equacionar a concretização de sinergias não só dentro mas, também, fora dos limites administrativos concelhios, uma vez que a herança deste território pode ser contada a várias vozes. Uma estrutura que se assuma como promotora de novas actividades e dinâmicas, numa lógica de desenvolvimento local e de afirmação regional.



Fig. 3: Divisão administrativa actual do concelho de Porto de Mós, por freguesia.
 Fonte: CMPM, 2018.

No que diz respeito à geomorfologia, o território do concelho de Porto de Mós abrange uma grande parte da unidade de paisagem conhecida como Maciço Calcário Estremenho (MCE) (Fig. 4). Esta peça da história geológica da bordadura ocidental portuguesa está protegida com o estatuto de parque natural, o Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (PNSAC), sendo essencialmente constituído pelas formações carbonatadas do Jurássico (predominantemente Jurássico Médio), que se apresentam nuas em grandes extensões, afetadas por múltiplos acidentes tectónicos e fortemente marcadas pela erosão hídrica e pela dissolução química das rochas (relevo cársico) (Carvalho, Midões, Machado, Sampaio e Vítor, 2011).

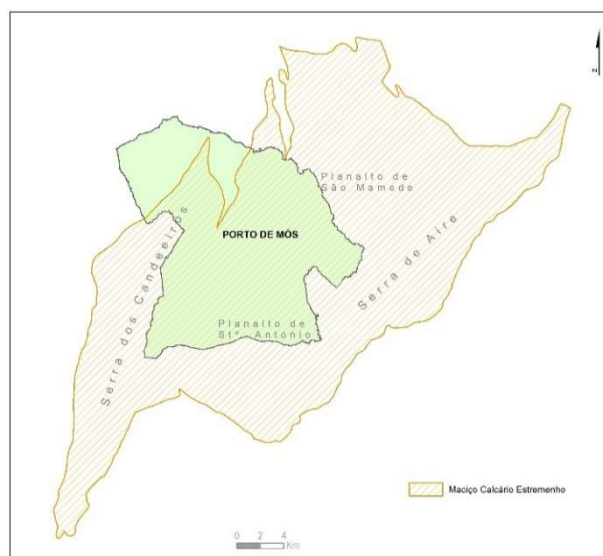


Fig. 4: Mapa do concelho de Porto de Mós inserido no Maciço Calcário Estremenho
 Fonte: CMPM, 2018

Do ponto de vista geomorfológico podem diferenciar-se no MCE quatro unidades distintas: a serra dos Candeeiros, a oeste, o planalto de Santo António, ao centro e sul, e o planalto de São Mamede e a serra de Aire, a norte e a este, respetivamente.

A paisagem cársica atinge, nesta região, um grande desenvolvimento, proporcionado pela espessura e relativa pureza das rochas carbonatadas. Abundam as formas de superfície em diferentes estádios de evolução, lapiás, dolinas e as depressões tectónicas e os vales e, em profundidade, as redes de galerias subterrâneas.

O Maciço constitui-se, assim, como o mais importante dos elementos estruturantes da paisagem do território de Porto de Mós, condicionando a circulação das águas, a biodiversidade e a ocupação e atividade humanas.

Alfredo Martins (1949, 39), autor de referência no estudo desta unidade, afirma:

Assim tão diferenciado das regiões confinantes (...) pelas formações geológicas, pela carência quase total de drenagem subaérea e escassez de pontos de água, e reforçada ainda a sua fisionomia particular pelo típico revestimento vegetal, a individualidade do Maciço Calcário Estremenho não pode oferecer dúvidas.

1.2. Enquadramento histórico

Os estudos existentes datam no Paleolítico Inferior os primeiros vestígios da presença humana neste território, isto é, há cerca de 250 mil anos. São consideráveis os testemunhos deixados não só neste período como nos subsequentes, como refere António José Teixeira (2015, 41), nomeadamente no:

(...) Paleolítico Médio, Superior e Mesolítico; [sendo o] caso das jazidas de São Miguel do Peral, Pedra da Paciência, a zona do Carrascal na Corredoura, ainda o importantíssimo núcleo da Ribeira do Vale da Mata, o abrigo da Pena de Mira (...) e por fim todo o corredor de penetração do polje/vale de Alvados (...) [no] Neolítico, Idade do Bronze (...) evidenciando-se as zonas dos Pragais, Alcaria e Fonte dos Marcos – não só pela riqueza do espólio aí recolhido, dando origem às famosas pontas de seta e punhais de bronze de Porto de Mós – conhecidos a nível mundial, finalizando com as cronologias do Ferro I e II.

A existência de inúmeras cavidades cársticas no território, por um lado, e o carácter fértil das terras do vale do rio Lena, por outro, constituem factores que motivaram e determinaram a instalação de vários núcleos de povoados. Aliás, como menciona o mesmo autor “Este vale (...) parece funcionar como um dos tais corredores de passagem/vias de penetração, [de atravessamento do Maciço] (...) na idade do ferro e época romana, tendo talvez, já essa função na idade do bronze”.⁵⁰

Da romanização, Porto de Mós conserva, entre outros, um vestígio significativo no que concerne à estruturação da rede viária neste período: o troço da Estrada Romana do Alqueidão da Serra, integrado na via principal da Lusitânia, entre as cidades de *Bracara Augusta*,⁵¹ e *Olisipo*,⁵² fletindo “talvez (...) na direcção de Ourém, ligando deste modo *Collipo*⁵³ e *Sellium*,⁵⁴ um corredor comercial importante em termos de mineração de ferro de que existem testemunhos arqueológicos na mesma freguesia.⁵⁵ Deste período destaque, também, para os vestígios do povoado da Quinta de São Paio, em Calvaria de Cima, nomeadamente fragmentos de telha e pesos de tear.

Será, contudo, a partir da reconquista cristã que a vila de Porto de Mós passará a ter preponderância no contexto político, militar e social, nomeadamente no período de governação das dinastias de Borgonha e de Avis (Soares, 2015, 53).

Segundo Saúl António Gomes (2015, 66):

As dinâmicas de ocupação e povoamento deste território situado nas serras de Aire e Candeeiros e na bacia hidrográfica dos rios Lena e Lis acabariam por fazer de Porto de Mós, mais do que um ponto de passagem ou entreposto comercial de recursos minerais, especialmente liozes e calcários, tão necessários às actividades moageiras e de lagaragem que proliferavam em toda a região, uma nova sede concelhia.

Terá sido nesta conjuntura que nasceu Porto de Mós, surgindo pela primeira vez, em 1183, na carta de delimitação do Couto de Alcobaça, o topónimo “*Portus de Molis*”,

⁵⁰ *Idem*, 44.

⁵¹ Actual cidade de Braga.

⁵² Actual cidade de Lisboa.

⁵³ Cidade romana nas proximidades do actual concelho da Batalha, com uma posição dominante sobre os vales férteis dos principais rios da região, o Lena e o Lis e que remonta, provavelmente, ao século IV a.C.

Informação acessível em: <http://arqueologia.patrimoniocultural.pt/?sid=sitios.resultados&subsid=47530> [Consultado em 11 de Maio de 2018].

⁵⁴ Actual cidade de Tomar.

⁵⁵ *Idem*, 50.

referenciado com outras grafias, como “*Portum de Mol*”, “*Portum de Molis*” ou “*Portum Molarum*”, em diferentes documentos oficiais da época, sendo que o primeiro testemunho escrito de Porto de Mós, em português medievo, portanto, terá surgido em 1282, no diploma elaborado pelo tabelião portomosense, Diogo Gonçalves (Gomes, 2005, 27).

De acordo com o mesmo autor,

*O porto das mós dá nome à terra que historiamos, reconhecendo-lhe inegável relevância no contexto da rede de circulação da região (...) e da sua prosperidade agrária que impôs, desde muito cedo, as tecnologias rurais da moagem em azenhas, ou mais, tarde, de moinhos de vento.*⁵⁶

O castelo de Porto de Mós, tomado aos mouros por D. Afonso Henrique (1109[?]-1185), ter-se-á assumido, de acordo com Kevin Soares (2015, 55) “como um importante baluarte defensivo em estreita ligação com os dispositivos de Ourém, Pombal e Leiria, na contenção e resistência das incursões muçulmanas”, julgando-se, contudo, que a existência desta fortaleza defensiva remonte ao império romano, localizada estrategicamente no local onde teria existido, primitivamente, um castro (Teixeira, 2009, 14).

De posto de vigia, a fortificação foi sofrendo ao longo dos séculos transformações profundas, abandonando a inicial “estrutura românica forte e robusta (...) para uma elegante fortaleza de características civis evidentes” (Soares: 2015, 56), sobretudo no decorrer do século XV, pela iniciativa de D. Afonso, quarto Conde de Ourém (1403[?]-1460).⁵⁷

Como refere Alexandra Barradas (2006, 276-277):

A remodelação (...) transformou o velho castelo românico de Porto de Mós no, talvez, mais equilibrado exemplo da arquitectura civil do final da Idade Média, em Portugal, pois a acção construtiva nele levada a cabo soube, a partir da pré-existência, acrescentar-lhe organização, proporção e equilíbrio, num *projecto* bastante engenhoso que mais não fez do que, interiormente, preencher e reorganizar o espaço livre e, exteriormente, compor as fachadas ladeadas agora não por torres ameadas mas rematadas por

⁵⁶ *Idem*, 24.

⁵⁷ A relação de D. Afonso, quarto Conde de Ourém, com a vila de Porto de Mós e com o seu castelo, explica-se pela sua genealogia. Filho de D. Afonso, Conde de Barcelos e 1º Duque de Bragança (1370[?]-1460), e de Dona Brites Pereira (1378 [?]-1414 [?], filha de D. Nuno Álvares Pereira (1360-1431), recebe, em 1422, pelas mãos do seu avô materno, aquando do recolhimento deste ao Convento do Carmo, a vila de Porto de Mós, para além de outras povoações na linha da Estremadura. A remodelação da fortaleza, segundo Alexandra Barradas (2006, 275),

poderá ter sido motivada, sobretudo, por razões de ordem “simbólica e afectiva: as tropas do Condestável tinham pernoidado na véspera de Aljubarrota em Porto de Mós e aquela era a localidade mais próxima do campo onde tinha sido travada a batalha. Aquele era, no fundo, o local das acções que lhe tinham proporcionado o lugar de destaque que ocupava na corte e a independência que tanto prezava, pois os créditos da vitória tinham rendido, ao seu avô, amplas doações onde foram incluídos bens que passaram a pertencer-lhe. (...) Assim, não será difícil aceitar que tenha considerado Porto de Mós como local simbólico de origem e fundação da sua casa, pelo que naturalmente teria de empreender, nesta localidade, acção construtiva.

machicolis e talvez cobertas com coruchéus, esbeltas estruturas que conferiram ao conjunto a elegância que originalmente não possuía.

Importa, ainda, aludir à figura de D. Fuas Roupinho que a tradição oral, documentada desde cedo, referencia como alcaide-mor do castelo portomosense e que se associa, de modo imediato, à lenda do milagre da Virgem da Nazaré (Gomes, 2015, 66).

Senhor de Porto de Mós, como reproduz Tiago João Queimada e Silva (2012, 92), a partir da *Crónica de Portugal de 1419*, D. Fuas Roupinho terá enfrentado a armada muçulmana que investiu sobre o termo de Porto de Mós, derrotando e aprisionando o rei Gani e o seu irmão. “Ambos foram levados a Coimbra e apresentados perante Afonso Henriques, que outorga muitas “merções” a Fuas Roupinho, em consideração pelo seu feito”.⁵⁸

Actualmente, são inúmeras as referências na vila e no concelho a esta figura, quer na toponímia, quer na designação de empresas ou associações (Fig. 5).⁵⁹



Fig. 5: “D. Fuas”: escultura em ferro da autoria de Paulo Honorato e João Neto, 2016.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.

A vila começou por pertencer aos coutos do Mosteiro de Alcobaça, posse confirmada, em 1248, por testamento de D. Sancho II (1209-1248) (Serrão, 2003, 10). Saul Gomes (2005, 36) afirma, igualmente, que “Como senhorios económicos dominantes do concelho, encontramos o Rei e o Mosteiro de Alcobaça. O caso da Abadia alcobaciana, porque mais documentado, parece-nos elucidativo do tipo de interesses económicos desses senhorios na região”.

⁵⁸ *Idem*, 93.

⁵⁹ A título de exemplo: Rua D. Fuas Roupinho (Porto de Mós, Alvados e Mira de Aire); Travessa D. Fuas Roupinho (Porto de Mós), Centro Cultural e Recreativo D. Fuas; Rádio D. Fuas, o novo monumento numa das rotundas de entrada da vila, entre outros.

Em 1281, a vila e o seu castelo foram doados a D. Isabel de Aragão (1271-1336), incluídos no rol de bens do seu casamento com o rei D. Dinis (1279-1325) que haveria de atribuir foral à vila no ano de 1305, reconhecendo-lhe prosperidade e organização administrativa coesa.

Volvido quase um século, Porto de Mós assume lugar determinante nos acontecimentos de cariz nacional. O castelo da vila terá servido de lugar de pernoita às tropas de D. Nuno Álvares Pereira que, na manhã do dia 14 de Agosto de 1385, se dirigiram para o planalto de São Jorge, actual lugar da freguesia de Calvaria de Cima, do concelho de Porto de Mós, enfrentando o exército castelhano na designada Batalha Real, posteriormente denominada de Aljubarrota, garantindo, com a vitória alcançada, a independência de Portugal.⁶⁰

A evocação do caminho percorrido pelas tropas portuguesas a partir do castelo de Porto de Mós em direcção ao campo de batalha está hoje, pela sua simbologia, representado na escultura em ferro, da autoria de Paulo Honorato, intitulada “Às Armas”, localizada no limite da Rua Cruz do Sabugueiro, via que permite o acesso ao monumento nacional (Fig. 6).



Fig. 6: “Às Armas”: escultura em ferro, com elementos em pedra, da autoria de Paulo Honorato, 2014, alusiva à descida das tropas de D. João I do castelo de Porto de Mós, em direcção ao Planalto de São Jorge, na véspera da Batalha Real de 14 de Agosto de 1385.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.

⁶⁰ A adopção, de certo modo errada, da designação de Batalha de Aljubarrota, em detrimento da designação de Batalha Real é, pelo pensamento de Saul António Gomes (2007, 10-11) “um tema e problema que não está, de modo algum, bem considerado por historiadores e estudiosos (...) constitui [ndo] um caso que (...) ter[á] interesse para a compreensão de como se faz a história (...) e de como certos acontecimentos são apropriados pela memória colectiva, hoje (...) memória nacional e internacional.” Gomes expõe que haverá dois tipos de influência no que diz respeito ao baptismo das batalhas em contexto medieval. A primeira, e mais comum, relaciona-se com a toponímia do lugar onde o confronto se desenrolou, de que são exemplo a Batalha de Ourique ou do Salado. A segunda estará dependente da influência simbólico-religiosa, hipótese na qual caberá a designação da Batalha em questão. Isto é: segundo o mesmo autor “Batalha Real foi, de facto, o nome por que a conheceram os seus contemporâneos, aqueles que a travaram e venceram. Batalha de Santa Maria da Vitória foi a linha baptismal prosseguida no campo da sua significação religiosa e simbólica (...) [Já] a designação com que seria coligida nos manuais de história da Europa, a de Batalha de Aljubarrota, designação de um lugar distante, [foi] desenvolvida sobretudo por um conjunto de cronistas que (...) parecem conhecer mal a realidade micro local, quer geográfica, quer administrativo-concelhia”.

Em 20 de Agosto de 1385, D. João I doa o condado de Ourém e de Porto de Mós a D. Nuno Álvares Pereira, assumindo as funções de senhor da Vila até 1422, data em que o entrega a seu neto, D. Afonso, quarto Conde de Ourém.⁶¹

Pertença da Casa de Bragança já no decorrer do século XVI, Porto de Mós assiste à promulgação real do Foral Novo, a 18 de Fevereiro de 1515, por D. Manuel I.

Mais do que evidenciar a Lei geral e o Direito comum local, o texto procura ordenar esclarecidamente os sectores produtivos dos quais se deveria pagar imposto ao Rei. As jugadas de peões, seareiros e cavaleiros, as oitavas de vinho, linho e milho, as celeirarias, a relegagem, a dízima das sentenças, os montados, as sesmarias, os direitos dos moinhos e dos fornos, a açougagem, a almocreveria, o tabeliado, o gado de vento, as penas de armas, a colheita e a portagem (...) constituem o elenco dos direitos reais em Porto de Mós.⁶²

Data também deste período a fundação da Misericórdia da vila, “com hospital anexo, uma das mais precoces em toda a região, incorporando-lhe o património da antiga Gafaria e Ermida de Santo André”⁶³ e é comprovada, nesta época, a existência de uma judiaria (Serrão, 2003, 17). A vila conta ao tempo três freguesias religiosas, Santa Maria, São João Baptista e São Pedro.

O último quartel do século XVII traria, em definitivo, para a vila a instalação do Convento dos Frades Eremitas ou Recolectores de Santo Agostinho. Como apontam Soares e Cabral (2017, 23):

Em 1673, alguns eremitas descalços da recém-reformada Ordem de Santo Agostinho instalaram-se em Porto de Mós, numa pequena ermida dedicada ao Bom Jesus, então localizada no Rossio da vila. Nas décadas seguintes, a comunidade chegou a ser composta por dezenas de membros, entre os professores religiosos e leigos, os noviços e toda a criadagem conventual.

No final do século, é fundada a *Real Fábrica do Juncal*, em 1770, pela mão de José Rodrigues da Silva e Sousa, cuja produção incidia em louça utilitária e azulejo, em produção ao longo de mais de cem anos, tendo encerrado em 1876. Deste património são várias as

⁶¹ *Idem*, 50.

⁶² *Idem*, 59.

⁶³ *Ibidem*.

coleções de louça em posse de particulares e alguns os exemplares expostos em museus nacionais e regionais.⁶⁴ Da azulejaria, são exemplo os painéis que revestem a Igreja de São Miguel, no Juncal, bem como os da Igreja dos Milagres, em Leiria. Nas palavras de Maria Filomena Martins (1997, 18-19):

A qualidade dos produtos manufacturados poderá, de certo modo, ser ajuizada quer pelas peças que chegaram até aos nossos dias e se encontram, em grande parte, nos Museus Nacionais, quer pelos clientes habituais da Fábrica, de que se destacavam os mosteiros da região, nomeadamente Cistercienses de Alcobaça, São Francisco e Santa Ana de Leiria, Louriçal e Agostinhos Descalços de Porto de Mós.

A devastação causada pelas Invasões Francesas, a extinção do concelho, em 1895, restaurado três anos, o desmantelamento do convento do Bom Jesus de Porto de Mós, em virtude da extinção das ordens religiosas e do triunfo do Regime Liberal, acarretando consigo mudanças significativas, em termos de jurisdição administrativa civil e religiosa, são acontecimentos que marcaram a história do concelho, durante este século. Mutações são, como tal, o termo que marca a centúria de oitocentos, no contexto local. Voltando a referir Saul Gomes Gomes (2005, 70), “O século XIX culminou uma evolução histórica secular portomosense que o atinge com aparente exaustão”.

O início do século XX traz desenvolvimento e progresso industrial a partir do projecto materializado pela EML - Empresa Mineira do Lena alicerçado na tríade: exploração mineira de carvão, caminho-de-ferro e produção de energia eléctrica.

Em 1930 está já em funcionamento a linha de caminho-de-ferro que ligaria o lugar da Bezerra, freguesia de Serro Ventoso, do concelho de Porto de Mós, à Martingança, no concelho de Alcobaça, combinando o serviço de passageiros e mercadorias, optimizando-se, desta forma, o escoamento do minério. (Brandão, 2014, 172). Em Maio de 1933, a Central Lena entra em funcionamento regular e é inaugurada a iluminação pública da vila de Porto de Mós, estendendo-se, poucos anos mais tarde, a outros lugares do concelho. (Brandão, 2016, 107-108).

De um outro ponto de vista, 1936 é um ano marcado pelo luto, em consequência do trágico desastre da Escola Primária, largamente noticiado, à época, na imprensa regional, nacional e internacional e, ainda hoje, bem presente na memória portomosens, perpetuado na

⁶⁴ São exemplos as peças integrantes no acervo do Museu Nacional Machado de Castro, em Coimbra e no Museu de Leiria. No que diz respeito a colecções particulares, destaque para a colecção em posse de Rafael Calado, com origem no Juncal e para a colecção da família Pereira de Sampaio, de Alcobaça.

obra “Voz às Memórias – Desastre da Escola Primária de Porto de Mós, 8 de Dezembro de 1936”, editado pela Câmara Municipal de Porto de Mós (2012, 4):

O dia 8 de dezembro de 1936 marcou, de forma indelével, a memória deste concelho, num momento que conjuga uma simetria estranha que fez coincidir a data em que ocorreu com o número de vítimas do trágico Desastre da Escola Primária de Porto de Mós: 8 adultos e 36 crianças perderam a vida nesse dia.

Na década de trinta assiste-se, ainda, à reforma administrativa de 1937 que transfere a vila da zona da Alta Estremadura para a nova província da Beira Litoral. “Dir-se-ia que Porto de Mós, no que respeita à sua vivência económica, se afastou de Santarém e Vale do Tejo, para se integrar no impulso regional que lhe advinha da cidade do Liz e da franja costeira”. (Serrão, 2003, 32), proximidade que actualmente mantém, atendendo-se à sua integração na sub-região Pinhal Litoral.

1.3. Evolução demográfica

A população residente no concelho de Porto de Mós tem registado, com maior ou menor relevo, uma evolução positiva desde 1864 até à actualidade, comprovada pelo aumento que, ainda que não muito significativo, tem sido constante. Verifica-se, apenas, uma diminuição populacional no período que medeia entre as décadas de sessenta e setenta, do século XX, na ordem dos quatro por cento, em resultado, provavelmente, da vaga emigratória que, como na generalidade do país, terá assolado, também, o concelho, no decorrer deste período (Fig. 7).

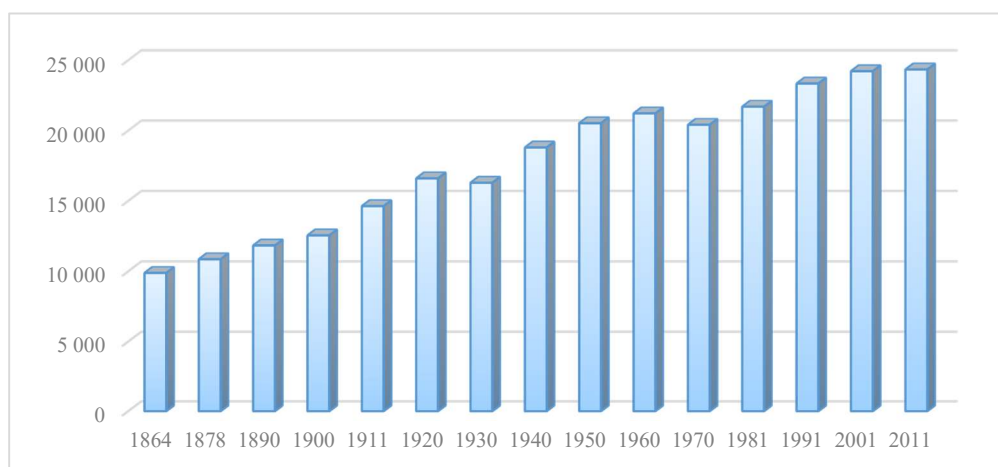


Fig. 7: Evolução da população residente no concelho de Porto de Mós (1864 – 2011)
Fonte: Recenseamentos Gerais da População de 1864 a 2011, INE.

Como é possível verificar no Quadro 3, ao nível das freguesias, Calvaria de Cima, Juncal e São Pedro (esta última, actual, Freguesia de Porto de Mós – São João Baptista e São Pedro) destacam-se por, no período temporal definido, nunca apresentarem valores negativos em termos de variação da população.

Por seu lado, os valores de outras freguesias, das quais são exemplos evidentes Alcária (atual União de Freguesias de Alvados e Alcária) ou São Bento (que apresenta valores de decréscimo ininterrupto desde 1970), demonstram uma tendência progressiva e, nalguns casos, acentuada perda de população.

Quadro 3: Variação da população residente por decénio, por freguesia.

FREGUESIAS	Variação (%) 1970-1981	Variação (%) 1981-1991	Variação (%) 1991-2001	Variação (%) 2001-2011
Alcária	8,9	-6,6	-14,1	-4,69
Alqueidão da Serra	-3,4	-1,7	2,6	-3,20
Alvados	-0,9	-2,3	0,7	-10,93
Arrimal	-0,9	-4,5	-8,3	3,61
Calvaria de Cima	17,0	4,5	10,7	12,99
Juncal	9,3	7,9	3,8	2,31
Mendiga	-2,8	-2,6	8,3	-8,46
Mira de Aire	7,6	2,7	-2,7	-4,45
Pedreiras	46,0	8,5	0,1	1,88
S. Bento	-12,1	-5,5	-0,4	-12,38
S. João Baptista	-10,3	69,3	12,4	7,71
S. Pedro	7,6	7,5	11,1	0,35
Serro Ventoso	-4,9	-4,3	7,9	-7,90
Total do concelho	6,3	7,6	4,0	0,29

Fonte: *Recenseamento Geral da População*, 1970, 1981, 1991, 2001, e 2011 INE.

Caso evidente da relação demografia/economia é o da freguesia de Mira de Aire que, até 1981 registou um aumento demográfico contínuo, fruto do desenvolvimento económico que conheceu até à época (sobretudo devido ao profícuo sector têxtil), sendo que, a partir dessa data e, coincidentemente, da altura em que o florescimento económico se começa a esbater, inverte essa tendência, iniciando um processo de decréscimo populacional que conduziu, em 2011, a valores próximos dos registados na década de 70.

As demais freguesias, excepcionando-se as já referidas pelo seu dinamismo demográfico positivo, têm passado por oscilações que, na sua maioria, se traduziram em perda de população, sendo de registar as freguesias de Alqueidão da Serra, Mendiga e Serro Ventoso que, tendo registado crescimento entre 1991 e 2001, voltaram a perder população em 2011.

Em direta relação com a variação da população, encontra-se a densidade populacional. É notória a concentração da população na zona norte do concelho, à qual se junta Mira de Aire, onde a forte presença do setor secundário e dos prestadores de serviços, aliada à privilegiada acessibilidade e à própria morfologia do território, conjuga condições que poderão ser consideradas mais facilitadoras da fixação de pessoas (Fig. 8).

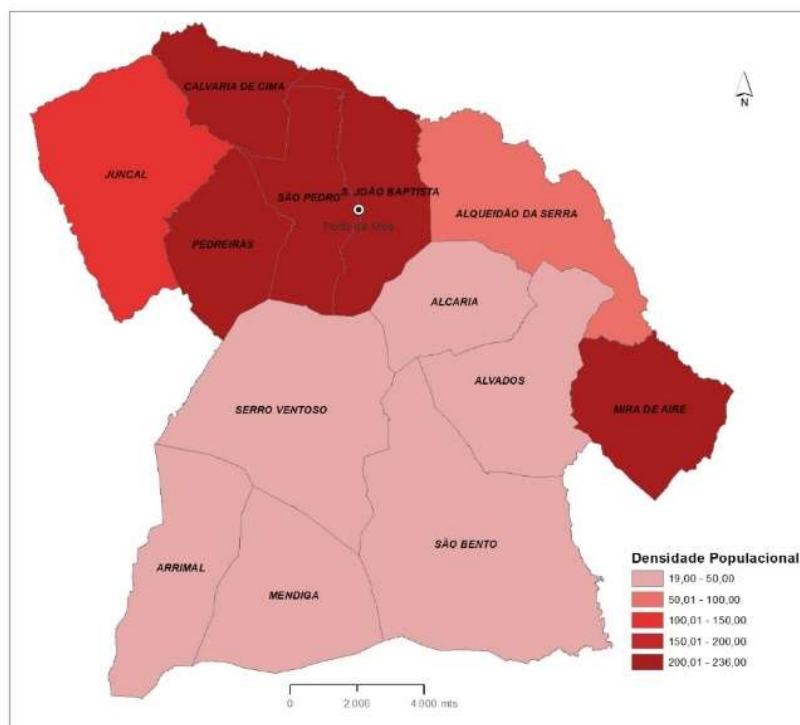


Fig. 8: Densidade populacional (2011) – Concelho de Porto de Mós
Fonte: *Recenseamento Geral da População 2011*, INE.

As freguesias a sul no concelho, área também denominada como “zona serrana” (integralmente abarcada pelo Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros), além de valores mais baixos de população, demonstram uma maior dispersão territorial dos aglomerados populacionais, predominantemente organizados em pequenas aldeias, onde a agricultura e a pecuária, a par da indústria de extracção da pedra, desempenham um papel de charneira na economia local. O exemplo mais nítido desta última situação é a freguesia de São Bento.

Numa análise da estrutura etária à escala da freguesia, verifica-se que é, sobretudo, nas freguesias de Alcaria, Alvados e São Bento, que o cenário de envelhecimento é mais vincado, destacando-se Alcaria, com uma percentagem de idosos superior a 30%. Ultrapassando a

fasquia dos 20% de população idosa, encontram-se, também, Alqueidão da Serra, Mendiga, Mira de Aire, Pedreiras e Serro Ventoso (Fig. 9).

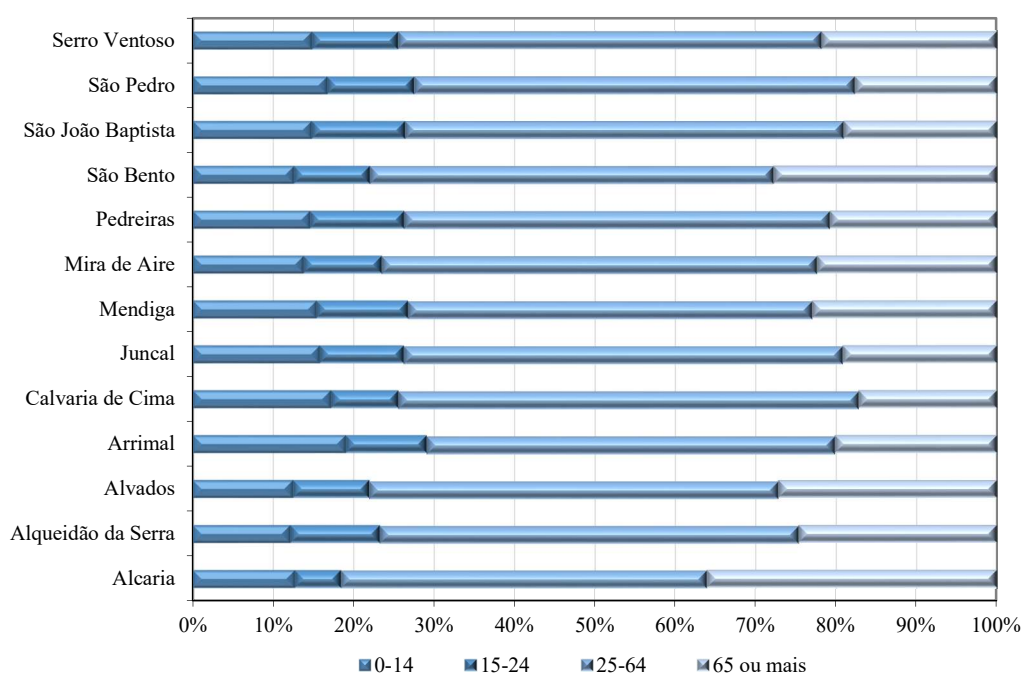


Fig. 9: Estrutura etária da população, por freguesia (2011).
 Fonte: *Recenseamento Geral da População 2011*, INE.

A tendência generalizada de envelhecimento não é, no entanto, sentida de igual forma em todas as freguesias pois, nos casos de Arrimal, Juncal, Calvaria de Cima, Mendiga, Pedreiras, São Pedro, São João Batista e Serro Ventoso, a percentagem de jovens (0-24 anos) mantém-se superior à de idosos, superioridade esta que, contudo, não é suficiente para deixar antever uma inversão da referida tendência.

A exacerbar a circunstância atrás descrita, encontram-se os valores da Taxa de Natalidade e da Taxa de Mortalidade, com uma acentuada diminuição da primeira, nomeadamente, a partir de 2007, e o crescimento, não linear, da segunda (Fig. 10). Muito embora a Taxa de Mortalidade tenha conhecido várias oscilações no período em análise, desde o ano de 2005 que se tem mantido sempre superior à de Natalidade, situação conducente a taxas de crescimento efetivo e de crescimento natural negativas, acentuando-se, igualmente, o Índice de Envelhecimento.

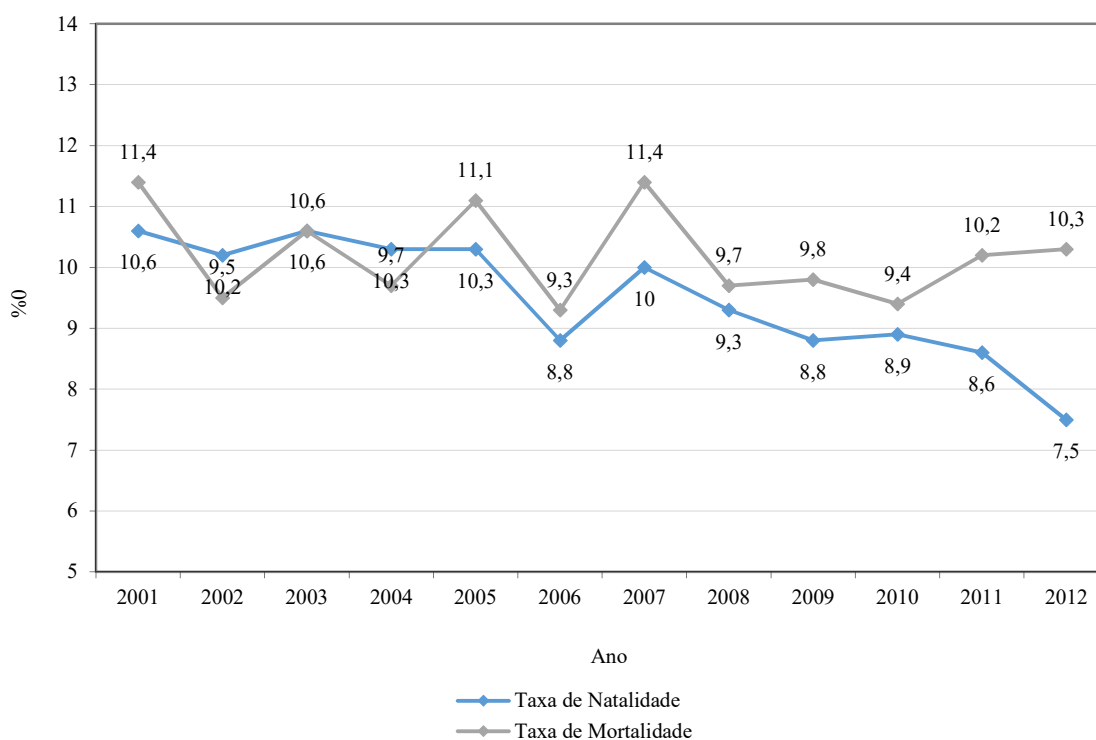


Fig. 10: Evolução da taxa de natalidade e da taxa de mortalidade no concelho de Porto de Mós (2001-2012).

Fonte: *Anuários Estatísticos*, 2001-2012, INE

Não obstante esta tendência que é, aliás, semelhante na generalidade do país, o concelho de Porto de Mós detém características ímpares que o colocam, por exemplo, no quarto lugar da lista dos dez destinos de natureza emergentes em Portugal, no ano de 2017.⁶⁵

Igualmente, na edição de 2018 do *Bloom Consulting Portugal City Brand Raquink*, realizada pela empresa de consultoria *Bloom Consulting*, objectivando medir o impacto da marca de cada município português nas áreas de Negócios (Investimento), Visitar (Turismo) e Viver (Talento), o concelho de Porto de Mós surge na quadragésima sétima posição, no *ranking* regional do Centro e sensivelmente a meio da tabela, ocupando a centésima quinquagésima posição, a nível nacional.⁶⁶

Dados que a serem encarados como indicadores optimistas no que diz respeito à capacidade atractiva do território poderão, de alguma forma, contribuir para o desagramento da situação actual, enquanto motores de incentivo ao incremento de novas áreas de actividade no âmbito de uma política concertada de desenvolvimento.

⁶⁵ Estudo feito com base nas pesquisas efectuadas no motor de busca Trivago. Informação acessível em: <http://magazine.trivago.pt/turismo-rural-destinos-natureza-emergentes/> [Consultado em Maio de 2018].

⁶⁶ Informação acessível em: https://www.bloomconsulting.com/pdf/rankings/Bloom_Consulting_City_Brand_Ranking_Portugal.pdf [Consultado em Maio de 2018].

1.4. Estrutura económica

Ao longo dos tempos, a vida económica do território do concelho de Porto de Mós baseou-se, sobretudo, na actividade agrícola e pecuária.

No ano de 1876, são 65 os lagares de azeite de oliveira, 89 os lagares de vinho ou lagariças e 94 os moinhos de fabricar farinha (Frazão, 1982, 159). O cultivo da oliveira teve, desde sempre, uma expressão significativa pela sua capacidade de resistência e adaptabilidade aos solos. Na obra de Saul António Gomes (2005, 900), *Porto de Mós - Colectânea Histórica e Documental – Séculos XII a XIX*, transcreve-se a *Memória Paroquial de Mira de Aire*, de 1758, de onde é possível extrair o seguinte trecho:

(...) os frutos da terra, que recebem em mais abundância os moradores desta Freguesia, he azeite posto que as oliveiras estão a maior parte dellas, metidas entre as pedras, tanto, que apenas cabe mais que o pé das oliveiras entre pedra e pedra.

Também, a agro-pecuária teve sempre um peso preponderante na economia de subsistência da população. A criação de gado caprino era, como tal, significativa na medida em que esta actividade se adaptava “a áreas de débil ocupação humana (...) caracterizadas pela proliferação de extensos espaços livres, incultos, desaproveitados para a agricultura”. (Teixeira, 2006, 98), de que são exemplo os solos agrestes do Maciço Calcário, contribuindo, ao mesmo tempo, com o leite, o queijo, a carne e as peles para o sustento necessário. Mais tarde, no decorrer das décadas de oitenta e noventa do século XX, a criação de gado suíno e bovino, vacas leiteiras, sobretudo, haveria de se afirmar no âmbito da economia das zonas serranas, mormente em São Bento.

Nos finais do século XIX, princípios do século XX, o concelho irá despertar para a riqueza dos recursos no seu subsolo. Assiste-se, assim, ao incremento da exploração mineira do carvão e da pedra, “ampliando-se a extracção do calcário” (Gomes, 2005,70).

Durante este século são concretizados trabalhos diversos de pesquisa que comprovam não só a efectiva existência de carvão, bem como a corrida verificada relativamente à sua exploração, como atestam os Livros de Registo de Minas do Concelho de Porto de Mós, datados entre 1872 e 1966.⁶⁷ Como se afirma em Sousa e Oliveira (2015, 56), “A actividade extractiva mineira portomosense começa, de facto, a tomar algum significado a partir deste período”.

⁶⁷ Arquivo Histórico Municipal de Porto de Mós.

De acordo com o 7.º *Recenseamento Geral da População*, na década de 30 do século XX, Porto de Mós, apesar de como já foi referido ser um concelho marcadamente agrícola, (9.260 recenseados, num universo de 16.374 residentes, estão ligados à agricultura) vê ocupadas 2.374 pessoas em actividades industriais, incluindo a exploração de minas e pedreiras. (Fig. 11).

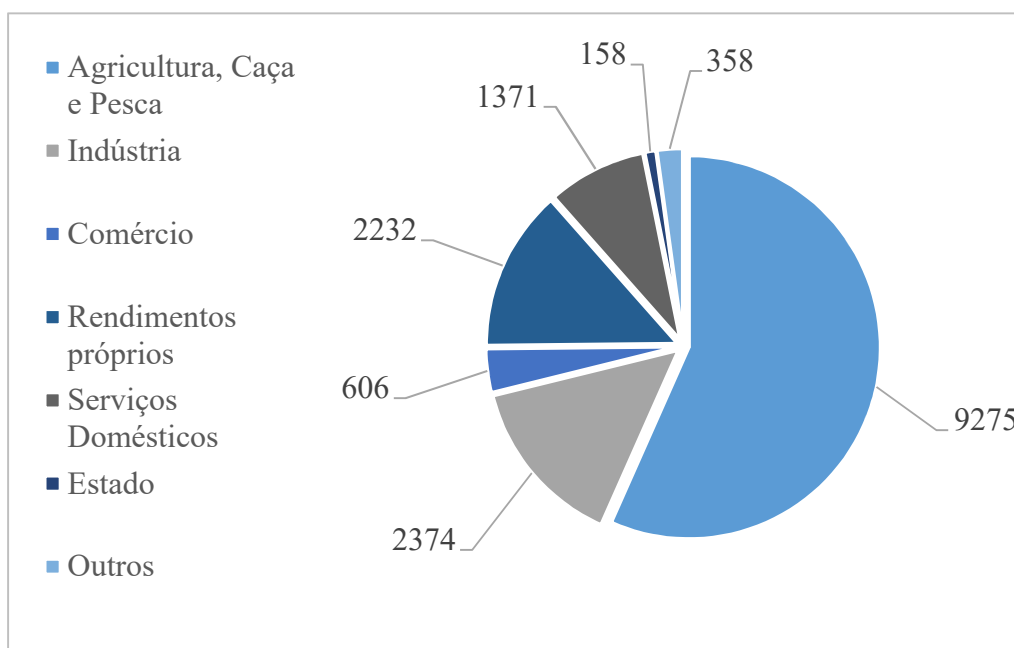


Fig. 11: Flutuação do número de residentes no concelho de Porto de Mós, por actividade, no ano de 1930.

Fonte: *Censo da População de Portugal – Dezembro de 1930, 7.º Recenseamento Geral da População, n.º 5 – População de facto, classificada segundo o sexo e o grupo profissional em que exerce a sua actividade*, Direcção Geral de Estatística, Lisboa, 1933. p. 399 – 400.

Esta actividade em torno do sector extractivo trouxe uma dinâmica marcante ao concelho e foi, de certa forma, o ponto de partida sobre o qual se desenvolveram outras áreas industriais. A montagem e a manutenção das locomotivas e vagões, de material circulante e de equipamentos utilizados na lavra mineira fez nascer, paralelamente à actividade de exploração, oficinas próprias de serralharia, metalurgia e fundição de metais.

Numa fase mais tardia, a decadência do sector mineiro propiciou a criação de novas empresas nas áreas da serração de madeiras, cerâmica, construção civil, metalomecânica e pré-

esforçados de betão, muito em consequência do espírito empreendedor de João Monteiro da Conceição, director-técnico da EML (Sousa, 2017c).⁶⁸

No que diz respeito à indústria têxtil, durante o século XX, importa dar ênfase à zona Este do território, em concreto à actividade desenvolvida na vila de Mira de Aire.

Entre as décadas de quarenta a setenta, a dinâmica empresarial foi determinante na constituição daquele aglomerado urbano. Os números da evolução demográfica correspondentes a este intervalo temporal, relativos à população residente são elucidativos: em 1940 eram 1.948 os residentes recenseados; em 1970 apura-se o número de 3.550 habitantes residentes recenseados.⁶⁹ Em três décadas, portanto, a população desta freguesia aumentou cerca de 82%, naturalmente como consequência do crescimento industrial e da oferta de trabalho nas inúmeras unidades fabris do sector têxtil que proliferaram durante este período, dramaticamente reduzidas nos últimos vinte anos.

No outro extremo do concelho, a Oeste, nas freguesias de Pedreiras e Juncal, é de realçar a actividade industrial associada à cerâmica de barro vermelho, corporizada na produção de telha e tijolo e de peças utilitárias. Aliás, as inúmeras chaminés que marcam presença na paisagem, denunciam, inquestionavelmente, a omnipresença deste edificado industrial que, como lembra Amado Mendes (2013, 129), são símbolo característico da industrialização,

⁶⁸ João Monteiro Conceição nasce a 24 de Agosto de 1902, na freguesia de Safara, concelho de Moura, distrito de Beja. Nos inícios da década de 20, rumo a Lisboa para a frequência do curso de Engenharia de Minas (Agente Técnico), no então Instituto Industrial, formação que termina em 1924 e que o traz à vila de Porto de Mós, onde cumpre o seu tirocinio, desenvolvendo actividade no Couto Mineiro do Lena, nas Minas da Bezerra e onde permanecerá, ligado à *Empresa Mineira do Lena*, como director-técnico até 1953. Mais tarde, opta por tirar o curso de Engenharia Civil, formação que conclui em 1937, no Instituto Superior Técnico de Lisboa, mantendo-se ao serviço da EML e adoptando Porto de Mós como terra de residência.

Homem de visão, cedo percebe o esgotamento previsível das minas e as pressões exercidas pelas hidroeléctricas que ameaçavam, obviamente, a possibilidade de expansão do negócio de transporte e distribuição de electricidade na região. Antevendo o cenário, Monteiro da Conceição dá corpo à iniciativa de criação de várias empresas que não só acolhem os trabalhadores da esgotada mineira, como possibilitam a criação de novos postos de trabalho amenizando, de alguma forma, a crise social que se sentia instalada. Assim, funda, em 1941 a *Sociedade de Madeiras Lena, Lda.*, englobando actividades nas áreas da serração de madeiras, cerâmica para construção civil e metalomecânica. Em 1953 constitui a *Socarbo – Sociedade Carbonífera de Porto de Mós, Lda.*, tendo retomado algumas concessões mineiras. Conhecedor e interessado, lança-se na indústria de fabrico, montagem e venda de automóveis fundando, em 1958, a *IPAQ – Indústria Portuguesa de Automóveis O Quadríciclo, Lda.*, criando dois novos protótipos, atribuindo-lhes a marca IPA 300, modelos homologados, para os quais é concedido alvará de fabrico. Em 1974, altera a denominação da firma *Socarbo* para *Engenheiro João Monteiro Conceição, Lda.*, mudando o seu âmbito de actividade para a indústria de materiais de betão pré-esforçado, serralharia mecânica e civil e fundição, comércio de combustíveis líquidos e lubrificantes. Em 1976 cria a empresa *RICEL*, incrementando a atividade na área dos produtos para construção iniciando, pioneiramente, a produção de produtos de betão fabricado, elementos estruturais e componentes para edifícios (Sousa, 2017-c, 11-12).

⁶⁹ Cf. *X Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes*, Tomo 1, Volume 1.º, 1960, n.º 2 – População residente nos Recenseados de 1864 a 1960, por freguesia, Instituto Nacional de Estatística, Lisboa, p. 57 e *11.º Recenseamento Geral da População no Continente e Ilhas Adjacentes*, 1970, 1.º Volume, n.º 1 – População residente e presente, segundo o sexo, por freguesias, Instituto Nacional de Estatística, p. 40.

elucidando-nos sobre a transição da oficina para a fábrica, sobre a utilização do vapor, enquanto nova forma de energia, transmitindo-nos uma imagem de prosperidade.

Actualmente, em termos económicos, o concelho de Porto de Mós continua a potenciar os sectores de actividade que ao longo dos últimos séculos foram o sustento da população.

Assim, pode afirmar-se que este território detém um proeminente setor secundário, mas onde a ruralidade, designadamente na área do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros é ainda bastante vincada.

Referira-se, então, que a atividade industrial surge particularmente importante na zona norte/noroeste do concelho, nos setores da cerâmica, transformação de pedra, moldes e faianças e, em Mira de Aire, no setor têxtil.

A sul do concelho destaca-se, sobejamente, o setor da indústria extrativa, onde é possível encontrar uma miríade de explorações, tanto para extração de blocos como de laje, sobretudo nas freguesias de Arrimal, Mendiga e Serro Ventoso. De referir, igualmente, que a freguesia de Alqueidão da Serra assenta parte da sua actividade industrial na exploração de pedra de calçada, uma das “marcas económicas” mais representativas do concelho, nomeadamente no que se refere ao calcário negro, sendo o único local de exploração do país.

Relativamente ao sector primário, em especial nas designadas freguesias serranas (São Bento, em particular), têm expressão a pecuária e a agricultura embora a estrutura fundiária, entre outros condicionalismos decorrentes, sobretudo, da morfologia dos solos, não facilitem a instalação de explorações de grande dimensão.

Mais recentemente, sectores de actividade como os moldes e os plásticos, alicerçados na fabricação a partir de tecnologia de ponta, têm vindo a afirmar-se na economia local, sendo, igualmente, visível o incremento no sector do turismo, nomeadamente no aumento significativo da oferta, no que diz respeito ao alojamento em espaço rural.

CAPÍTULO III - O ACTUAL MUSEU MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS

1. A génese

Não há registo nos Livros de Atas das sessões de Câmara Municipal de Porto de Mós de qualquer documento fundador do atual Museu Municipal, assim como não foi encontrada qualquer menção explícita à construção ou adaptação de um espaço para esse fim.

A primeira referência declarada à futura existência do museu surge na Reunião de Câmara de dia 16 de Junho de 1989, pela decisão de aquisição de um alarme. Todas as alusões anteriores são feitas mediante a seguinte designação: “Recuperação do Mercado Velho de Porto de Mós para ampliação do edifício dos Paços do Concelho”, ainda que na reunião de 7 de Abril deste mesmo ano se intua o objetivo desta intervenção, já que é manifestada a intenção de compra de vitrinas – expositores: “A Câmara deliberou adjudicar (...) o fornecimento de quinze vitrines”.⁷⁰

O Museu Municipal Porto de Mós foi inaugurado no dia 29 de Junho de 1989, dia de São Pedro, padroeiro do concelho, feriado municipal, no espaço que havia sido até então, a antiga praça do peixe, integrada na área do mercado municipal.

A inauguração desta obra é assumida por parte do executivo municipal, desde a primeira hora, como uma instalação provisória,⁷¹ sendo o corolário de um trabalho de levantamento e recolha levado a cabo, desde 1987, por Francisco Jorge Furriel (1925-2014), natural da freguesia de Alqueidão da Serra e que assumirá funções equivalentes às de director, ainda que não formalmente nomeado como tal, cumprindo um contrato de avença como Técnico Especialista de Museografia até 2006.

F. Furriel, como o próprio assina nos inúmeros textos publicados na imprensa local sobre temáticas diversas, no âmbito do património regional teve, durante quase vinte anos, um papel determinante no que diz respeito à definição da actividade do museu que reflectia,

⁷⁰ Reunião de Câmara de 7 de Abril de 1989, em *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Porto de Mós*, n.º 78, p. 312, Arquivo Histórico Municipal de Porto de Mós.

⁷¹ Intenção claramente manifestada no texto introdutório da brochura “Museu de Porto de Mós – Inaugurado no dia 29 de Junho de 1989”, distribuída aquando da inauguração do Museu Municipal, da autoria do então Vereador da Cultura: “Instalado provisoriamente na antiga praça do peixe, hoje completamente transformada, é o primeiro passo de um trabalho que vai continuar, e que terá como epílogo, a recuperação da antiga central termoelétrica, onde será instalado definitivamente”, *Vide Anexo 1*.

inevitavelmente, a sua perspectiva relativamente à selecção e recolha de bens culturais e à apresentação das colecções, no fundo, o seu conhecimento e gosto de coleccionista, nem sempre fundamentado cientificamente.

Armindo Vieira (2015, 113), no artigo intitulado “Lembrando Francisco Furriel – um homem multifacetado” refere-o

(...) como um curioso e um autodidacta, pois foi pintor de cerâmica, escultor, geólogo, paleontólogo e museólogo. (...) dedica [ndo] as suas horas livres a estudos relacionados com as actividades da paleontologia e arqueologia, conseguindo um grande espólio de fósseis marinhos e terrestres, tanto do reino animal como vegetal, espólio esse que ofereceu ao Museu Municipal de Porto de Mós.

Considerando o descrito, é inegável o contributo decisivo de Francisco Jorge Furriel para a concretização deste museu que, de acordo com o mesmo autor, terá tido a colaboração pontual de vários académicos reconhecidos, entre os quais se destacam os nomes de Octávio da Veiga Ferreira e Montenegro de Andrade.⁷²

Do dia da abertura, a imprensa local apresenta, em primeira página, a seguinte leitura:

A inauguração do Museu de Porto de Mós (...) foi, para nós, um acontecimento de relevo que iguala, senão excede, os mais altos eventos da história do nosso concelho. (...) Está ali aberta uma página de História que faz recuar a memória em alguns casos, a 100, 150 ou 180 milhões de anos atrás, Isto basta para nos pôr quase de joelhos perante aqueles fósseis, aquelas petrificações, aquelas rochas em que se sedimentaram restos de vidas com tantos milhões de anos.⁷³

O Museu Municipal de Porto de Mós abre portas organizado em quatro áreas disciplinares: geologia, paleontologia, arqueologia e etnografia, âmbitos que virão a encontrar

⁷² Integra o acervo actual do Museu, uma colecção de minerais coligida pelo Professor e mineralogista Miguel Montenegro de Andrade, adquirida pela Câmara Municipal, em 1992.

⁷³ Jornal *O Portomosense*, edição de 6 de Julho de 1989, folha de capa.

“(…) uma súmula gráfica e ilustrada pormenorizada dos principais valores Histórico-culturais, em complemento ao espólio (...) recolhido, na edição dos três volumes da monografia “Da pr-história  actualidade”,⁷⁴ da autoria do mentor do museu, Francisco Jorge Furriel, publicados dez anos depois, em 1999, pela Câmara Municipal.

2. Caracterização da estrutura museológica existente

A inexistência de um documento fundador relativamente à decisão de criação do museu, bem como a igual ausência de deliberação dos sucessivos executivos municipais, no que diz respeito  definição da sua missão e objectivos, já no âmbito da Lei-quadro dos museus de 2004, poderá ter, em parte, comprometido a identidade e a afirmação do Museu Municipal.⁷⁵

O trabalho de investigação realizado no âmbito deste estudo veio demonstrar, de forma evidente, alguma indefinição, desde logo na identificação da identidade da nova valência museológica. Assumido desde a primeira hora como *Museu Municipal de Porto de Ms*, não são raras as vezes em que, na imprensa local, aparece designado, apenas, como *Museu de Porto de Mês*, tendo sido assumido como *Museu de História Natural* no texto introdutório do *Guia do Museu*, editado em 1992, onde é possível ler: “A elaboração do levantamento Arqueológico e Etnográfico do concelho de Porto de Ms levou à criação deste Museu de História Natural”,⁷⁶ designação que viria a ser repetida noutras circunstâncias.

Aliás, os diferentes organigramas da Câmara Municipal publicados ao longo dos anos, ilustram precisamente a ausência de definição do estatuto jurídico desta valência. Apenas na alteração concretizada em 1998, cerca de dez anos após a sua criação, o museu aparece contemplado na estrutura orgânica da instituição, na dependência do *Serviço de Acção Social*,

⁷⁴ Em brochura *Museu de Porto de Ms – Inaugurado no dia 29 de Junho de 1989*, Câmara Municipal de Porto de Ms. Cf. Anexo 1.

⁷⁵ De acordo com o artigo 85.º, da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto – Lei-quadro dos Museus Portugueses, “A iniciativa da criação ou fusão de museus deve ser efectuada através de documento em que a entidade proponente manifesta formalmente a intenção de criar ou fundir o museu, define o respectivo estatuto jurídico e compromete-se a executar o programa museológico, bem como a disponibilizar os recursos humanos e financeiros que assegurarão a respectiva sustentabilidade”.

⁷⁶ Em *Museu Municipal de Porto de Ms*, Município de Porto de Mês, 1992, p. 4. De realçar que o título deste *Guia* mantm a designação de *Museu Municipal de Porto de Mês*, em contradição com o que é descrito no texto introdutório. *Vide* anexo 3.

*Cultural e Desporto*⁷⁷ surgindo, no último organograma aprovado, em 2013, na dependência da *Área da Cultura*, estando esta subordinada à *Divisão de Cultura, Turismo e Desporto*.⁷⁸

É, pois, evidente a dependência em termos de tutela, tratando-se de uma estrutura de gestão autárquica. É menos óbvia a sua tipologia, deambulando entre museu etnográfico, museu de história natural ou genérico.⁷⁹

Ao exposto importa acrescentar que este museu não se encontra, ainda, integrado na Rede Portuguesa de Museus o que, de certo modo, corrobora a fragilidade do contexto de criação e de funcionamento do actual museu. O processo de credenciação pressupõe, na sua essência, o cumprimento das funções inerentes à acção museal, *grosso modo*, investigação, incorporação, inventariação, conservação, interpretação, exposição e educação e cuja concretização não tem sido plena.⁸⁰ A estas acrescem, também, as funções cultural e social, inerentes ao cumprimento da missão de um museu que se deseja integrado na comunidade que lhe dá tema e especificidade.

O Museu Municipal de Porto de Mós é fruto de um contexto de época⁸¹ e nasce à luz do conceito da museologia tradicional que se constrói com base na colecção, considerando-se que esta deve ser exposta na sua totalidade e assumida como permanente. Chega a crescer e a fazer-se notar, mas esmorece em consequência de vários factores, o que demonstra que, por vezes, manter a porta aberta pode não ser o suficiente.

Não obstante, o relato desta realidade não pretende colocar em causa o valor intrínseco de grande parte das colecções existentes, nem tão pouco a honestidade intelectual do

⁷⁷ Aviso n.º 5181/98 (2.ª série) - AP - Alteração à estrutura organizacional, regulamento e quadro de pessoal da Câmara de Porto de Mós, in *Diário da República*, II Série, n.º 198, Apêndice n.º 111, de 28 de Agosto de 1998, p. 96-107.

⁷⁸ In *Regulamento da Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Porto de Mós, 2013*, Câmara Municipal de Porto de Mós, Subunidade Orgânica de Recursos Humanos, p. 43. Acessível em: http://www.municipio-portodemos.pt/userfiles/File/Menu/Municipio/CamaraMunicipal/Organograma/Organograma_Regulamento_Organizacao_Servicos_CMPM_2013.pdf [Consultado em Junho de 2018].

⁷⁹ No *Inquérito aos Museus de Portugal*, publicado no ano 2000, por iniciativa do Instituto Português de Museus (IPM), com a coordenação do Observatório das Actividades Culturais (OAC), o Museu Municipal de Porto de Mós, no que diz respeito à tipologia, surge categorizado como museu genérico considerando-se a definição apresentada neste mesmo documento: “9-Museus Genéricos: museus que não apresentam uma predominância inequívoca de uma determinada colecção sobre outra, ou seja, onde duas ou mais colecções têm relevância e representatividade próxima, não podendo ser identificados por um tema particular” (2000, 48 e 171).

⁸⁰ Leia-se o Artigo 7.º da Secção I, do Capítulo II da Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto – Lei-quadro dos Museus Portugueses.

⁸¹ De acordo com o já citado *Inquérito aos Museus de Portugal* (2000, 43, 51) é possível concluir que a criação e a abertura de museus, durante as décadas de oitenta e noventa do século XX, foi bastante significativa, comparativamente com as décadas anteriores, verificando-se que estas estruturas, maioritariamente, dependem da administração local. Tipologicamente, os museus genéricos detêm a maior percentagem, nos quais se incluem os Museus de Arte e Arqueologia, os de Arte e Etnografia e os museus de Arte, Arqueologia e Etnografia, indo ao encontro da classificação atribuída ao Museu Municipal de Porto de Mós.

coleccionador que, dentro dos seus conhecimentos, foi promovendo recolhas dos testemunhos da cultura material do concelho e inculcando dinâmica à estrutura existente.

Objectiva, sobretudo, manifestar a convicção de que novas leituras museológicas e museográficas, postas em prática num espaço adequado e potenciadas por recursos humanos qualificados contribuirão, inevitavelmente, para a valorização deste mesmo acervo. Como consequência, obter-se-á o reconhecimento da importância do património local para a compreensão do qual já terá sido aguçado o interesse, em resultado da concretização de um programa museológico aberto e plural. Como salienta Avelãs Nunes (2017, 171):

Um vestígio resulta sempre do funcionamento de uma sociedade humana e o objectivo é o de encontrar, quer os conceitos, quer as metodologias mais adequados para descobrir a origem do mesmo e para o utilizar como via de acesso a ou como ilustração de uma determinada realidade.

2.1.O edifício

O Museu Municipal de Porto de Mós está localizado, como já foi anteriormente referido, no local da antiga praça do peixe que ali funcionou até meados da década de oitenta do século XX. Um espaço então totalmente aberto que beneficiou da construção de paredes e introdução de vãos, proporcionando a criação de um espaço amplo, no qual foram dispostas, por área disciplinar, as diferentes colecções (Fig. 12).



Fig. 12: Museu Municipal de Porto de Mós, fachada.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.

O interior desenvolve-se a partir de uma planta em U podendo considerar-se praticamente todo o espaço disponível como área expositiva de, aproximadamente, quinhentos metros quadrados (Fig. 13).

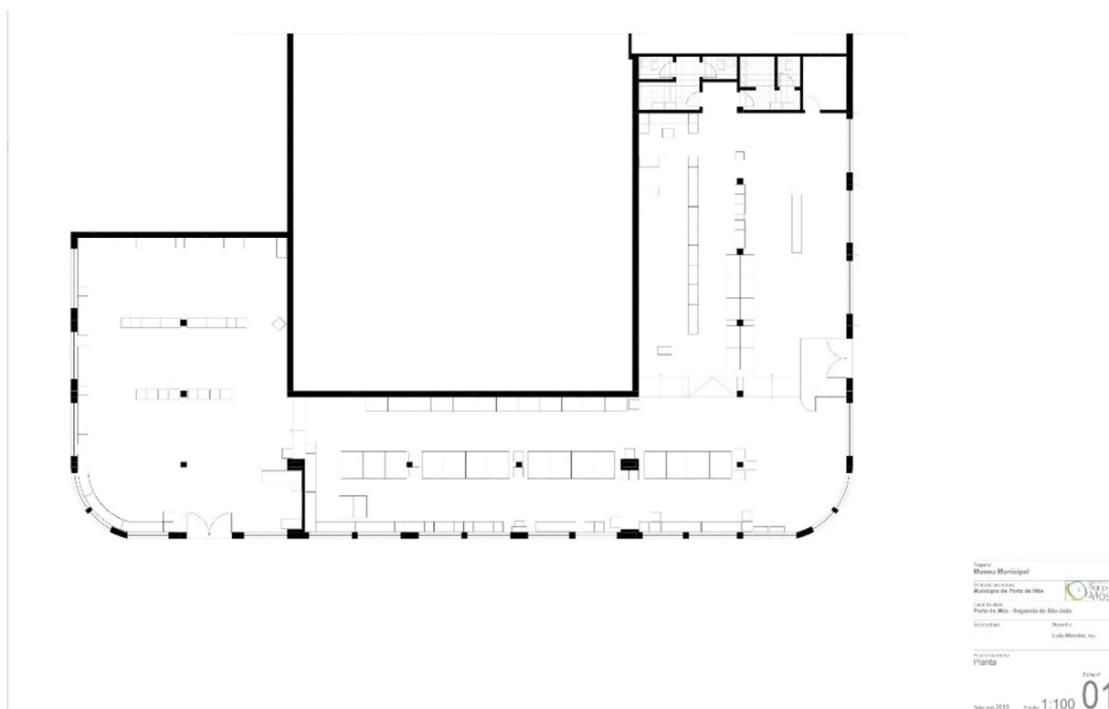


Fig. 13: Planta do Museu Municipal de Porto de Mós.

Fonte: CMPM, 2013.

Como zonas adjacentes, consideram-se a recepção, à entrada, onde se encontram disponíveis para consulta, em vitrina, algumas publicações e folhetos informativos, com destaque para o *Guia do Museu*, um pequeno espaço para arrumação e instalações sanitárias, não diferenciadas.

A distribuição do espaço expositivo concretiza-se de acordo com as seguintes áreas disciplinares: etnografia à entrada, do lado direito (Fig. 14), arqueologia, geologia e paleontologia, ao centro (Fig.15) e, ao fundo, a área reservada para exposições temporárias que ao longo dos anos foi sendo ocupada em definitivo por objectos remanescentes de iniciativas várias, sobretudo, peças cerâmicas e etnográficas (Fig.16).



Fig. 14: Museu Municipal de Porto de Mós. Colecção de Etnografia.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.



Fig. 15: Museu Municipal de Porto de Mós. Colecção de Arqueologia, Geologia e Paleontologia.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.



Fig. 16: Museu Municipal de Porto de Mós. Área destinada a exposições temporárias, ocupada com acervo.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.

Há cerca de três anos, este espaço passou a receber grande parte do escasso acervo do antigo Caminho de Ferro Mineiro do Lena e nos últimos dois anos deixou de se assumir como área expositiva, visando-se com esta alteração a criação de um pequeno ateliê de limpeza e restauro de peças que, contudo, continua a não oferecer condições mínimas para a concretização desta função, mantendo-se neste mesmo espaço, o espólio referido (Fig. 17).



Fig. 17: Museu Municipal de Porto de Mós. Adaptação da área de exposições temporárias a espaço de higienização e restauro.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.

O edifício em análise carece de acesso para pessoas com mobilidade reduzida, apresenta graves problemas de infiltração e de excesso de luminosidade, pondo em causa a integridade, a conservação e a salvaguarda do próprio acervo (Fig. 18). Não dispõe de uma zona para reserva, de gabinetes de trabalho técnico, de um centro de documentação, de áreas de descanso ou de loja.



Fig. 18: Museu Municipal de Porto de Mós. Vista interior: visíveis problemas de excesso de luminosidade e de humidade.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.

2.2. Os recursos

Os recursos quer humanos, quer técnicos, foram desde sempre uma limitação à concretização eficaz da acção deste museu. Desde a primeira hora, Francisco Jorge Furriel assume informalmente, como já foi referido, a função de director até 2006, cabendo-lhe a gestão do acervo e a definição do plano de actividades.

Durante mais de vinte anos, o museu contou em termos de recursos humanos, apenas, com a sua contribuição e com o auxílio de uma profissional na carreira ora de assistente operacional, ora de assistente técnico. Entre 2004 e 2005 passa a existir a colaboração de uma técnica superior de Conservação e Restauro, através de um programa ocupacional e posteriormente em regime de avença, sendo que, em consequência da cessação deste contrato, abandona as funções, regressando quatro anos depois, no mesmo regime de prestação de serviços. Esta situação só sofre alteração em 2015, com a celebração de um contrato de trabalho

a tempo determinado. Em 2017 a mesma colaboradora passa a integrar o quadro de pessoal do Município, na categoria de Assistente Operacional, tendo sido regularizada a situação, no decorrer deste ano de 2018, desempenhando, agora, funções como técnica superior.

Em súmula, actualmente, o Museu conta com uma técnica de Conservação e Restauro e com duas assistentes técnicas, uma das quais, por razões de vária ordem, está frequentemente ausente do serviço.

No que diz respeito aos recursos técnicos assumia-se como premente a aquisição de um sistema informático que possibilitasse a inventariação normalizada de todo o acervo. O inventário existente, dactilografado, notoriamente incompleto, levanta dúvidas e revela algumas incongruências no que diz respeito à cronologia, proveniência e organização tipológica das peças. Do mesmo modo, a ausência de registo fotográfico dificulta a análise e a descrição exacta do acervo. Alguma dessa informação, ao longo dos últimos anos, começou ainda a ser sistematizada em ficheiros *Excel*, embora de forma muito incipiente.

Em 2016 foi adquirida uma aplicação informática de gestão de património cultural móvel, o que vem permitir agora proceder a um inventário coerente e completo do acervo existente, assim existam meios humanos que o possibilitem.

Ainda em relação aos recursos, poder-se-ia elencar igualmente a ausência de condições e material para proceder à limpeza, restauro e acondicionamento das peças, a total ausência de sistemas de iluminação controlada, a inexistência de *blackouts*, face ao excesso de luminosidade, e de equipamento que permita o controlo dos valores da temperatura e humidade. Será, ainda, de equacionar a adequabilidade e a segurança das vitrinas tipo carteira, em uso desde a abertura do espaço, estando boa parte das colecções apenas disposta sobre plintos de dimensões variadas.

2.3.As colecções

O acervo do Museu Municipal reparte-se essencialmente pelas quatro áreas referidas anteriormente, isto é: arqueologia, etnografia, geologia e paleontologia. Ainda que o inventário existente não permita, como foi salientado atrás, ter uma ideia precisa da quantidade de peças

por tipologia, os números totais disponíveis são os seguintes: arqueologia: 1262 peças; etnografia: 3097 peças; geologia: 1367 e paleontologia: 455 peças.⁸²

Arqueologia: a colecção de arqueologia é em grande parte composta por achados fortuitos do Paleolítico Superior ao período de ocupação romana e Idade Média. Incorpora, para além de artefactos líticos e metálicos, escórias de fundição e cerâmica, em grande parte provenientes da colecção particular de Francisco Jorge Furriel. Integra, igualmente, esta colecção, um pequeno lapidário, com destaque para algumas epígrafes e um núcleo de arqueologia industrial, de incorporação recente, associado à história da Empresa Mineira do Lena e, em particular, ao respectivo Caminho-de-ferro e à Central Lena.

Etnografia: a colecção etnográfica é, notoriamente, a que mais peças detém e a que mais cresceu ao longo dos anos, em virtude das doações efectuadas. Reúne, essencialmente, utensílios relativos à vida rural, possibilitando a reconstrução do quotidiano das artes tradicionais, das profissões e da lide doméstica. São exemplos as alfaias agrícolas, os utensílios de uso pessoal, os têxteis e os trajes, as ferramentas utilizadas nos ofícios, os instrumentos da lavoura, etc. A produção de azeite, o ciclo do pão e a tecelagem, por exemplo, são atividades amplamente ilustradas, denotando a importância que detinham, em específico, na economia local.

Estão, igualmente, integrados nesta secção exemplares de numismática, medalhística, instrumentos musicais, entre outros, bem como um conjunto de cerca de meia centena de peças de arte-sacra, algumas delas a merecerem uma descrição e uma atenção pormenorizada. Incorpora, ainda, algumas peças de faiança da Real Fábrica do Juncal.

Geologia e paleontologia: esta colecção é composta por exemplares de minerais, rochas, fósseis e subfósseis de proveniências muito diversas.

Assumem particular interesse os núcleos cerebroides da Serra de Aire e, no âmbito da paleontologia, os restos de dinossauros, cujo estudo foi já concretizado,⁸³ um exemplar de

⁸² Informação disponibilizada pelo Museu Municipal de Porto de Mós, em 2018.

⁸³ *Vide Mocho et al.*, (2016).

tartaruga, recentemente descrito e publicado,⁸⁴ bem como algumas peças da fauna quaternária, encontradas em grutas da região.

Destaque para o núcleo de mineralogia do Professor Doutor Montenegro de Andrade, geólogo e professor da Faculdade de Ciências da Universidade do Porto, adquirido pela autarquia em 1992, composto por exemplares provenientes de vários lugares dentro e fora de Portugal, sobretudo das antigas colónias.

2.4.O discurso expositivo

Assente numa museologia tradicional, o discurso expositivo do actual Museu Municipal de Porto de Mós é suportado pelas colecções, ancorado no registo descritivo peça / tabela, verificando-se uma total ausência de contexto, sendo que se considera como fundamental a permanência de todas as peças numa única exposição, tornando-a densa e cansativa.

A inexistência de uma política de incorporação contribui para a manutenção desta realidade, obrigando, de alguma forma, a que todas as doações sejam consideradas, legitimando-se a vontade do doador em querer ver exposta a sua peça.

Em grande parte, os objectos estão distribuídos por vitrinas, densamente sobrecarregadas, não estando definido um circuito de visita, considerando-se como área de circulação a que não é ocupada pelas vitrinas e pelos plintos que suportam as peças (Fig. 19).



Fig. 19: Museu Municipal de Porto de Mós (Geologia). Pormenor das vitrinas com excesso de peças.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.

⁸⁴ Vide Pérez-García *et al.*, (2017).

O público está, como tal, limitado a uma visita passiva, não sendo propiciado qualquer tipo de interacção ou estímulo interpretativo e, de alguma forma, coartado em virtude da inexistência de soluções técnicas no domínio da inclusão (linguagem braile, áudio-guias, vídeo-guias, circuitos demarcados, etc.).

O fundamento deste museu resume-se, pois, à existência de um espaço que alberga colecções, sendo que boa parte do acervo não é de proveniência concelhia, revelando, em grande medida, o saber e a visão do seu mentor e a sua natureza autodidacta, uma vez que hoje, como há trinta anos, mantém a mesma linguagem, reflectindo um discurso museológico pouco coerente e algo frágil do ponto de vista científico, fechado sobre si, porque confinado ao espaço expositivo, secundarizando qualquer acção com e para a comunidade.

2.5. Trinta anos de actividade

A completar trinta anos em 2019, o Museu Municipal de Porto de Mós viveu períodos de intensa actividade, sobretudo na década inicial de existência.

Os primeiros anos de abertura ao público evidenciam uma dinâmica significativa, principalmente no que diz respeito à realização de exposições temporárias, com destaque para as mostras de artesanato, em maior número, mas também de pintura, escultura, arte-sacra, entre outras, integradas num plano de actividades mensal e sempre documentadas com a concepção de um pequeno catálogo (Fig. 20).⁸⁵

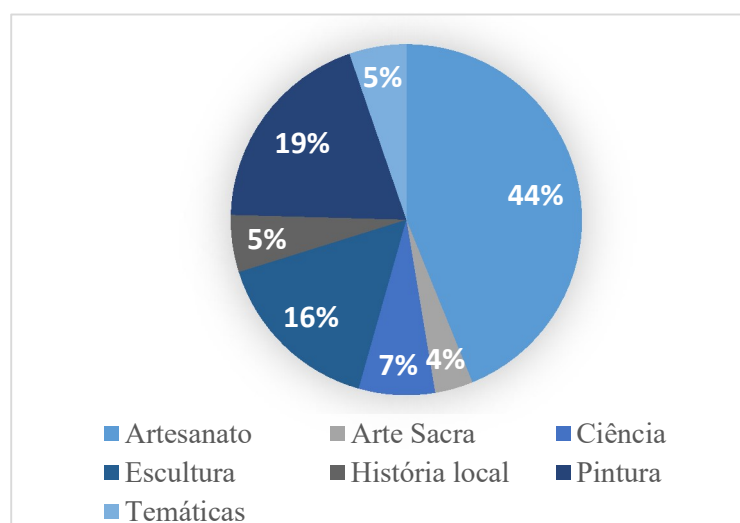


Figura 20: Exposições realizadas por tema, entre 1989 e 2005

Fonte: Museu Municipal de Porto de Mós. Elaboração própria.

⁸⁵ Cf. Anexo2: Exemplos de catálogos de várias exposições temporárias realizadas.

Neste âmbito, importa referir a exposição de presépios, cuja edição se realiza de modo ininterrupto desde 1990, e com carácter de concurso desde 1991. Uma iniciativa de sucesso, cuja organização actual é da responsabilidade do Gabinete da Cultura do Município.

Na primeira década do século XXI, sobretudo até 2006, data em que Francisco Furriel se afasta do Museu, assiste-se, ainda, a alguma iniciativa, havendo a registar com maior impacto a realização de três mostras mais significativas: a primeira, ainda em 1999, subordinada ao tema “As plantas, os insectos e o Homem”, uma organização conjunta com a Sociedade Portuguesa de Entomologia, tendo motivado uma segunda edição em 2002, atendendo-se ao sucesso alcançado.⁸⁶ Em 2004, a realização de uma exposição relativa à “Empresa Mineira do Lena 1740-1950”, no âmbito da qual é exposto o protótipo de automóvel IPA, construído nas oficinas da empresa, atraiu, igualmente, as atenções.⁸⁷

No ano seguinte a exposição de núcleos cerebróides fez correr tinta na imprensa local, regional e nacional por outros motivos relacionados com a falta de rigor científico aportado à iniciativa, apoiada pelo Pelouro da Cultura da Câmara Municipal.

A partir desta data, o museu esmorece, caindo numa espécie de esquecimento que dura cerca de dez anos. Entre 2006 e 2015, a actividade é diminuta com a participação pontual em alguns eventos culturais, dinamizados pela autarquia ou com a realização esporádica de iniciativas de carácter educativo.

2.6.Públicos

Seria interessante proceder-se a um estudo de públicos. Contudo, os dados disponíveis não nos permitem avançar para uma análise e uma caracterização completa relativamente à afluência e à tipologia de visitantes, no decorrer da existência do museu.

Não obstante, avançar-se-á para a caracterização possível, tendo em conta a informação disponibilizada (Fig. 21).

⁸⁶ Jornal *O Portomosense*, edição de 08 de Abril de 1999, p. 4.

⁸⁷ Jornal *O Portomosense*, edição de 27 de Outubro de 2004, p 10.

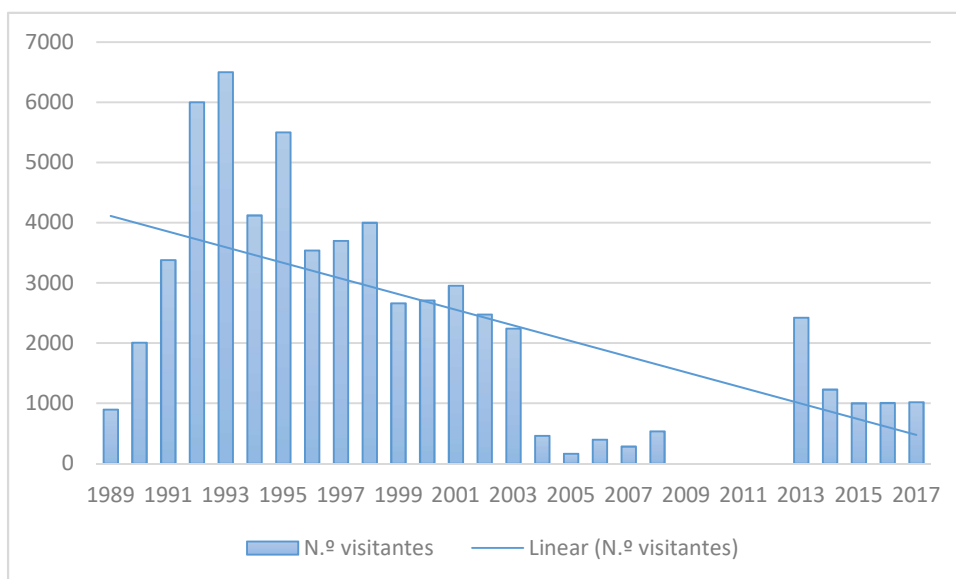


Fig. 21: N.º de visitantes do Museu Municipal de Porto de Mós, entre 1989 e 2017.

Fonte: Museu Municipal de Porto de Mós. Elaboração própria.

Partindo dos dados recolhidos,⁸⁸ é possível concluir que a afluência de visitantes ao longo de vinte e nove anos de existência evidencia um crescendo nos primeiros anos de actividade, sobretudo até 1995, como seria expectável, decorrente da abertura de portas, verificando-se alguma oscilação nos anos subsequentes, em virtude do desenvolvimento de actividades que possam ter atraído, pontualmente, o interesse do público. São disto exemplo as realização das exposições já descritas.

Procedendo a uma análise global dos valores, é evidente uma tendência contínua de decréscimo, ainda que nos últimos três anos o número de visitantes tenha vindo a estabilizar, em consequência, crê-se, do andamento do projecto de instalação do museu num espaço renovado, neste momento interrompido, despertando alguma curiosidade e interesse, no âmbito do qual começaram a ser promovidas actividades pontuais de que são exemplo a rúbrica “Peça do Mês”, algumas exposições temporárias e itinerantes, a participação em actividades educativas, entre outras.

⁸⁸ A informação disponível relativamente ao número de visitantes, sobretudo nos anos entre 1989 e 1995, foi compilada por Francisco Jorge Furriel (2009, 249) e publicada no I volume da Monografia *Da Pré-história à actualidade*, do mesmo autor. Crê-se que até 2006, o procedimento tenha sido similar. A partir desta data, há a registar uma ausência de contagem entre os anos de 2009 a 2012, procedendo-se, actualmente, à quantificação do número de visitantes sem qualquer critério definido, exceptuando-se a nacionalidade.

CAPÍTULO IV – REALIDADE MUSEÁVEL: PROPOSTA PARA A CRIAÇÃO DO MUSEU DO TERRITÓRIO DE PORTO DE MÓS

1. Um velho edifício para um novo museu: a Central termoelétrica de Porto de Mós

A proposta apresentada neste trabalho assume o edifício da antiga Central termoelétrica de Porto de Mós como uma escolha fundada para a instalação da sede do novo museu do concelho, opção que está, aliás, na agenda municipal há largos anos.

As condições deficitárias em que se encontra a actual estrutura museológica, a todos os níveis, e a conseqüente necessidade de incutir uma dinâmica de acção, alicerçada numa missão claramente definida, de valorização e afirmação da identidade local, do património e da relação estreita com a comunidade, concretizando uma museologia de carácter social, aberta e integradora, exigem que se arrogue como prioridade este projecto.

Assim, a opção que se defende não é nova, nem livre de discussão. Na verdade, a intervenção no velho edifício é, há décadas, equacionada, tendo feito correr tinta nas páginas da imprensa local e exaltado os ânimos, no seio das tertúlias informais da comunidade portomosense.

Relembre-se que, aquando da inauguração do actual Museu Municipal foi publicamente assumido que se tratava de uma instalação provisória, já que “As suas instalações definitivas serão no edifício da antiga central térmica, a adquirir à EDP.”⁸⁹

Esta intensão voltou a ser assumida em 2015, avançando-se para a elaboração e aprovação de um projecto de requalificação do edifício para instalação do museu e do Arquivo Histórico Municipal ainda que, por razões de vária ordem, a concretização do mesmo esteja, neste momento, estagnada.

Pelo exposto, torna-se, pois, de algum modo clara a vontade generalizada de que, de forma conscienciosa, seja respeitada a memória daquele edifício, parte integrante de um conjunto representativo do património industrial, de abrangência regional.

Importa, nesta fase, referir que a proposta apresentada neste estudo contemplará, para além da missão e dos objectivos da estrutura museal, as linhas mestras a ter em conta na elaboração do programa museológico, nomeadamente em termos de conteúdos expositivos, considerando-se a sua natureza de museu do território, bem como as estratégias a adoptar com

⁸⁹ Jornal *O Portomosense*, edição de 6 de Julho de 1989, folha de capa.

vista à concretização dessa perspectiva de integração comunitária, sugerindo-se polos de visitação a afectar e eventuais parcerias a fomentar.

Por opção, a discussão da ideia museográfica não será considerada neste trabalho, ainda que superficialmente aflorada.

1.1. Enquadramento histórico

A história da antiga Central Lena  , também, a narrativa de mais de meio século do quotidiano de uma região. Um período marcado pela esperanç a, pelo desenvolvimento industrial, num tempo sem luz, onde o farrusco do carvão sabia a alimento e o calor das escombreyras traduzia progresso.

A cronografia da Central termoeléctrica de Porto de M s compreende um antes, relativo   exploração mineira do carvão, para alimentação das caldeiras, proveniente de um conjunto de minas agrupadas, desde 1925, no Couto Mineiro do Lena, abarcando o território de dois concelhos: Porto de M s e Batalha e a construção de uma linha de caminho-de-ferro mineira que haveria de vir a servir, também, para transporte de mercadorias e passageiros. Abrange, igualmente, um depois, marcado por vicissitudes diversas, avanços e recuos “sendo um exemplo paradigmático de conjugação de interesses empresariais e das linhas políticas nacionais em torno do “bin mio” carvão-eletricidade” (Brandão, 2016, 27).

A Central termoeléctrica de Porto de M s, então designada como *Central Lena*, inicia a laboração em 1933 (Fig. 22).

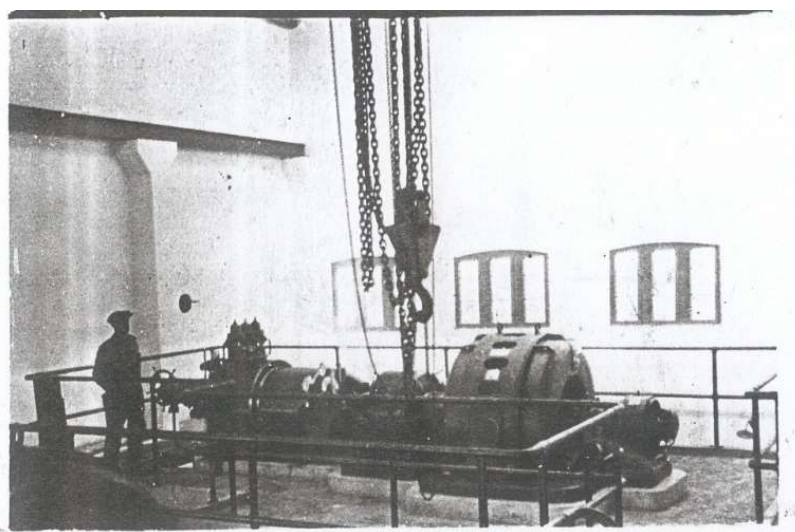


Fig. 22: Central Lena, pormenor de um dos grupos de geradores (ca 1932).

Fonte: AHMPM/Colecção Víctor Guerra.

Esta fábrica da electricidade permitiu, até meados da década de 50, do século passado, fornecer energia em baixa tensão para iluminação pública da vila de Porto de Mós, consumo doméstico e força motriz às minas da Batalha, à Empresa de Cimentos de Leiria estendendo, progressivamente, a sua área de distribuição a Alcobaça, Caldas da Rainha e Nazaré, entre outros lugares (Fig. 23).



Fig. 23: Edifício da Central Lena, fachada.

Fonte: Arquivo fotográfico, CMPM, 2015.

A Central Lena foi, referindo de novo José Brandão, um dos “braços” da Empresa Mineira do Lena tendo sido, no decorrer dos anos 30 e 40,

(...) a maior empregadora do concelho...” [implementando] algumas medidas protecionistas, de forma a manter coesa e motivada a força de trabalho, com a abertura (...) de uma cantina com serviço de moagem e padaria (...) e um apadrinhamento franco a diversas atividades lúdico-culturais, como foram a banda de música, (...) a equipa de futebol (...) com sede própria e campo de jogos nos terrenos da EML. Foi ainda apoiada a criação de um grupo de teatro e a instalação de uma praça de touros desmontável. (...) Anexo à Central, foi também construído (...) um pavilhão (...) usado como “casa de espectáculos e cinema” para o pessoal da empresa.⁹⁰

⁹⁰ *Idem*, 94 e 95.

Esta abrangência de actuação continua, nos dias de hoje, muito presente nas lembranças das gentes de Porto de Mós, associada a um tempo de franco crescimento, de empregabilidade e de dinamismo.

1.2. O edifício ou a memória dele

Do edifício original da Central Lena, restam, actualmente, três paredes-mestras (Fig. 24).⁹¹



Fig. 24: Central Lena, intervenção.

Fonte: Fernanda Sousa, 2017.

Antes da intervenção a que foi sujeito, o antigo edifício encontrava-se já desventrado, quase por completo, dos equipamentos e maquinaria que lhe deram vida, restando apenas dois quadros de controlo de distribuição de energia, bem como diversos elementos cerâmicos que se encontram, actualmente, em depósito no Museu Municipal.

Ainda assim, considera-se pertinente dar conta neste estudo, de forma breve, das principais linhas arquitectónicas deste imóvel que, em 1991, por iniciativa do executivo municipal em exercício à data, foi proposto para ser classificado como imóvel de interesse público de valor regional:⁹²

⁹¹ A demolição de parte do edifício da Central termoelectrica, em 2017, decorre do andamento de um processo de empreitada com vista à requalificação deste mesmo espaço para instalação do futuro museu e Arquivo Histórico Municipal. Refira-se que a opção tomada pela demolição se deveu ao elevado estado de degradação da estrutura, tendo sido tomada, em consequência dessa análise, a decisão de manutenção das fachadas. A demolição completa do edifício nunca esteve em cima da mesa, atendendo-se ao seu valor de memória. Por razões de ordem diversa, como já foi adiantado anteriormente, a obra encontra-se, neste momento, interrompida.

⁹² Nas pesquisas efectuadas, não foi possível recuperar qualquer informação relativamente ao andamento deste processo de classificação, supondo-se que a mesma intenção tenha sido abandonada.

Face à importância que desempenhou para o desenvolvimento do concelho e ao facto de ser uma obra de arquitectura exemplificadora do desenvolvimento técnico, proponho que seja deliberado (...) a classificação do imóvel, como imóvel de interesse público de valor regional. (...) Deliberado aprovar por unanimidade.⁹³

O edifício da antiga Central Lena, “...uma construção de grande porte, à época...” (Brandão, 2016, 65) enverga marcas indissociáveis da sua actividade industrial.

De planta retangular, organizada tendencialmente em dois pisos e com uma área de implantação de cerca de 680 m², distribui-se “...em três espaços funcionais acostados, segundo a cadeia operatória do processo, assente nos seguintes passos: produção de vapor; acionamento dos turbogrupos e produção de corrente eléctrica; controlo, transformação e distribuição de energia eléctrica”.⁹⁴

Em termos estruturais e construtivos, o edifício aglutina uma série de soluções, das quais se destaca a tradicional estrutura de paredes de alvenaria de pedra e tijolo, bem como as estruturas e pavimentos em betão armado e mistos.

Importa, igualmente, referenciar que, deste conjunto edificado faz, ainda, parte uma peça arquitectónica incontornável: a torre de refrigeração. Uma construção de betão armado e alvenaria de tijolo maciço assente numa estrutura reticulada, construída nos inícios da década de 40 do século passado, para arrefecimento das águas, no circuito (Fig. 25).



Fig. 25: Torre de Refrigeração da Central termoeléctrica de Porto de Mós.

Fonte: Arquivo fotográfico, CMPM, 2015.

⁹³ Reunião de Câmara de 18 de Dezembro de 1991, em *Livro de Actas das Sessões da Câmara Municipal de Porto de Mós*, n.º 79, p. 453, Arquivo Histórico Municipal de Porto de Mós.

⁹⁴ *Idem*, 66.

Destaque, ainda, para um ponto a oeste do edifício, o tegão de descarga de carvão em cimento armado, onde eram carregadas as vagonetas que, através de um passadiço de betão (já destruído), levavam o combustível à sala das caldeiras (Fig. 26).



Fig. 26: Tegão de descarga do carvão.

Fonte: CMPM, 2015.

2. Redesenhar os espaços: o museu como oportunidade

A Central Eléctrica de Porto de Mós está inserida numa área urbana delimitada, no âmbito das políticas de reabilitação urbana definidas e assumidas pelo Município de Porto de Mós.

As autarquias locais dispõem, neste momento, de uma moldura jurídica, o Regime Jurídico da Edificação Urbana (Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, com as alterações introduzidas Pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto) que lhes permite intervir nos seus territórios de uma forma planeada, no âmbito da requalificação das zonas edificadas. A regeneração e a requalificação urbanas surgem, no contexto actual, económico e social do país, como premissas que possibilitam e promovem o envolvimento de entidades públicas e privadas na prossecução de um objectivo comum: a valorização dos espaços dos núcleos urbanos e a sua conseqüente renovação, atendendo a questões de preservação e harmonia das construções existentes. A delimitação de uma Área de Reabilitação Urbana (ARU) é o primeiro passo para a concretização destes pressupostos.

A ARU delimitada para a vila de Porto de Mós⁹⁵ foi aprovada em Assembleia Municipal de 25 de Setembro de 2015, de acordo com a seguinte caracterização geral:

A área de intervenção da ARU da vila de Porto de Mós, de forma sumária, encontra-se repartida por três manchas: uma que corresponde ao casco histórico e envolvente do castelo, outra correspondente à margem direita do rio Lena e envolvente à Ermida de Santo António e, por fim, a que respeita à margem esquerda do rio Lena e envolvente ao antigo edifício da central termoelétrica.⁹⁶

Dir-se-ia, portanto, que o projecto da Central termoelétrica se insere num planeamento urbano ponderado e equilibrado não sendo, de todo, alheio à possibilidade de recurso às fontes de financiamento provenientes de fundos comunitários, considerando-se as linhas programáticas do quadro comunitário Portugal 2020, em vigor.

Equacionar formas inteligentes de intervenção em edifícios históricos é de todo imperioso. São alavancas que, no exercício da gestão dos dinheiros públicos, de algum modo, validam a acção e aliviam a carga financeira das autarquias. No entanto, estas oportunidades não devem conduzir à inversão de prioridades. Isto é, primeiramente, num projecto desta natureza, dever-se-á trabalhar na definição do programa museológico e museográfico e, numa segunda fase, pensar-se a arquitectura em função do programa concebido.

Não obstante, é inquestionável que a construção do novo museu, a acontecer, como refere Helena Barranha (2016, 183), irá implicar necessariamente o redesenhar do tecido urbano local, com consequências a vários níveis, designadamente na requalificação de áreas periféricas, na criação de novos percursos e espaços públicos e na promoção de novas dinâmicas urbanas, associadas à cultura, ao lazer e ao turismo.

3. Arquitectura e museus: conceitos

“Todo o conceito de museu pressupõe a existência de um suporte espacial guardião do património que se pretende preservar, expor e divulgar.” (Freitas, 2016, 25).

Esta premissa, ainda em evolução e que terá graduado, de forma diferenciada, a hierarquia dos dois conceitos ao longo dos tempos, expressa o diálogo incontornável, apesar de nem sempre profícuo, entre contentor e conteúdo.

⁹⁵ Anexo 4 – *Planta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Vila de Porto de Mós.*

⁹⁶ In *Projecto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da Vila de Porto de Mós* – Memória Descritiva e Justificativa, Câmara Municipal de Porto de Mós, Junho de 2015.

Das galerias à geometria ousada das formas, a arquitectura tem vindo a imiscui-se, deliberadamente, na função comunicativa do museu: “el museo en la actualidad han abandonado el espíritu monumentalista de la ilustración para adquirir combinaciones de líneas y formas que mejor se adapten a las funciones” (Fernández, 1999, 275). Contudo, e tendo já sido percorrido algum caminho, sabe-se que, na maioria dos casos, ainda se continua a tratar a obra sem qualquer relação com o seu fim, evidenciando, por um lado “a desconsideração das arquitecturas como componente essencial de suporte espacial e imagem museal” por outro, crendo que “a existência de um espólio é suficiente para a criação de mais um [museu]” (Guimarães, 2004, 591).

Conceber o edifício em função dos princípios orientadores do programa museológico e museográfico a desenvolver seria, pois, o ideal. Pensar arquitectura de museus exige equacionar conteúdos e modos de os mostrar, espaços, luz, circuitos, acessos, contextos, públicos, formas de comunicação, fins, finalidades e, sobretudo, a missão.

A realidade em estudo neste trabalho nasce desajustada uma vez que se pensou inicialmente a arquitectura em detrimento do programa museológico. Todavia, se assim for considerado pela tutela, encontra-se ainda numa fase cujo processo evolutivo possibilita sentar à mesma mesa, a arquitectura, a museologia, a museografia e a engenharia, em contexto pleno de obra.

Importa *reinterpretar*, usando o título da obra de Carlos Guimarães, numa estreita relação que ainda cremos possível com a *obra nova*.⁹⁷

3.1. Memória descritiva e justificativa do projecto existente

“os espaços agora criados, sujeitos aos costumes e história do imóvel, projectados à luz de uma nova filosofia arquitectónica que propomos materializar, irão fazer do Novo Edifício (...) um novo lugar de futuro vincado pela história” (Implenitus, 2011).⁹⁸

O peso histórico associado ao conjunto da antiga Central Lena faz-se notar na sua linguagem arquitectónica. Interferir neste edificado é dar corpo a uma memória, como se, de alguma forma, ainda fosse possível recuperar um tempo. E são, em boa parte, estas as

⁹⁷ Alusão ao título da obra de Carlos Guimarães: *Arquitectura e museus em Portugal – entre a reinterpretação e obra nova*.

⁹⁸ *Memória descritiva e justificativa do Museu Municipal e Arquivo Municipal de Porto de Mós*, 2011, Câmara Municipal de Porto de Mós.

expectativas que se esperam ver satisfeitas e que, em algum momento, virão a ser questionadas, neste espaço que poderá vir a ser museu.

Desde há quinze anos foram diversos os projectos pensados para a requalificação da Central termoeléctrica. Contudo, para constar deste estudo, limitar-se-á a análise à proposta sobre a qual se trabalhou e cuja definição espacial ficou de algum modo aclarada, a partir do ano de 2015.⁹⁹

“Refere-se, a presente Memória Descritiva e Justificativa, ao projecto de reconversão da antiga central termoeléctrica de Porto de Mós para a instalação do Museu e Arquivo Municipais”.¹⁰⁰

Estes foram os pressupostos e foi a partir deles que a definição da arquitectura se esboçou. Convém, por isso, reforçar que se trata de um projecto pensado para abarcar duas valências distintas, ainda que complementares e que obteve pareceres favoráveis das duas entidades tutelares, designadamente, do já extinto Instituto dos Museus e da Conservação, actual DGPC (Direcção-Geral do Património Cultural) e da DGLAB (Direcção-Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas).

De uma forma superficial, já que este documento será alvo de uma desconstrução no decorrer do ponto seguinte deste trabalho, refere-se o enfoque que é dado à preservação da traça do edifício, propondo-se a manutenção das fachadas “acrescentando-lhe “um volume, com uma forma rectangular, que se adoça ao existente”.¹⁰¹ É proposta a distribuição dos espaços por três pisos, “com capacidade para albergar as valências associadas (...) com programas distintos”.¹⁰² Assim, no Piso 00,¹⁰³ projectou-se a zona de acessos e recepção, uma sala de exposição do museu, laboratórios de restauro, sala de expurgo e depósito de arquivo. No Piso 01, as zonas de exposição e reservas do museu. No Piso 02, as zonas de serviços administrativos e as salas de vertente pública.

A proposta de intervenção na torre de refrigeração cinge-se, apenas, à consolidação do existente.¹⁰⁴

⁹⁹ Importa referir que a proposta arquitectónica apresentada em 2015 resulta já de uma evolução de um projecto apresentado em 2011, cuja *Memória Descritiva* servirá de referência para a análise a desenvolver neste trabalho.

¹⁰⁰ *Idem*, p.1.

¹⁰¹ *Idem*, p.2.

¹⁰² *Ibidem*.

¹⁰³ A designação dos pisos está em consonância com a descrição efectuada na *Memória Descritiva e Justificativa* do projecto de 2011. No ponto 3.2. deste trabalho, optar-se-á por utilizar, para a designação dos pisos, a descrição contemplada nas plantas apresentadas em 2015, para uma mais clara correspondência entre o texto e o desenho. Do mesmo modo, a designação do projecto altera-se de 2011 (*Museu Municipal e Arquivo Municipal de Porto de Mós*) para 2015 (*Remodelação do edifício da Central Termoeléctrica com polivalência de funções na área cultural, ciência e atividades criativas*), por razões relacionadas com uma eventual candidatura a fundos comunitários.

¹⁰⁴ A proposta de 2011 propõe uma intervenção na Torre de Refrigeração, atribuindo-lhe novas funcionalidades, intenções abandonadas no projecto de 2015.

3.2. Arquitectura e museologia

A sugestão de intervenção passou, como foi já referido, pela manutenção das “fachadas mais emblemáticas e conservadas do edifício, de modo a manter a memória histórica, potenciando essa mesma memória pelo programa instalado e pelo diálogo com a intervenção proposta” (Implenitus, 2011).¹⁰⁵ Efectivamente, a demolição completa do edifício, como foi anteriormente referido, nunca foi uma hipótese, tendo em conta o valor identitário associado ao mesmo.

A definição final dos espaços surge, então, em 2015, propostas algumas alterações aos espaços sugeridos em 2011, altura em que se entende como oportuno a constituição de uma equipa de trabalho que se ocupe da definição dos conteúdos a incluir no novo espaço, composta pela engenharia civil, pelo restauro, pela arquivística, pela comunicação, sob a coordenação da museologia.

Importa salientar que o andamento destes processos é, em muitos dos casos, um caminho que se vai construindo a partir de pequenas conquistas. Em Porto de Mós não foi diferente. A sensibilidade para a questão da salvaguarda do património, quando existe, está, de um modo natural, associada à recolha e acondicionamento dos acervos, ideia, aliás, já aludida. A percepção de que um museu poderá também ser um meio de promoção e projecção do município em que se insere, aproveitando e gerando sinergias que podem contribuir para a afirmação turística e económica do território ainda é ténue. Despender recursos para investir no planeamento concertado para estes fins ainda não é linear. Como tal, crê-se, terá de haver sempre uma outra fase, um outro passo para o qual se trabalhará, fazendo-se notar a sua necessidade. Tendo por base este contexto, concorda-se com Carlos Guimarães (2004, 592) quando este afirma “que, entre nós, não se quer e pouco se sabe quanto à construção de museus de raiz, na suposição ilusoriamente tranquila de se saber fazer os outros”.

Avançando para a fase de diálogo e partindo da *Memória Descritiva e Justificativa* do projecto refere-se a desmaterialização da “volumetria e escala da edificação, através de um jogo de cheios e vazios” [e o encaixe de] uma nova intervenção no existente de modo a libertar o máximo de área correspondente às antigas naves industriais que compunham a antiga central”.¹⁰⁶

¹⁰⁵ *Memória descritiva e justificativa do Museu Municipal e Arquivo Municipal de Porto de Mós*, 2011, Câmara Municipal de Porto de Mós, p.1.

¹⁰⁶ *Idem*, p.3.

De facto, na concepção do programa museológico foram definidas algumas linhas orientadoras que colocariam como premissa inquestionável a presença inequívoca da marca industrial do edifício. Ou seja, considerou-se como essencial que aquando da entrada no edifício fosse transmitido o que este fora outrora, enquanto espaço de máquinas, de produção, um lugar de indústria e que, de alguma forma, a cadeia produtiva da electricidade fosse evidente. A manutenção do grande pé direito, da “grande nave” iria ao encontro desse objectivo. Aliás, essa evidência deveria tornar-se clara logo a partir do exterior. Por isso, foi discutida a afirmação do edifício no espaço envolvente, tendo-se sugerido não só a clara distinção entre o corpo novo e o existente, através da utilização de materiais de revestimento de diferente cor, como também, por meio de um conjunto de linguagens (*lettering*, arranjos exteriores, iluminação, entre outros) que ajudassem não só à clara identificação do futuro conjunto edificado, como remetessem, desde logo, para o seu valor histórico.

Dessa intenção fez, de igual modo, parte o levantamento fotográfico exaustivo dos poucos materiais e equipamentos ainda existentes, com o intuito de os tornar parte integrante da exposição, como testemunhos da antiga vida do edifício.

A partir daqui, a discussão centrou-se na problemática da distribuição dos espaços que interferiria, claramente, no desenvolvimento do programa museológico e na concepção da futura ideia museográfica.

Assim, o piso térreo do edifício ¹⁰⁷ previa a entrada franca do futuro Museu, propondo uma área de recepção significativa, com loja, zona de estar, áreas de trabalho, devidamente isoladas do circuito do visitante e que incluía os depósitos de arquivo, uma sala de recepção e triagem, uma sala de expurgo, tratando-se como foi já referenciado, de um edifício que teria dupla funcionalidade. Considerava, ainda, um auditório, que não estava contemplado na planta inicial, mas que foi acrescentado por se entender como fundamental a existência de um espaço desta natureza, podendo funcionar de forma independente, para o desenvolvimento de acções diferenciadas, desejando-se que pudesse ter um uso que ultrapassasse as fronteiras da funcionalidade do museu, ainda que, obviamente, também o servisse.

Para o piso térreo do futuro edifício foi, também, proposto uma área destinada a exposições temporárias, com cerca de 117 metros quadrados, “dotada de um “mezzanine” com uma escada que permitia aceder à sala de exposições, no piso +1”.¹⁰⁸

¹⁰⁷ Anexo 5 – Planta Piso térreo.

¹⁰⁸ *Memória descritiva e justificativa do Museu Municipal e Arquivo Municipal de Porto de Mós*, 2011, Câmara Municipal de Porto de Mós, p.5.

Do ponto de vista da criação arquitectónica, considerou-se que esta opção trazia dignidade ao acesso à grande área expositiva, não sendo agressiva, não se impondo como barreira e permitindo a comunhão entre os espaços e a leitura vertical do edifício.

Do ponto de vista museológico e museográfico, entendeu-se que esta escolha condicionaria, na íntegra, a capacidade de utilização do espaço da exposição temporária, reduzindo em muito a sua área útil, impossibilitando que o mesmo pudesse ser usado de modo isolado, uma vez que seria sempre uma zona de atravessamento, comprometendo o dinamismo subjacente às áreas destinadas a mostras temporárias. Pelo seu carácter transitório, estas poderiam constituir-se como um dos focos de atracção de públicos ao museu, oferecendo a oportunidade ideal de serem inovadoras, sem acarretar grandes riscos. Como refere Belcher (1997, 140) “un museo debería tener al menos una galería autossuficiente para exposiciones temporales. Debería estar diseñada para este fin com un espácio versátil”. Porque menos duradouras e mais diversificadas, as exposições temporárias poderiam surgir associadas, por exemplo, a diferentes épocas do ano, (período lectivo e férias) cativando, em consequência, públicos distintos.

A existência desta escada de acesso interferiria e condicionaria, igualmente, a ocupação dos espaços na exposição permanente, bem como a definição de circuitos. Como tal, foi solicitado, à data, que esta solução fosse repensada pela equipa de arquitectura, alterando a localização das escadas de acesso a este espaço. Chamou-se, igualmente, a atenção para o cuidado a ter na não diferenciação de entradas, tendo em vista a vertente inclusiva que se entendia dever estar presente neste projecto. Isto é, o elevador e as escadas que permitiriam a entrada na exposição dita principal deveriam estar próximos, de forma a garantir a chegada dos visitantes ao mesmo ponto da exposição, independentemente do meio utilizado para o respectivo acesso.

Quanto ao Piso +1, este previa acolher a exposição de longa duração.¹⁰⁹ Um espaço com cerca de 440 metros quadrados que poderia crescer se fosse considerado para o efeito a zona com 121 metros quadrados, designada no projecto como “sala multimédia”. Mais uma vez, se tornava evidente a problemática associada ao desenvolvimento e adaptação do programa museológico, face ao projecto de arquitectura já definido.

¹⁰⁹ Anexo 6 – Planta Piso +1.

Na verdade, esta superfície expositiva que aparentemente possibilitava, pela sua extensão e amplitude, total liberdade no planeamento e gestão do espaço, aquando da criação do discurso museográfico, poderia apresentar, ao mesmo tempo, condicionantes significativas ao nível do aproveitamento do mesmo.

A existência de múltiplos vãos trazia, igualmente, preocupações relacionadas, sobretudo, com o controlo da luminosidade. Estariam, portanto, em aberto formas de neutralização destas entradas de luz, tendo sido sugerido que pudessem ser aproveitadas para comunicação com o exterior, a partir da colocação de grandes telas. Sendo uma exposição uma experiência essencialmente visual, o excesso de luz iria exigir um trabalho bastante ponderado a este nível.

Por outro lado, esta realidade condicionaria o desenho do discurso museográfico que ficaria, de algum modo constrangido, com uma distribuição traçada, exclusivamente, no seguimento da parede norte da sala o que exigiria a definição de um modelo de circulação linear que talvez não se ajustasse à proposta museológica em desenvolvimento, uma vez que se avaliava a definição de duas leituras em simultâneo. Em concreto: a da cadeia funcional do antigo edifício, proporcionando-se a visão industrial dos espaços, e a da exposição temática sobre o território.

Dando continuidade à análise espacial do edifício, para além da sala da exposição permanente, este piso previa, igualmente, uma sala de reservas, com acesso directo à área de exposições, o que não estava assegurado na proposta anterior, tendo sido melhorada a sua configuração.

A proposta para o Piso +2 do edifício ¹¹⁰ assentaria na criação de zonas administrativas e técnicas e salas de vertente pública. Problemáticas evidentes nesta definição de espaços: circuitos e controlo nos acessos, que são dados como garantia na *Memória Descritiva e Justificativa* do projecto:

(...) entendeu-se modelar o edifício a projectar, hierarquizando e dividindo os espaços de modo a torná-los acolhedores e funcionais onde o controlo efectivo de acessos e circulações é mais eficaz (...) Garantindo desde logo a possibilidade de uma circulação de carácter público e uma de serviço.¹¹¹

¹¹⁰ Anexo 7 – Planta Piso +2.

¹¹¹ *Memória descritiva e justificativa do Museu Municipal e Arquivo Municipal de Porto de Mós*, 2011, Câmara Municipal de Porto de Mós, p.4.

Concretizando: verificava-se que a entrada para a sala de leitura, associada à valência do Arquivo Municipal, ultrapassaria a zona destinada à circulação de públicos, permitindo o acesso às áreas de trabalho e exposição, no piso inferior, a partir das escadas de serviço, sem possibilidade de controlo, apenas mediante sistema de videovigilância, previsto no projecto. Aliás, o encaminhamento dos leitores para o Arquivo Municipal, a partir da recepção, no piso térreo do edifício, levantaria algumas incertezas relacionadas, precisamente, com a verificação dos acessos, uma vez que se equacionava o pagamento de entradas no museu. Importa referir que estaria prevista uma recepção diferenciada para o Arquivo Municipal, no lado oposto à do museu. No entanto, por razões de sustentabilidade, seria previsível que a mesma não viesse a ser utilizada, centralizando-se os ingressos e a respectiva distribuição de públicos num único ponto.

Numa outra perspectiva, verificava-se a existência de diferentes áreas com fins lúdicos, denominadas no projecto como “sala de actividades”, “centro de documentação” e “sala educativa” que possibilitariam a dinamização de acções diversas, nomeadamente do serviço educativo, podendo ser potenciadas, conjuntamente, pelas duas funções a instalar, rentabilizando-se, deste modo, espaços e recursos humanos.

Toda esta reflexão leva a concluir que, de facto, a contribuição da arquitectura é determinante na concepção de um museu. Para além da identidade do edifício, podendo constituindo-se, ele próprio, como uma marca no desenho urbano, verifica-se que a definição espacial envolvente interfere e condiciona o modo como a história de uma determinada comunidade pode ser contada. No caso que é o objecto de estudo surge como exemplo a torre de arrefecimento. Tendo sido equacionado utilizá-la para a instalação de uma cafetaria e espaço de apoio ao edifício da Central,¹¹² optou-se, posteriormente, apenas pela consolidação do existente. No seguimento desta mesma leitura, sugere-se, do mesmo modo, a integração de um outro elemento ainda existente: o tegão de descarga dos carvões, no lado poente.

Em suma, o cuidado na conservação destas memórias é, igualmente, da responsabilidade da arquitectura que deverá ter a capacidade de potenciar os espaços, em função do que a museologia lhe pode oferecer e dos cenários que a museografia poderá conseguir conceber.

¹¹² *Idem*, p.3.

4. Proposta museológica: missão e objectivos

A elaboração de um plano museológico, enquanto ferramenta de gestão, inclui a definição clara da missão da instituição museológica, bem como dos seus objectivos.

A proposta aqui defendida considera que o novo museu de Porto de Mós, assumido como um Museu do Território, deverá ser pensado como um espaço cultural, policentrado, inclusivo, de reconhecimento e valorização da identidade e memória locais.

Deverá ser, na sua essência, um museu de carácter regional, privilegiando e potenciando as relações com a comunidade do concelho, numa perspectiva de partilha entre grupos de especialidade e de interesses, entre gerações.

A sua missão passará pela investigação, preservação e divulgação da herança natural e histórico-cultural deste território, passado e presente, nas suas diversas vertentes e expressões: histórica, etnográfica, ambiental e social. Esta deverá partir da definição de objectivos científicos, culturais e lúdicos que contribuam para um melhor e mais aprofundado conhecimento da identidade e das singularidades do património desta região, numa perspectiva de desenvolvimento local sustentável.

Objectivos gerais:

- a) Proceder à concretização de um inventário do património do concelho objectivando a sua descrição e preservação.
- b) Constituir-se como um espaço expositivo de interacção, capaz de suscitar o acto interpretativo, enquanto estímulo do pensamento crítico no entendimento das singularidades e dos costumes locais.
- c) Estabelecer uma rede de sinergias com diferentes entidades do território, respondendo aos desafios e tendências da nova museologia, com vista à troca de conhecimentos, atenta às constantes transformações culturais e sociais.
- d) Projectar-se como uma instituição de defesa e promoção do património e da cultura, numa vertente educativa e formativa.
- e) Assumir-se como a “porta de entrada” para o conhecimento *in loco* do território.

Objectivos específicos:

- a) Inventariar, organizar, documentar, preservar e disponibilizar colecções de bens, consonantes com a vocação do museu.
- b) Organizar exposições de longa e curta duração, sobre temáticas conformes com os propósitos do museu, aproximando a instituição da comunidade, mediante estratégias comunicativas apelativas.
- c) Criar redes de parcerias com os diferentes agentes no território.
- d) Divulgar o património do concelho mediante a realização de exposições, publicações e actividades culturais dirigidas a diferentes públicos.
- e) Divulgar e promover actividades, sítios e referências que motivem a descoberta e o conhecimento do território.

Em conclusão, advoga-se que o novo Museu do Território de Porto de Mós deva ser um equipamento cultural de crescimento contínuo, desenvolvendo-se com base nos três conceitos fundamentais da Nova Museologia – Território, Património e Comunidade, em alternativa à museologia tradicional centrada no edifício, nas colecções e nos visitantes.

A partir destes pressupostos, subentende-se a sua contribuição no âmbito da valorização da história e da identidade concelhia, assumindo-se como uma contribuição efectiva para o seu desenvolvimento. Projeta-se, assim, uma instituição de carácter cultural e educativo que assegure, desde a sua conceção, o envolvimento e a participação da população e do movimento associativo local. Um centro de cultura vivo, reunindo as funções de investigação, conservação, promoção e valorização do património do território e da vida e actividades dos Portomosenses, nas suas múltiplas expressões.

Considera-se, como tal, oportuno o desenvolvimento de uma análise relativamente aos pontos fortes inerentes à concretização do projecto do Museu do Território de Porto de Mós, desejando-se que esta futura estrutura museológica possa reflectir o potencial do território, contribuindo também para a afirmação do concelho, numa lógica de aproveitamento das oportunidades e de minimização das ameaças, com vista à superação dos eventuais pontos fracos.

Apresenta-se, em seguida, a matriz *SWOT* tendo como foco a estrutura museológica proposta.

Quadro n.º 4: Matriz SWOT do *Museu de Território de Porto de Mós*

Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Riqueza natural e paisagística (singularidade do Maciço Calcário Estremenho), potenciada pela integração na área protegida do PNSAC • Facilidade de acessos • Centralidade do concelho, considerando-se o território nacional • Proximidade em relação aos lugares Património da Unesco (Alcobaça, Batalha, Tomar) • Proximidade de um dos principais polos do turismo religioso nacional (Fátima) • Associativismo • Forte dinâmica empresarial 	<ul style="list-style-type: none"> • Desconsideração pela identidade local • Desconhecimento dos valores patrimoniais • Reduzido nível de participação cívica; • Fraca projeção do actual Museu Municipal • Dependência das verbas municipais • Carácter eclético das colecções
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Valorização das novas correntes museológicas, de base social • Integração em redes intermunicipais • Aproveitamento dos programas de financiamento comunitário • Valorização territorial com base na criação de polos museológicos • Existência de acervo museológico • Possibilidade de integração na Rede Portuguesa de Museus • Desenvolvimento de novas actividades económicas (alojamento; restauração; desporto natureza; produtos regionais) • Incremento da participação comunitária • Afirmção da identidade local a partir do património • Definição da marca “Porto de Mós” 	<ul style="list-style-type: none"> • Proximidade em relação aos lugares Património da Unesco (Alcobaça, Batalha, Tomar) • Proximidade de um dos principais polos do turismo religioso nacional (Fátima) • Risco de extinção de alguns ofícios e da produção artesanal

Fonte: Elaboração própria, 2018.

A leitura que se exige a partir da realização da análise supra, torna evidente que a concretização da proposta para a criação do Museu do Território de Porto de Mós poderá constituir-se como um contributo efectivo para a valorização do espaço deste concelho, detentor de um potencial inquestionável, sobretudo ao nível do património natural. As particularidades geomorfológicas da unidade de paisagem do Maciço Calcário Estremenho e a sua integração em área protegida são, efectivamente, pontos fortes quando se propõe a concretização de uma estrutura alicerçada no conhecimento das características e das singularidades do território, numa vertente educativa e de participação social.

A localização do proposto museu, com sede no edifício da antiga Central termoeléctrica, no centro da vila, constituir-se-á como uma mais-valia no que diz respeito à facilidade de acessos, beneficiando, igualmente, da centralidade do próprio concelho, no enquadramento geográfico nacional. Aliás, a variável localização, se por um lado se afigura como um factor positivo, atendendo-se à proximidade a Alcobaça, Batalha ou Tomar, lugares detentores de Património da Unesco ou de Fátima, um dos principais polos do turismo religioso nacional, podendo usufruir do fluxo turístico destinado a estes centros, por outro, pode ser vista como uma ameaça, em consequência da pressão dos operadores turísticos que concebem pacotes nos quais outros destinos “sem marca” ficam automaticamente arredados.¹¹³

Haverá, por isso, necessidade de trabalhar a promoção do território numa vertente fora do âmbito do turismo de massas, apostando-se numa tipologia diferenciada de visitante, que viaja a título particular ou em conceito de passeio em família ou procurar entendimentos e parcerias com os operadores turísticos no sentido do destino “Porto de Mós”, passar a fazer parte integrante dos pacotes de viagens, nos quais apenas as Grutas de Mira de Aire têm já algum destaque.

Como pontos fortes apontam-se, ainda, o potencial adormecido, considera-se, da actividade desenvolvida pelas associações e a comprovada dinâmica empresarial do concelho, entendidos como parceiros do desenvolvimento do programa museológico e da acção deste museu que não partirá do zero, no que diz respeito à constituição de colecções.

O Museu do Território de Porto de Mós herda um acervo que se pode definir como eclético, considerando-se a diversidade de peças, em consequência da inexistência de uma política de incorporação, aspecto já salientado, e a sua proveniência, em boa parte, de fora do

¹¹³ Veja-se, por curiosidade, as propostas de roteiros de um dia sugeridos pela maioria das agências de viagens: *Templários*: Santarém, Almourol e Tomar; *Três Maravilhas do Oeste*: Óbidos, Alcobaça, Batalha, São Martinho do Porto e Nazaré; *Os Três Grandes Mosteiros Unesco*: Tomar, Batalha, Alcobaça; *Fátima, Grutas da Moeda, Batalha e Alcobaça*.

território concelhio. Não obstante, existe, não podendo ser feito “tábua rasa” dessa materialidade, tendo de ser olhado como uma oportunidade, se potenciado. De que forma? Procurando documentá-lo e integrando-o, no que for possível, na exposição de longa duração ou promovendo a partir dele exposições temáticas temporárias ou, ainda, tornando visitável a área de Reservas, atendendo-se ao valor educativo de algumas colecções

A postura do actual Museu Municipal, marcada por uma tímida existência, sem expressão no contexto da actividade cultural concelhia reflete um conjunto de problemáticas relacionadas com o desconhecimento e o desinteresse face ao potencial dos valores patrimoniais locais por parte quer dos órgãos de decisão, quer da população em geral, na qual se incluem os actores empresariais, conduzindo à desconsideração da própria identidade local, aspectos evidenciados no reduzido nível de participação cívica, no quotidiano das vivências do concelho.

Este contexto reflecte, igualmente, a dependência do funcionamento da estrutura existente face ao orçamento municipal e a fragilidade das verbas disponíveis cuja afectação, em rubrica específica, não existe, cenário que se constitui como uma clara fragilidade interna a ultrapassar.

Não obstante, esta é, entende-se, a oportunidade para alterar paradigmas, aproveitando a implantação das novas correntes museológicas que advogam a participação social como determinante na acção das instituições museológicas. Trabalhar com e para a comunidade e efectivar a participação em projectos intermunicipais serão estratégias conducentes ao desenvolvimento integrado do território.

Daqui decorre, também, a importância da inclusão desta estrutura na RPM - *Rede Portuguesa de Museus*, enquanto sistema organizado que visa, entre outros objectivos “a valorização e qualificação da realidade museológica nacional, a cooperação institucional e a articulação entre museus, a descentralização de recursos, o planeamento e a racionalização dos investimentos públicos, decorrentes da aplicação de fundos comunitários”.¹¹⁴ De facto e considerando-se a vigência do actual quadro comunitário, a oportunidade de aproveitamento deste tipo de financiamento deve ser tida em conta, independentemente dos programas operacionais de que possa beneficiar.

Partindo deste pressuposto, a criação do museu poderá, no contexto específico de Porto de Mós, significar a revitalização de uma zona urbana nobre, efectivando-se a recuperação do

¹¹⁴ Informação disponível no sítio da *internet* da Direcção-Geral do Património Cultural, Rede Portuguesa de Museus. Acessível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/> [Consultado em: Julho de 2018].

edifício da antiga central e área envolvente¹¹⁵ ao mesmo tempo que a sua natureza policentrada, como se defende, proporcionará a valorização dos lugares, contribuindo para fortalecer a confiança da população local e dos agentes externos ao território, no investimento em novas actividades económicas, consequentes, em parte, também da efectivação museológica.

Em conclusão, o cumprimento da missão defendida no âmbito do Museu do Território de Porto de Mós pressupõe uma contribuição efectiva para a afirmação da identidade local, a partir do património e uma sugestão de profunda ponderação no âmbito da definição das políticas de gestão do território, conducentes à afirmação de uma marca que individualize e diferencie o produto Porto de Mós, do conjunto da oferta cultural da região.

5. O programa museológico: princípios basilares

Apresentada a missão e os objectivos, sugere-se o desenvolvimento do programa museológico. Neste âmbito, há elementos que devem ser considerados aquando da sua definição. Hernández (1998, 121-122) aponta a arquitectura e os recursos técnicos, o equipamento, as colecções e o funcionamento como constituintes básicos a ter em conta no acto de concepção de uma programação.

Para além destes, importa reforçar, como determinante, a ponderação e o rigor na elaboração dos conteúdos. Ou seja, a investigação prévia, o estudo do objecto, da realidade, da circunstância, de modo credível e fundamentado, deve constituir-se como uma preocupação e como uma exigência incontornáveis na elaboração das matérias expositivas, assente no conhecimento aprofundado do território, atendendo-se à tipologia museológica proposta. Para que esta premissa se efective, torna-se imprescindível a articulação e o trabalho em paralelo entre o organismo da tutela da instituição museológica e a comunidade académica, enquanto agente privilegiado e legitimado na procura do conhecimento, na investigação.

É a partir da concretização destes projectos que se corporiza a realização plena da função das organizações de estudos superiores. É destes contributos mútuos que se cresce enquanto comunidade e enquanto instituição, sendo estas oportunidades para que se apliquem, na prática, os conhecimentos e para que se afirmem os valores das forças activas das sociedades. Esta deve ser, considera-se, uma preocupação primeira, antes da obra, muito antes do corte da fita, e na

¹¹⁵ Cf. Ponto 2, da Parte IV deste estudo: *Redesenhar os espaços: o museu como oportunidade*.

qual se deve verdadeiramente investir, sob pena da criação de cenários frágeis do ponto de vista da fundamentação científica logo, do risco inevitável da ausência de credibilidade.

Feita esta consideração que se assume como princípio determinante para o sucesso do discurso expositivo de qualquer instituição desta natureza, importa, sob outro ponto de vista, frisar que foi opção na concretização deste estudo não trabalhar aprofundadamente os aspectos relativos ao desenvolvimento de um eventual programa museográfico, apesar de já terem sido afloradas, partindo do projecto existente, as questões relacionadas com a arquitectura.

Avança-se, então, com a proposta referente ao programa museológico a implementar no edifício requalificado da antiga Central termoelétrica de Porto de Mós, sugerindo-se que respeite três linhas mestras, reafirmando-se a necessidade da sustentação dos conteúdos a partir de um trabalho coerente de estudo e análise do território, em resultado de uma estreita e atempada colaboração com a academia.

a) O edifício, a razão de existência

Ter em conta que o contentor expositivo é, ele próprio, um elemento patrimonial, desde logo pelas características da arquitectura, é imperativo. Essa leitura deverá desenhar-se a partir do exterior considerando, como refere, Michael Belcher (1997, 132) “el potencial que ofrecen el recinto y los terrenos del museo utilizados como extensiones de las galerias interiores”.

No caso que é o objecto de estudo deste trabalho há uma envolvência que merece ser pensada como um todo, iniciando-se o processo comunicativo muito antes da porta de entrada do edifício.

A torre de arrefecimento da antiga Central Lena, peça da arquitectura industrial dos anos 1940 e que permanece quase intacta (estrutura em primeiro plano na capa desta dissertação), afirma-se na paisagem e exige uma leitura e um enquadramento, bem como o tegão de descarga dos carvões, no lado poente ao edifício, elementos já referidos no ponto 2.2. deste estudo e que, ao serem musealizados, permitirão a reconstrução do circuito do fornecimento da matéria-prima.¹¹⁶ Também o percurso da água, essencial ao arrefecimento das turbinas, tendo sido o factor que determinou a construção da Central em Porto de Mós, em detrimento da opção

¹¹⁶ Refira-se que a propriedade na qual está implantado o tegão não é, actualmente, pertença da Câmara Municipal. Como tal, desejando-se a concretização desta leitura de conjunto, seria necessário encetar negociações com o actual proprietário, com vista à aquisição do mesmo prédio.

Batalha, exigindo a construção de uma vala para desvio de parte do caudal do rio Lena, deverá, de alguma forma, ser contado no exterior do edifício (Brandão e Sousa, 2015b, 34-42).

Indissociável deste acto comunicativo encontra-se marcado na paisagem e visível, o traçado da linha de caminho-de-ferro. Essa narrativa, bem como a da exploração mineira do carvão, sendo uma parte da história contemporânea de uma região, deve ser dada a conhecer. O mesmo núcleo expositivo não poderá, por isso, deixar de reproduzir, como estratégia educativa, dir-se-ia, a cadeia produtiva de electricidade e o seu alcance e significado regionais, no que diz respeito à sua distribuição.

Em resumo, importa proporcionar, no contexto expositivo, uma visão diacrónica da dimensão espacial e temporal do Couto Mineiro do Lena, destacar as principais linhas de actuação da Empresa Mineira do Lena, bem como os impactos associados à construção da Central Termoeléctrica não só a nível económico mas, também, social.

b) Geomorfologia, a litologia e os recursos naturais do território

Este núcleo expositivo deverá contemplar a evolução do contexto geológico em que o território do concelho de Porto de Mós foi moldado, dando conta da sua especificidade e singularidade, com destaque para a grande unidade morfoestrutural que é o Maciço Calcário Estremenho, enfatizando quer a diversidade das litologias com interesse industrial, quer os aspectos peculiares da morfologia cársica.

Decorrente deste contexto importa, igualmente, dar importância às diversas formas de vida surgidas nos diferentes períodos do calendário geológico representadas no território e reconstruir os seus habitats. As amonites, os equinodermes e as primeiras plantas com flor, as angiospérmicas, cujos restos ficaram preservados nas argilas da região, em concreto, na zona do Juncal e Vale d'Água são exemplos dessas formas de vida, com representações significativas, tema de estudos e trabalhos publicados na comunidade científica.¹¹⁷

c) A ocupação e os usos

Em estreita relação e dependência com as características geomorfológicas do território encontram-se as estratégias de sobrevivência adoptadas pelas gentes locais, ilustrativas de uma sabedoria ancestral e de uma capacidade de superação face à ausência de água à superfície, por

¹¹⁷ Vide Mendes *et al.*, (2011).

um lado, e à carência de solo, de substrato para o cultivo, por outro, na área correspondente ao Maciço Calcário Estremenho.

Alfredo Fernandes Martins (1949,40), na obra *Maciço Calcário Estremenho: contribuição para um estudo de geografia física* afirma: “O Maciço, seco e de rocha nua, não é de maneira nenhuma um centro de atracção para os homens: centrifuga a população”. E acrescenta, com laivos de poesia:

Esta falta de água faz-se sentir de maneira tão imperiosa que tem o condão de ser o único índice a suscitar nos autóctones a ideia da unidade constituída pelos três grandes compartimentos do Maciço, tão nitidamente oposto às regiões circunvizinhas que disfrutam o viço das hortas, o mimo dos pomares, o surdo vibrar da roda das azenhas, a frescura da água corrente – tudo isso a contrastar com a aridez do bloco calcário, tão seco que, por assim dizer, não houve recanto onde, mirando-se o equipamento de trabalho, alguém não indagasse: *Dirá, que me importa? O senhor anda a descobrir água?*¹¹⁸

O destaque deverá ser dado ao conhecimento das formas desenvolvidas para aproveitamento das águas das chuvas e os modos de vida que se apuram em consequência dessa escassez, bem como às habilidades implementadas para tornar o solo arável.

Valério Maduro (2015, 4) reforça:

Ao constrangimento da falta de água acresce a natureza do solo, magro e infestado de pedra solta, de grandes panos de exurgências calcárias que limitam a terra arável e trazem dificuldades acrescidas aos trabalhos da lavoura, castigando, de forma severa, a vida social e material campesina. Apenas nos “valicotos” (vales estreitos) e nas “covadas” (depressões entre os montes) que, por acção do escorregamento erosivo, acumulam as terras negras ou vermelhas, ricas de húmus, as terras de “felgar”, é que o solo é genuinamente produtivo, permitindo colheitas abundantes de azeitona e milho.

Em torno destas realidades há toda uma “etno-geologia da água”, conceito proposto por José Meneses Teixeira (2006, 148) que pretende demonstrar que “a carência de recursos hídricos, condicionou o desenvolvimento da vida material e social destas comunidades rurais

¹¹⁸ *Idem*, 38 e 39.

serranas” ou, como defende Maduro (2015, 5), uma “tecnoeconomia da água” referindo-se à criação de estruturas comunitárias em torno da necessidade de garantir o líquido vital:

Estrategicamente, as populações que se vão fixar no sopé serrano escolhem a proximidade das lagoas, baptizadas vulgarmente de barreiros, que conseguem garantir reservas permanentes de água ao longo do período estival. Graças a estes pontos de água dispersos na charneca floresce a actividade pastoril, dessedenta-se o gado de canga, faz-se a lavagem das meadas de lã e das roupas domésticas, mantêm-se as culturas mimosas indispensáveis à dieta alimentar, como hortas e leguminosas, algumas árvores frutíferas ou acode-se ao milho, quando a pluviosidade ou os nevoeiros matinais eram insuficientes para a cultura vicejar, assiste-se à laboração dos lagares de azeite.

O mesmo autor acrescenta: “A par destes espelhos de água naturais, levantam-se cisternas e poços do povo, empreendimento colectivo, eventualmente com orientação de oficiais das artes, que reflecte uma auto-organização por parte das populações, a fim de minorar as circunstâncias adversas da natureza”.¹¹⁹

Em suma, a necessidade de contorno da aridez dos solos leva ao surgimento de actividades como a agricultura, a agro-pastorícia, a tecelagem, a construção ou extracção e a transformação de pedra. Em termos sociais e comunitários, a demarcação da propriedade, os conflitos pela posse da água, a dependência intercomunitária, o culto e as festividades refletem a singularidade deste processo de adaptação.

No outro extremo do concelho são, igualmente, as características geológicas que determinaram o *modus vivendi* das populações, decorrente da existência, em abundância, de argilas.

O barro tem, ao longo dos anos, sustentado esta franja da população, constituindo-se, ainda hoje como um sector de actividade de peso, na economia local. No que diz respeito à olaria tradicional, hoje diminuta, há personalidades, como Romeu Augusto Ceramista, que deram forma a esta arte e cujas peças são apreciadas e procuradas por colecionadores, merecendo um lugar de destaque na constituição de um eventual núcleo expositivo (Sousa, 2017a).

¹¹⁹ *Idem*, 6.

Estas são as linhas orientadoras que se consideram pertinentes contemplar aquando da definição dos conteúdos expositivos. Contudo, apesar desta definição, a incerteza e a problematização relativamente ao tratamento e à apresentação dos mesmos não é simples, objectivando-se a criação de um discurso que traga alguma diferenciação perante as abordagens mais comuns, fugindo à tradicional evolução diacrónica dos factos.

Ou seja, sugere-se que a leitura proporcionada aquando da visita transmita o processo evolutivo do território, dê a conhecer os vestígios, as vivências das gentes e os seus marcos históricos mas que reflita, igualmente, a dinâmica e as questões pertinentes e actuais que demovem ou que motivam esta sociedade em particular.

Que se entenda que a pedra de mó em tempos extraída é hoje o revestimento de uma fachada num edifício além-fronteiras, que os achados de cerâmicas arqueológicas são hoje a peça decorativa ou utilitária que cria um cenário de modernidade, que a tradicional manta de tear toma lugar na definição do *design* de vestuário ou que o vento que outrora fazia movimentar as velas dos moinhos é o mesmo que acciona os aerogeradores que actualmente completam a paisagem.

Em síntese, que se transmita por um lado a riqueza e a valorização patrimonial do território, por outro que se dê a conhecer as suas potencialidades a vários níveis, empresarial, turístico, económico para que a visita ao Museu do Território de Porto de Mós se constitua como um acto interpretativo e crítico, ao mesmo tempo que se oferece como um convite à descoberta, em estreita e continuada articulação com as forças vivas que actuam no terreno.

6. Do museu para o território

Pelo exposto no ponto anterior é reforçada a intensão de criação de um museu policentrado.

Propõe-se, por conseguinte, que o edifício da Central Termolétrica se constitua como o núcleo orientador do Museu do Território de Porto de Mós, a partir do qual se sugerem roteiros de visita.

Em termos funcionais propõem-se uma ligação do edifício sede aos polos de visita a elencar, concretizada a partir da publicitação e da disponibilização de informação por meio de folhetos, APP's, painéis informativos, entre outros. A relação com os diferentes polos e o

desenvolvimento de parcerias pode também cimentar-se, ao longo do tempo, a partir do intercâmbio de recursos e do trabalho desenvolvido fora de portas, de recolha de património e de auscultação das populações, do desenvolvimento de actividades *in loco*, assim a existência de recursos humanos o possibilite, com vista ao incremento da museologia social e participativa.

Nesta primeira fase, identificar-se-ão eventuais polos deste núcleo sede que não representem necessidade de afectação de recursos humanos, possibilitando uma visita autónoma ou que, pela existência de estruturas já criadas e em funcionamento, se adequem a tal. Tomar-se-á como referência para a identificação e breve descrição dos diferentes núcleos, as três linhas orientadoras propostas para a elaboração do programa museológico.

6.1. Polos de visitação

a) O edifício, a razão de existência (património relacionado com a indústria mineira do carvão)

1. Boca da mina da Bezerra (Galeria de São Pedro)

A mina da Bezerra, uma das concessões integrada no Couto Mineiro do Lena, começou a ser explorada em 1920 e produziu, regularmente, até ao início dos anos trinta, sucumbindo às graves dificuldades económicas da empresa concessionária (Fig. 27). O carvão retirado serviu, em boa parte, para alimentar as locomotivas da ferroviária nacional, a Empresa Cimentos de Leiria e as fornalhas da Central Lena, em fase de testes (Brandão e Sousa, 2015a, 206).



Fig. 27: Boca da Mina da Bezerra (Galeria de São Pedro).

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.

A beneficiação e devida identificação do espaço de acesso à boca desta mina, na freguesia de Serro Ventoso, permitiria, de forma autónoma, uma compreensão do relevo desta exploração na actividade do Couto Mineiro do Lena, entre as décadas de vinte e trinta do século XX, numa lógica de actuação que pressupunha a exploração do minério e o seu escoamento através da linha de caminho-de-ferro, bem como a produção de energia eléctrica.

Na década de 1950, a mina volta a ser alvo de estudos, concluindo-se em definitivo a sua inviabilidade, tendo sido requerido o seu abandono definitivo.¹²⁰

2. Ecopista (leito do antigo Caminho-de-ferro Mineiro do Lena)

A antiga linha do Caminho-de-ferro Mineiro do Lena surge da necessidade de fazer chegar o carvão das minas do vizinho concelho da Batalha e também da Bezerra aos grandes centros de distribuição.

¹²⁰ *Idem*, 211.

Iniciado em 1929, o lanço de caminho-de-ferro pela serra, entre Porto de Mós (Corredoura) e a Bezerra (...) implicou a construção de um lancete, diversos aterros e um túnel, num percurso quase todo rasgado em rocha viva. (...) garanti[ndo] uma nova saída para os carvões e amplia[ndo] o negócio ferroviário de transporte de passageiros e mercadorias (Brandão e Sousa, 2015a, 203).

Este traçado, desmantelado em 1949, convertido em ecopista desde 2012, com uma extensão de aproximadamente 13 km., apresenta, ao longo do percurso, sete estações de paragem com vários painéis informativos e mesas interpretativas que fornecem dados relativamente à contextualização histórica desta infraestrutura, com notas sobre a cronologia da EML, a cascalheira artificial, acumulada para permitir a construção da linha de caminho-de-ferro, ou a abertura do túnel, em plena serra (Figs. 28 e 29).



Fig. 28: Ecopista, antiga linha de caminho-de-ferro da EML.

Fonte: Arquivo Fotográfico, CPM, 2012



Fig. 29: Ecopista, painéis interpretativos.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.

Para além da informação deste cariz, são igualmente facultados vários apontamentos explicativos relativamente às características geomorfológicas da paisagem, nomeadamente, a existência de lapiás, vales secos, paredes de pedra seca, depressões cársticas, sendo possibilitada a leitura da paisagem a partir da indicação de diversos pontos de interesse como os “Telhados de Água” de Serro Ventoso, a Pedreira das Mós, o castelo de Porto de Mós, as igrejas, a zona desportiva e de lazer da vila, as antigas instalações da EML, a Central termoelétrica, entre outros.

Faculta-se, igualmente, informação sobre os aspectos de fauna e flora desenrolando-se o percurso ao longo de uma linha humanizada com uma vegetação homogénea, sendo possível observar zonas de mato e bosques de carvalho-cerquinho ou, em partes mais baixas, o aproveitamento dos solos para a agricultura. O contacto com espécies animais é também frequente, nomeadamente alguns répteis, aves e mamíferos de pequeno e médio porte, como o coelho ou a raposa.

Podendo constituir-se como um itinerário completo entre a mina da Bezerra e a Central termoelétrica, núcleo sede do Museu, a fruição deste percurso, que pode ser realizado nos dois sentidos, vem entroncar nos objectivos da proposta museológica em desenvolvimento.

3. Moinho de água e lagar

Nas proximidades do edifício da Central existia uma propriedade ocupada por um moinho de água e um lagar de azeite (Fig. 30). Terá sido deste ponto, e depois de negociada a aquisição do direito às águas entre a empresa concessionária e o proprietário, que derivou a água que, em vala construída para o efeito, haveria de abastecer os tanques da Central, de onde era bombeada para o arrefecimento das caldeiras (Brandão e Sousa (2015-b)).



Fig. 30: Ruínas do antigo moinho de água e lagar de azeite, Porto de Mós.

Fonte: Arquivo fotográfico, CMPM, 2017.

Recentemente, as ruínas existentes foram demolidas, com excepção das paredes que constituíam o antigo lagar, com vista à construção de um alojamento local. No projecto de arquitectura desenvolvido por uma entidade particular não terá sido considerada qualquer referência à memória histórica do espaço. Seria, contudo, interessante o desenvolvimento de um trabalho de sensibilização junto do proprietário com vista à consideração de formas interpretativas ou explicativas do valor de memória deste espaço.

A concretizar-se, constituir-se-ia, considera-se, um contributo válido para o conhecimento e para a divulgação da narrativa associada a este património e um aspecto diferenciador, do ponto de vista do interesse turístico para a nova unidade de alojamento.

4. Moinho do Pego dos Frades:

Sensivelmente a duzentos metros de distância do moinho de água descrito, existem ainda as ruínas de um outro moinho de água que foram conservadas aquando da intervenção relativa à requalificação da frente ribeirinha, em 2013 (Fig. 31). Para além de ser um dos exemplos dos muitos que existiram no vale do rio, até aos inícios do século XX, visando o aproveitamento das águas para fazer funcionar os engenhos de moagem, este, em particular, associa-se à memória da Central pelo facto de ter sido comprado, em 1928, pela empresa concessionária do Couto Mineiro do Lena, como garante do caudal necessário ao funcionamento da Central.¹²¹



Fig. 31: Moinho do Pego dos Frades, Porto de Mós.

Fonte: Arquivo fotográfico, CMPM, 2013.

b) Geomorfologia, a litologia e os recursos naturais do território

1. Fórnea

A Fórnea é um anfiteatro natural com cerca de meio quilómetro de diâmetro e duzentos e cinquenta metros de altura, escavado nos calcários margosos e margas do Jurássico Inferior a que se sobrepõem os calcários do Jurássico Médio (Fig. 32).¹²²

¹²¹ *Ibidem.*

¹²² De acordo com a obra *Glossário Ilustrado de Termos Cárnicos*, coordenada por Luísa Rodrigues (2007, 88), entende-se que Fórnea seja uma “forma em anfiteatro ou cone invertido que tem na sua origem e modelado factores complexos, estando sempre presentes os de natureza cársica. Na cabeceira ficam localizadas uma ou mais exsurgências cársicas responsáveis pela erosão remontante. Em certos casos, a sua localização está dependente de factores estruturais (litológicos e/ou tectónicos). Para o perfeito modelado das vertentes podem contribuir



Fig. 32: Fórnea e muros de pedra seca, de delimitação da propriedade.

Fonte: Arquivo fotográfico, CMPM, 2009.

Localizada no Polje de Alvados, a Fórnea é uma extensa depressão com o fundo aplanado envolto por vertentes íngremes e por ribeiras temporárias, afluentes do Rio Lena.

Trata-se de uma manifestação natural singular, que tem atraído o interesse, sobretudo no período do inverno, pela beleza das cascatas.

Sendo, de facto, em termos de geomorfologia um ponto essencial para o conhecimento do território têm sido equacionadas hipóteses de contemplação do espaço de forma a minimizar os impactos da pressão turística que já se fazem sentir. Em cima da mesa das decisões autárquicas está a eventual construção de um passadiço ou o melhoramento do caminho pedonal, soluções actualmente em discussão com o PNSAC.¹²³

Incontornável na definição do programa museológico, fará todo o sentido que a Fórnea conste como polo de visita, como complemento à visita ao novo museu.

processos crionivais herdados de períodos mais frios que o actual, como acontece na Fórnia de Alvados, localizada no Maciço Calcário Estremenho”.

¹²³ Jornal *Região de Leira*, edição de 12 de Janeiro de 2018. Cf. Anexo 8.

2. Grutas

No território do concelho de Porto de Mós existem três grutas preparadas para visitação do público: as de Mira de Aire, de Alvados e de Santo António.

Diferentes entre si, cada uma ilustra claramente a natureza cársica deste território.

As Grutas de Mira de Aire, galardoadas, em 2010, como uma das Sete Maravilhas Naturais de Portugal são, inquestionavelmente, as mais conhecidas, desde logo pela sua grandeza, já que disponibilizam ao público a visita a seiscentos metros, do total dos onze quil metros já descobertos (Fig. 33). São, por isso, as maiores grutas turísticas do país e, como tal, o número de visitantes é bastante significativo.



Fig. 33: Grutas de Mira de Aire.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.

Para além da visita às Grutas, o complexo desta infraestrutura oferece a visita o a um pequeno núcleo expositivo composto por uma colec o de rochas e minerais. Na envolvente existem um jardim a partir do qual se faz a descri o da região e se recriam artes e ofícios como o ciclo do pão, um parque aquático, uma zona de alojamento, em casas de madeira, restaurante, havendo também a possibilidade de reservar o espaço interior das grutas para realiza o de eventos.¹²⁴

¹²⁴ Informa o disponível em: <http://www.grutasmiradaire.com/pt/>.

Recentemente, as Grutas de Mira de Aire abriram “provisoriamente” um espaço museológico, o “Museu do Fóssil” que alberga “diversos fósseis com diferentes tamanhos e cores, alguns oriundos da Praia Jurássica de São Bento”.¹²⁵

A gruta de Alvados (Fig. 34) e as de Santo António (Figura 35), menores em termos de dimensão mas com características que as diferenciam e as destacam no campo de estudo da espeleologia, estão igualmente abertas ao público, promovendo visitas e actividades, com programas diferenciados para o público escolar e em associação com o Centro de Educação Ambiental “Quinta da Escola”, cabendo a gestão de ambas a uma entidade privada.¹²⁶

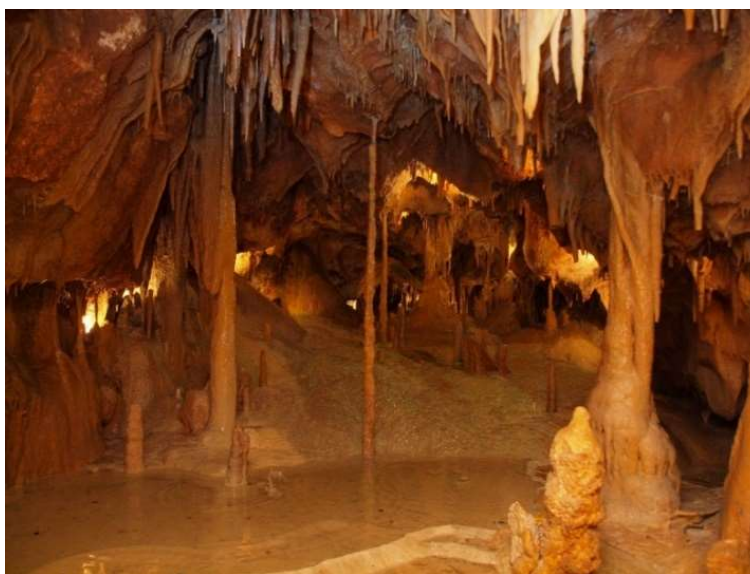


Fig. 34: Grutas de Alvados.

Fonte: Arquivo fotográfico, CMPM, 2015.

Trata-se, portanto, de um conjunto que se constitui como um atrativo turístico inquestionável, singular e identitário desta região.

Por outro lado, a componente educativa propiciada e o desenvolvimento de trabalhos de investigação constantes reforçam o potencial destes possíveis parceiros do proposto Museu do Território, atendendo-se à sua missão e aos seus objectivos, anteriormente descritos.

¹²⁵ Jornal *O Portomosense*, edição de 2 de Agosto de 2018, p. 12. Esta iniciativa deve-se ao facto de na construção do parque de estacionamento do complexo, terem sido utilizadas lajes adquiridas à pedreira, na altura em laboração, e que veio dar origem à jazida do Cabeço da Ladeira, conhecida, actualmente, como Praia Jurássica de São Bento. Assim, grande parte do espólio em exposição neste Museu do Fóssil foi retirado do pavimento do parque de estacionamento das próprias Grutas de Mira de Aire.

¹²⁶ Informação disponível em: <http://sogrutas.com/index.php>.

Aliás, este tipo de estruturas são “lugares de excelência de educação informal, propiciando a divulgação de conhecimento especializado nos diferentes domínios da Espeleologia, das Geociências, da Biologia e da História do Homem [sendo] simultaneamente laboratórios onde se realizam estudos científicos de grande importância para a sociedade” (Brandão, 2009, 41).

3. Percursos Pedestres

A prática do pedestrianismo, num território como o que se analisa, com as características singulares já descritas, pode constituir-se como uma aposta ganha, enquanto estratégia de valorização dos espaços e das comunidades residentes, aliando o lazer e a prática desportiva à contemplação e ao conhecimento, desencadeando, em consequência, sinergias noutras áreas de actuação, nomeadamente ao nível da restauração e do alojamento.

No território do concelho de Porto de Mós estão actualmente definidos doze percursos pedestres, devidamente definidos em conjunto pela Câmara Municipal e pelo PNSAC, informação que pode ser recolhida a partir do sítio da internet do Município de Porto de Mós (Fig. 35).¹²⁷

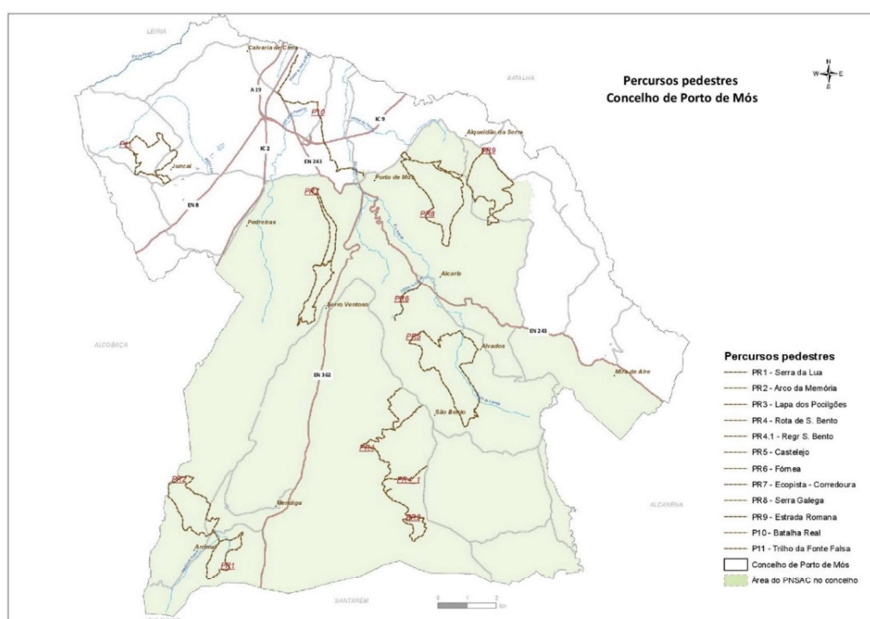


Figura 35: Mapa dos percursos pedestres, no concelho de Porto de Mós

Fonte: CPM, 2018.

¹²⁷ Informação disponível em: <http://www.municipio-portodemos.pt/page.aspx?id=36> e no sítio da internet do PNSAC - Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros: <http://www2.icnf.pt/portal/turnatur/visit-ap/pn/pnsac>.

Cada um deles permite, consoante a sua rota, desfrutar, sobretudo, da componente de paisagem natural, possibilitando, igualmente, um contacto com a história dos lugares, com a traça arquitectónica, com as actividades económicas preponderantes ou com o quotidiano das gentes.

A título de exemplo, a realização do *PR7 (PMS) – Corredoura* permitirá não apenas o contacto com o contexto histórico e económico de uma época, uma vez que o percurso se desenvolve sobre a antiga linha de caminho-de-ferro mineira mas, igualmente, a contemplação de uma paisagem e de um meio natural representativo em termos de flora e fauna e, particularmente, em termos geomorfológicos:

a dado momento do percurso, consegue-se observar a confluência de três grandes unidades geomorfológicas, nomeadamente a serra dos Candeeiros (onde se encontra), planalto de S. Mamede (NE) e planalto de Santo António (SE). As depressões que fazem a separação destas unidades são o vale diapírico, entre a serra dos Candeeiros e os planaltos, e o alinhamento tectónico Porto de Mós/Moitas Venda a separar os planaltos. O término do planalto de Sto. António é cortado pelo leito do rio Lena onde estão situadas as suas nascentes. Na direção nordeste do vale diapírico destacam-se alguns morros que correspondem a intrusões doleríticas, nomeadamente o Morro do Castelo de Porto de Mós, Morro da Capela de Sto. António e Livramento.¹²⁸

A realização destes percursos é livre, podendo constituir-se como um sugestão de roteiro e como uma forma diferente de conhecer, desfrutar e valorizar o território, considerando-se a tendência europeia actual da prática do turismo pedestre, numa vertente que alia conhecimento, lazer, desporto e saúde, em contraponto ao turismo de massas.

4. Praia jurássica

A jazida de fósseis do Cabeço da Ladeira, localizada numa antiga pedreira de laje calcária, na freguesia de São Bento, do concelho de Porto de Mós, foi descoberta em 2003, permitindo identificar um conjunto paleontológico do Jurássico Superior de grande valor científico, composto por *ripple marks* que se estendem por vários metros e por “fósseis de

¹²⁸ Acessível em: <http://www2.icnf.pt/portal/turnatur/visit-ap/pn/pnsac/pr7pms-corred> [consultado em Junho de 2018].

equinodermes cuja importância científica e educativa justificou a sua identificação como geossítio, no Plano de Ordenamento do PNSAC em 2010” (Pereira *et al.*, 2014, 1339).

O achado denominado como Praia Jurássica de São Bento (Fig. 36), por reproduzir parcialmente o habitat marinho costeiro daquele período, tem despoletado uma série de iniciativas por parte dos vários intervenientes no território (Câmara Municipal, Junta de Freguesia de São Bento e PNSAC) com vista à conservação, valorização e divulgação da jazida, culminando na publicação, em 2014, de uma Resolução da Assembleia da República que prevê “o desenvolvimento de um projecto integrado de conservação e valorização do património geonatural em São Bento, Porto de Mós, salvaguardando a descoberta paleontológica no seu contexto local (...) [e] a ponderação da classificação da Praia Jurássica (...) como Monumento Natural.¹²⁹



Figura 36: Praia Jurássica, São Bento, Porto de Mós.

Fonte: Arquivo fotográfico, CMPM, 2013.

Assim, decorrente desta Resolução é proposto pelo ICNF, segundo o artigo da autoria de Bruno Pereira e outros, já referido (2014,1342 -1243), um ante-projecto com vista à criação de

(...) condições de visitação do espaço por parte do público (...) engloba[ndo] a implementação de percursos de visitação sobre a laje e painéis explicativos sobre os fósseis, a paleogeografia do local e os

¹²⁹ Resolução da Assembleia da República n.é 20/2014, de 11 de Março, em *Diário da República*, 1.  série — N.é 49, p. 1829.

processos de fossilização envolvidos (...) preve[ndo-se] (...) a execução de novos moldes e réplicas de fósseis (...) passa[ndo] pela substituição de exemplares removidos para preservação em instituições de referência, ou pela musealização.

Perante este cenário, considera-se justificada a pertinência de encarar este geossítio como um dos futuros polos do museu, enquanto complemento e explicitação *in loco*, no âmbito da temática da formação do território.

c) *A ocupação e os usos do território*

1. Calçada portuguesa

A actividade da extracção de pedra e produção de calçada, transformando a rocha em bruto em paralelepípedos de dimensão reduzida e forma regular culmina numa segunda fase, que a potencia. O calcetamento permite revelar esta arte e a unicidade de cada trabalho, uma vez que como é referido na obra *Manual da Calçada Portuguesa*, de António Manuel Henriques (2009, 9):

Cada calçada é única, não só porque são diferentes os motivos utilizados (motivos geométricos, motivos figurativos, motivos alusivos a actividades ou especificidades regionais ou locais), mas também porque o seu efeito final depende da qualidade da produção e da mestria do artífice encarregado de efectuar o assentamento.

Os principais núcleos produtores de calçada portuguesa localizam-se nas Serras de Aire e Candeeiros. Na freguesia do Alqueidão da Serra, concelho de Porto de Mós, estão localizadas as únicas pedreiras, a nível nacional, de onde é extraída e produzida a pedra de calçada de calcário preto e cinzento-escuro, coloração peculiar que decorre do teor de matérias carbonosas e de pirite existentes, aquando da sua formação.

As explorações, muitas delas à face da estrada permitem e incitam à paragem para observação da técnica de “traçar” a pedra, à mão, com o auxílio de uma marreta que com a experiência dos cabouqueiros é, seguidamente, transformada em unidades rectangulares com

medidas exactas de quarenta por vinte centímetros (Fig. 37), permitindo a construção de autênticas “pinturas de pedra”, assinadas pelos mestres calceteiros (Fig. 38).



Figura 37: Cabouqueiro a “talhar” a pedra calcária preta de calçada, Alqueidão da Serra.

Fonte: Arquivo fotográfico, CMPM, 2016.



Figura 38: Exemplo de trabalho em calçada portuguesa, Praça da República, Porto de Mós.

Fonte: Arquivo fotográfico, CMPM, 2009.

O desenvolvimento desta actividade económica é, sem dúvida, demonstrativa da capacidade de tirar partido das características do território como garante de sobrevivência.

2. Castelo

O castelo de Porto de Mós constitui, como já foi referido no capítulo alusivo ao enquadramento histórico do concelho, um símbolo identitário representativo de várias épocas e indissociável de alguns acontecimentos determinantes da história local e nacional (Fig. 39).



Figura 39: Castelo de Porto de Mós.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.

A contribuir igualmente para essa condição de ícone está a sua localização e a sua particular arquitectura, ajudando à afirmação do sentimento de identidade, sendo popular, a título de curiosidade, a expressão: “Deixaste de ver as torres do castelo...”, como indicativo de desorientação.

Actualmente, o enquadramento da visita ao castelo é dado pelo folheto existente, em três línguas, prevendo-se a breve distribuição de um panfleto inclusivo, que disponibilizará informação em escrita simples, braille, pictogramas e imagens em relevo.¹³⁰

¹³⁰ Informação disponível em: <http://www.municipio-portodemos.pt/NewsDetail.aspx?IdNoticia=980>.

Os diferentes espaços estão desocupados, recebendo com alguma frequência actividades, sobretudo, exposições temporárias.

No âmbito do trabalho preparatório desenvolvido relativo ao projecto de criação do novo museu foi equacionado que o castelo pudesse funcionar como um dos seus polos, para o qual seria remetido o acervo epigráfico existente. Para além dessa hipótese, sugere-se a possibilidade de criar neste mesmo espaço um núcleo interpretativo relativo à construção e adaptação deste Monumento Nacional e ao seu contexto, realçando a sua posição como palco preparatório da Batalha de Aljubarrota.

3. Chaminés /Cerâmicas

Na parte noroeste do concelho, a actividade económica preponderante, em consequência da natureza argilosa dos solos, foi-se mantendo até aos dias de hoje: a exploração e a transformação das argilas e margas.

As localidades de São Jorge, freguesia de Calvaria de Cima, Moitalina e Cruz da Légua, freguesia de Pedreiras, e Juncal, a Oeste das Serras de Aire e Candeeiros, numa linha que vai até ao lugar de Cós, em Alcobaça, confinam com um enorme jazigo sedimentar de argilas, designado por Bacia do Juncal – Cruz da Légua – Cós composta por recursos minerais desta tipologia, de diferentes idades, em concreto, as argilas comuns e o caulino, do Jurássico e do Cretácico, respectivamente (Guilherme, 2004, 46).

Estas argilas estão na base, por um lado, da tradição oleira concelhia, por outro, do desenvolvimento das indústrias de cerâmica estrutural, a partir do designado barro vermelho, actual referência da olaria local, e da argila esbranquiçada da Costa Barrenta, na origem da criação da Real Fábrica do Juncal, em laboração entre 1770 e 1876. Nesta mesma data, identificam-se no concelho 18 fábricas de telha e tijolo, 1 fábrica de loiça ordinária (não vidrada) e 7 olarias de barro vermelho (Frazão, 1982, 159).

Por outro lado, a multiplicidade de topónimos concelhios, relacionados com a matéria-prima do barro e com o seu processo de transformação é significativa: *Barros, Barro, Barreiro, Costa Barrenta, Vale do Barreiro, Olival do Barreiro* ou *Fornos, Outeiro do Forno* e, também, *Fonte do Oleiro, Casal do Oleiro*, etc..

Nos últimos anos, tem-se vindo a assistir ao desaparecimento da vertente artesanal desta actividade (Fig. 40).



Figura 40: Senhor Silvério Santos, oleiro, Moitalina, Pedreiras.

Fonte: Arquivo fotográfico, CPM, 2016.

Actualmente, não serão mais de quatro os oleiros a trabalhar às portas da Estrada Nacional 8 que, entre as décadas de quarenta e oitenta do século XX, oferecia em frente a cada casa, uma montra de peças de loiça de barro, despertando a atenção dos muitos que por ali passavam com destino às praias e a toda a zona Oeste do país.

No âmbito industrial existem, nos dias de hoje, várias unidades fabris na vertente da cerâmica estrutural que se afirmam nacional e internacionalmente neste sector. Igualmente, a cerâmica utilitária e decorativa encontra espaço de crescimento, bebendo influências da olaria tradicional, mas inculcando-lhe *design*, com um toque de modernidade e experimentação.

De toda esta actividade, o tecido urbano ostenta marcas. São várias as fábricas de cerâmica fora de laboração, ao abandono. São muitas as chaminés que se afirmam na paisagem como testemunhos imponentes de uma época (Fig. 41).¹³¹

¹³¹ Do ponto de vista da salvaguarda deste património, em particular das chaminés, sugere-se a sua classificação como imóveis de interesse municipal, de acordo com o Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro que estabelece o procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda. Neste sentido, considera-se pertinente a concretização de um inventário rigoroso deste património industrial, com vista à sua possível integração num roteiro de visita.



Figura 41: Vista geral sobre os lugares de Moitalina, Cruz da Légua e Tremoceira, freguesias de Pedreiras e Juncal. Visível o elevado número de chaminés de indústrias de cerâmica de barro vermelho.

Fonte: Arquivo fotográfico, CMPM, 2011.

4. Construções de pedra

Alfredo Fernandes Martins (1949, 45) descreve:

A pedra solta que estorva a marcha, que mascara algumas vezes a rocha *in situ*, que toa ruidosamente sob os pés como se caminhássemos numa caixa de brita, é frequente na base das escarpas, mas não falta nas encostas de mais suave descida nem sequer nas zonas aplanadas; e isso contribui para vincar as características desta paisagem pedregosa. A pedra, de facto, rompe por todo o lado.

Esta mesma ideia é reforçada por Faria Pereira (2007, 4), no artigo intitulado *Paredes de pedra do Maciço Calcário Estremenho: sua importância para a conservação da natureza* quando afirma: “A rocha aflora à superfície de uma forma tão notória que domina completamente a paisagem.”

Esta omnipresença, justificada pelas características geológicas do carso, obrigou o Homem a encontrar soluções que lhe permitissem sobreviver neste meio. As abundantes construções de pedra seca foram uma das estratégias descobertas para fazer face a este carácter inóspito. Assim, os muros de pedra, designados como maroiços, resultam da necessidade de

limpeza dos terrenos agrícolas, ao mesmo tempo que delimitam a propriedade, protegendo-a, igualmente, das condições climáticas (Fig. 42).



Figura 42: Muros de pedra seca, São Bento.

Fonte: Fernanda Sousa 2018.

Aliás, estas paredes de pedra que se oferecem a outro tipo de construções, como casinas¹³² (Fig. 43) e choisos¹³³ (Fig. 44), por exemplo, cumprem, segundo o autor supracitado, um papel determinante no âmbito da conservação da natureza a três níveis: climáticos, litológicos e de biodiversidade.¹³⁴ Do ponto de vista da distribuição do traçado das paredes, este constitui-se como uma marca determinante e individualizadora da paisagem (Figura 45).

¹³² Construções circulares de pedra, com cúpula.

¹³³ Propriedades muradas com pedra.

¹³⁴ *Idem*, 22.



Figura 43: Casina, São Bento.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.



Figura 44: Choisos, São Bento.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.



Figura 45: Paisagem serrana, São Bento.

Fonte: Arquivo fotográfico, CPM, 2011.

Nesta vertente de aproveitamento da pedra para usufruto no quotidiano da população poder-se-ia ainda referir as inúmeras cisternas existentes, bem como as pias naturais como forma de aproveitamento dos campos de lapiás, como reservatórios das águas pluviais (Fig.46) e os moinhos a que faremos «também referência.



Figura 46: Cisterna, São Bento.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.

5. Estrada Romana do Alqueidão da Serra

O troço da via romana do Alqueidão da Serra, classificado, desde 1990, como Imóvel de Interesse Público, terá sido construído entre os séculos I a. C. e I d. C., estabelecendo a ligação entre importantes polos administrativos vigentes neste período, referência já feita anteriormente nesta contribuição (Fig. 47).¹³⁵



Figura 47: Troço da estrada romana, Alqueidão da Serra.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.

6. Moinhos

Os moinhos de vento são, do mesmo modo, uma marca na paisagem deste território, ilustrativa da actividade moageira de outros tempos, de tal modo representativa que as costumadas mós de pedra são aproveitadas como símbolo, na representação da vila, aquando da definição da sua heráldica (Fig. 48).

¹³⁵ Informação disponível em: <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/patrimonio/patrimonio-imovel/pesquisa-do-patrimonio/classificado-ou-em-vias-de-classificacao/geral/view/73614> [Consultado em Agosto de 2018].



Figura 48: Brasão Municipal.

Fonte: CMPM

A contemplação dos vários exemplares ainda existentes está, como tal, facilitada (Figs. 49 e 50). Como complemento, ainda que com outras funções mas aproveitando a mesma fonte de energia, os aerogeradores instalados permitem uma leitura análoga daqueles mecanismos com a actualidade (Fig. 51).



Figura 49: Moinho de vento, Alqueidão da Serra.

Fonte: Arquivo fotográfico, CMPM, 2017.



Figura 50: Moinho de vento, Bairro de São Miguel, Porto de Mós.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.



Figura 51: Contraponto: tradição e modernidade.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.

7. Telhados d'Água

A escassez de água à superfície, por diversas vezes referida ao longo deste trabalho, em contraste com a sua abundância no subsolo, obrigou a que as gentes locais encontrassem estratégias para o seu aproveitamento.

As barragens existentes na freguesia de Arrimal-Mendiga e Serro Ventoso, denominadas de Telhados d'Água, foram construídas na década de sessenta do século XX, tirando proveito dos campos de lapiás, formação típica dos relevos cárscicos, produzida pela dissolução superficial das rochas calcárias, permitindo a infiltração das águas pluviais, visando o aproveitamento destas para o usufruto das populações, a partir da sua distribuição pelos fontanários públicos (Fig. 52).



Figura 52: Telhados d'Água, Serro Ventoso.

Fonte: Arquivo fotográfico, CMPM, 2012.

Na barragem localizada na União de Freguesias Arrimal-Mendiga, é possível a visitação da estrutura, estando contextualizado o seu objectivo por meio de placas informativas (Fig. 53).



Figura 53: Telhados d'Água, Mendiga.

Fonte: Arquivo fotográfico, CPM, 2012.

6.2. Possíveis entidades parceiras do Museu do Território de Porto de Mós

A proposta de criação de um Museu do Território para Porto de Mós parte de um pressuposto base que informa esta tipologia museológica, traduzido na estreita ligação entre a acção do museu e a sua comunidade.

Definidos os polos museológicos a considerar numa primeira fase, importa potenciar o plano de actividades do museu em articulação com os agentes que desenvolvem a sua acção no território, quer seja ela económica, turística, religiosa ou de carácter associativo.

A dinâmica pretendida pressupõe a concepção de museu enquanto veículo de desenvolvimento local, em harmonia com o conhecimento e a valorização patrimonial.

Como tal, a promoção e a concretização de parcerias com empresas, associações e outras entidades locais afigura-se como fundamental no processo de afirmação do museu para que este possa ser olhado e entendido, também ele, como um agente activo do território, contrariando a visão enraizada de uma acção apenas contemplativa e amarrada ao passado.

Pelo exposto, elencam-se, em seguida, as hipóteses de potenciais sinergias a promover considerando-se a natureza e a especificidade do espaço concelhio, o seu tecido empresarial e a sua força associativa. A ordem de enumeração reflete o grau elevado de probabilidade na concretização da parceria, pelas relações já existentes ou pela facilidade de comunicação existente.

1. Juntas de Freguesia

As Juntas de Freguesia são a primeira linha de actuação efectiva nos territórios, pela proximidade com as populações e pelo conhecimento das singularidades dos lugares.

Sendo um dos órgãos do poder local nos territórios, as Juntas de Freguesias promovem, naturalmente, actividades diversas com vista, por um lado, à preservação dos seus usos e costumes, por outro, ao reconhecimento não só dos seus problemas como, também, das suas potencialidades. São, como tal, fontes informativas a privilegiar, na perspectiva de interacção que se defende.

2. PNSAC – *Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*

Considerando que cerca de setenta por cento do território do concelho de Porto de Mós está inserido na área protegida do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, o estabelecimento de parcerias com esta entidade afigura-se como determinante, pelo conhecimento e pela acção que desenvolve no território.

Um dos polos a considerar nesta parceria será o actual CISAC.

O Centro de Interpretação das Serras de Aire e Candeeiros, denominação atribuída desde Março último ao Centro de Interpretação de Porto de Mós, inaugurado em 1990 e adaptado, anos mais tarde, a Ecoteca, está localizado no centro da vila de Porto de Mós, sendo uma infraestrutura cuja gestão cabe ao Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros (Fig. 54).



Figura 54: CISAC – Centro de Interpretação das Serras de Aire e Candeeiros, Porto de Mós.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.

Este edifício dotado de um auditório com cinquenta e cinco lugares, um centro de documentação e uma área destinada a exposições temporárias foi concebido com a função “de servir de suporte à interpretação da natureza da área do parque natural, podendo no entanto servir outras iniciativas de índole cultural constituindo um importante equipamento público para a região”.¹³⁶

A alteração da denominação para CISAC surge “No sentido de renovar a imagem e requalificar a funcionalidade do edifício, enquanto ponto de acesso primordial à paisagem e envolvência do Maciço Calcário Estremenho (...) Pretende-se que acolha atividades regularmente, assim como encontros para discutir assuntos de interesse”.¹³⁷

De referir que o espaço em causa, não dispõe de qualquer estratégia de interpretação do território.

Esta é uma infraestrutura que pode, efectivamente, constituir-se como um dos núcleos do Museu, com recursos humanos já afectos, potenciador de dinâmicas próprias em torno das

¹³⁶ Em *25 anos do PNSAC*, ICN – Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros, 2004, p. 18, Acessível em: <http://www2.icnf.pt/portal/ap/resource/ap/pnsac/25-anos-pnsac> [consultado em Junho de 2018].

¹³⁷ Acessível em: <http://www.municipio-portodemos.pt/NewsDetail.aspx?IdNoticia=921> [consultado em Junho de 2018].

temáticas inerentes à existência de um parque natural: flora, fauna, particularidades geomorfológicas, actividades educativas e ambientais de contexto, em articulação e complemento às propostas do museu, efectivando o trabalho de parceria a desenvolver com o PNSAC.

3. CIBA – *Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota*

O CIBA, inaugurado em 2008, é um centro de interpretação da Batalha Real, conhecida como Batalha de Aljubarrota, travada em 1385, entre o exército português e o exército castelhano, na qual Portugal se afirmou como nação livre e independente, pretendendo contribuir para a salvaguarda e para o estudo deste acontecimento da história nacional (Fig. 55).



Figura 55: CIBA – Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, São Jorge, Calvaria de Cima.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.

Localizado no território dos campos da batalha, em São Jorge, freguesia de Calvaria de Cima, contempla no mesmo espaço a Capela de São Jorge (Fig. 56), imóvel classificado como Monumento Nacional, tendo sido uma estrutura que evoluiu a partir do antigo Museu Militar de São Jorge.



Figura 56: Capela de São Jorge, séc. XIV, Calvaria de Cima.

Fonte: Fernanda Sousa, 2018.

Actualmente, verifica-se uma dificuldade evidente e generalizada em situar a batalha referida no espaço do concelho de Porto de Mós, em virtude da designação que a associa à localidade do concelho de Alcobaça, Aljubarrota ou, por inferência à vila da Batalha, concelho vizinho. É frequente encontrar, mesmo no seio da população portomosense, quem desconheça que a Batalha Real decorreu no concelho de Porto de Mós.

Tendo em consideração o que um acontecimento desta ordem poderá significar do ponto de vista da valorização do território, enquanto estratégia de atracção de visitantes, considera-se fundamental definir e colocar em prática políticas educativas e de *marketing* que possam contribuir para o reconhecimento do concelho de Porto de Mós como palco de afirmação da independência nacional, alcançada a 14 de Agosto de 1385, nos campos de São Jorge.

Como tal, considerar esta estrutura como um dos parceiros do Museu do Território afigura-se como lógico e determinante na concretização de uma rota relativa à reconstituição da Batalha de Aljubarrota que inclua, para além da visita a este ponto, a visita ao castelo de Porto de Mós, ao Centro de Interpretação da Primeira Posição e ao Mosteiro de Santa Maria da Vitória, numa lógica de acção intermunicipal, ao serviço da valorização patrimonial da região.

4. Instituições de ensino e de formação

As escolas, independentemente do nível de ensino, devem ser assumidas como parceiros de primeira linha na concretização efectiva do projecto museológico, visando o alcance do fim educativo, enunciado na definição de museu.

A obrigatoriedade, ao nível do primeiro ciclo do ensino básico, da inclusão de conteúdos no âmbito da história e da cultura locais, sobretudo no terceiro ano de escolaridade, torna profícuo o incremento de actividades conjuntas, enquanto estratégia de materialização dos conteúdos, fora do contexto de sala de aula.¹³⁸

Também a flexibilidade curricular aprovada pelo Despacho n.º 5908/2017, de 5 de Julho permite, de igual modo, que cada escola do ensino básico e secundário possa gerir até vinte e cinco por cento da carga horária semanal podendo afectar-lhe conteúdos de âmbito local.

Do mesmo modo, a proximidade geográfica no que diz respeito a instituições de ensino superior politécnico, em concreto, o IPL – Instituto Politécnico de Leiria e o Instituto Politécnico de Tomar¹³⁹ e a existência de um polo, em Porto de Mós, da UAB - Universidade Aberta constituem uma janela de oportunidades no que concerne ao possível desenvolvimento de projectos conjuntos de investigação e de partilha de conhecimento.

Ainda a Universidade Sénior de Porto de Mós poderá, do mesmo modo, ser encarada como uma parceria estimulante, possibilitando a troca de experiências e promovendo o contacto intergeracional, em torno de temáticas consonantes com a missão e objectivos do museu.

¹³⁸ Os objectivos definidos na disciplina de Estudo do Meio, para o 3.º ano de escolaridade, no módulo *O Passado do Meio Local* são: identificar figuras da história local presentes na toponímia, estatuária, tradição oral; Conhecer factos e datas importantes para a história local (origem da povoação, concessão de forais, batalhas, lendas históricas...); Conhecer vestígios do passado local: construções (habitações, castelos, moinhos, antigas fábricas, igrejas, monumentos pré-históricos, pontes, solares, pelourinhos...); alfaias e instrumentos antigos e actividades a que estavam ligados; costumes e tradições locais (festas, jogos tradicionais, medicina popular, trajes, gastronomia...); feriado municipal (acontecimento a que está ligado); Reconhecer a importância do património histórico local. Informação disponível em *Organização Curricular e Programas Ensino Básico – 1.º Ciclo*, Departamento de Educação Básica, 4.ª Edição, 2004, p. 112, 113.

¹³⁹ Inclusão e acessibilidades, *design* de produto, turismo ou *marketing* territorial são áreas de estudo e de investigação desenvolvidas pelo IPL, importantes na definição e afirmação do museu. Do mesmo modo, os projectos de investigação realizados pelo IPT, sobretudo no que diz respeito à arqueologia poderão permitir o aprofundamento de conhecimentos, bem como a produção científica, considerando-se o reconhecido interesse pelo estudo do território de Porto de Mós, em concreto pela freguesia de Alvalade. Também as áreas de formação no âmbito da conservação e do restauro poderão significar o estabelecimento de parcerias interessantes relacionadas com a concretização de projectos desta natureza, tendo em conta o acervo do actual museu, com alguma necessidade de intervenção a este nível.

5. Associações e sociedades científicas

No concelho de Porto de Mós têm sede um conjunto significativo de associações que, de acordo com a sua natureza de actuação, poderão ser divididas em três vertentes: associações de âmbito cultural, associações de âmbito desportivo e associações de âmbito social.

Independentemente de poderem estar, umas mais do que outras, aparentemente vocacionadas para o desenvolvimento de actividades em harmonia com a missão do museu, todas desenvolvem acção no território e, como tal, dependendo do contexto e do objectivo, poderão constituir-se como parceiros activos da instituição museológica, sobretudo porque congregam pessoas detentoras de saber e de vontade, desejando a dinamização e a promoção dos locais.¹⁴⁰

Para além destas associações, referidas de modo genérico, particularizam-se, em consequência da actuação que podem ter, considerando-se a especificidade de parte do território, duas associações: a ADSAICA – Associação de Desenvolvimento das Serras de Aire e Candeeiros e a SPE – Sociedade Portuguesa de Espeleologia.

A ADSAICA, fundada em 1990, surgiu da necessidade de encontrar um quadro legal e institucional que permitisse o envolvimento e a participação activa dos diversos actores económicos, sociais e culturais na definição e implementação das estratégias de desenvolvimento a adoptar e que passam pela investigação, o estudo e a divulgação dos fenómenos técnicos, sociais, culturais e económicos respeitantes à região, pela promoção e apoio a iniciativas que visem a melhoria da qualidade do ambiente, contribuindo para o desenvolvimento integrado da região.

A SPE é especialista em espeleologia organizada em Portugal desde 1948 e efectua explorações e estudos de grutas por todo o país, algumas delas no território do Maciço Calcário Estremenho, nomeadamente, na Gruta dos Moinhos Velhos¹⁴¹ e na Gruta do Polge de Alvados.

¹⁴⁰ A título de exemplo para uma actividade que inclua uma experiência de desporto natureza fará sentido que se recorra às associações desportivas, para a recriação de um ofício, às associações de carácter social já que lidam, maioritariamente, com uma faixa da população mais idosa, possuidora desse conhecimento. Para a concretização de uma iniciativa de pendor mais educativo, uma associação de âmbito cultural poderia dar o seu contributo. A actividade de circuito de caminhadas *Tok'andar*, que decorre entre os meses de Abril e Julho, é um dos exemplos da mobilização das associações locais, cabendo a organização de cada percurso a uma associação diferente. *Vide* anexo 9 - *Cartaz Tok'andar Circuito de Caminhadas 2018*.

¹⁴¹ Conhecida com a designação de Grutas de Mira de Aire.

Como tal, a riqueza cársica deste território, ilustrada pela existência de cavidades subterrâneas significativas justifica *per si* o estabelecimento de um protocolo de colaboração com vista à promoção e divulgação de trabalhos de investigação, nesta área de estudo.

6. Empresas

Conseguir uma articulação concertada com o tecido empresarial local poderá trazer contributos positivos para ambas as partes.

No concelho de Porto de Mós, a grande maioria das actividades económicas reflectem a capacidade de adaptação das gentes ao espaço, conseguindo dele tirar proveito económico.

Possibilitar, de forma programada, a visita a empresas do sector da extracção e transformação de pedra, a empresas de cerâmica tradicional e industrial e a indústrias do sector têxtil, desenvolvendo roteiros temáticos, podendo ser um complemento à visita ao museu será, do mesmo modo, uma estratégia de promoção das entidades envolvidas no projecto e, por inerência, dos seus produtos e um contributo para o reconhecimento e para a valorização da cultural material local.¹⁴²

Por outro lado, é importante que se faça perceber que a acção do museu pode efectivamente ter importância económica. O apoio a iniciativas de ordem cultural ou outras pode transformá-lo numa incubadora de empresas, de onde poderão sair projectos valorativos para o desenvolvimento dos locais.

7. Paróquias

As diferentes paróquias existentes adstritas à vigaria de Porto de Mós, pelo património edificado e imaterial que representam e também pela proximidade que detêm junto

¹⁴² Considere-se os exemplos dos roteiros municipais que estão a promover os circuitos de turismo industrial, como é o caso de São João da Madeira: “À indústria de calçado junta-se a indústria dos colchões, a de componentes para automóveis e ainda a de chapelaria, entre outras mais que se destacam no panorama económico da cidade”. O projecto visa “conjugar a preservação do legado arqueológico industrial com a promoção das indústrias consideradas tradicionais e das novas indústrias criativas e tecnológicas, através da visita de diferentes unidades fabris no concelho”. Informação acessível em: <http://turismoindustrial.cm-sjm.pt/turismo-industrial> [Consultado em Julho de 2018].

das populações, sobretudo as de natureza mais rural, poderão ser chamadas, a partir dos seus representantes, à participação activa na concretização dos objectivos do museu, enquanto referências motivadoras da descoberta dos lugares e da sua riqueza.

A visita aos vários núcleos religiosos existentes nas diferentes paróquias e a sugestão de contacto com as festividades e rituais poderão constituir-se como uma estratégia de conhecimento do território e das suas gentes, no que diz respeito ao fundamento da sua autenticidade e identidade. A título de exemplo, a visita ao núcleo religioso da Igreja de São Pedro, parte integrante do Convento dos Agostinhos Descalços, extinto em 1834, a visita à Igreja de São Miguel, no Juncal, revestida, no seu interior, com os azulejos do século XVII, da Real Fábrica, a contemplação do altar-mor, em talha dourada, da Igreja de Alvados são exemplos de eventuais polos do museu, concretizada a articulação necessária para o efeito.

8. Artesãos

O conhecimento do artesanato produzido no concelho promove o incremento da actividade e valoriza a especificidade da matéria-prima local que permite a realização dos trabalhos ou dos produtos. As peças de cerâmica, as cestas de junco, as mantas, os trabalhos em pedra, por um lado, os licores, o mel, os queijos, a morcela, os chás são a concretização do aproveitamento dos recursos em benefício do desenvolvimento local, em pequena escala, mas determinante para a afirmação desta identidade.

9. *Alvados Escola Viva – Projecto em comunidade*

O projecto *Alvados Escola Viva* surgiu em 2016, tendo como sede a antiga Escola Primária da freguesia.¹⁴³

Assume-se como um projecto em comunidade e tem vindo a desenvolver actividades diversas, sobretudo *worshops*, aulas, acções de sensibilização sobre segurança e saúde, tertúlias

¹⁴³ Informação disponível em: <https://www.facebook.com/ProjetoEmComunidade> .

e outras actividades, procurando ser um espaço de convívio e de congregação da população, marcadamente envelhecida.

8. Estratégias de rentabilização da estrutura

O investimento na área da cultura levanta, desde logo, preocupações relacionadas com a sua rentabilização e sustentabilidade. As dotações financeiras alocadas a este âmbito de actuação são, por norma, no cômputo do orçamento anual de uma autarquia, escassas ou pouco expressivas.

A proposta que tem vindo a ser defendida e que tem integrado a agenda de prioridades dos últimos executivos municipais, a concretizar-se, significaria efectivamente um investimento avultado, ocupando uma fatia significativa do orçamento autárquico, considerando-se a arquitectura e o apetrechamento da estrutura (suportes expositivos, equipamentos de laboratório, para reservas técnicas, mobiliário diverso, etc.).

A hipótese de comparticipação da obra a partir de fundos comunitários, no âmbito da regeneração urbana é uma possibilidade, considerando-se os tipos de acção elegíveis no Quadro Comunitário Portugal 2020, uma vez que o edifício proposto para intervenção, se enquadra dentro de uma ARU - Área de Reabilitação Urbana, podendo significar um alívio orçamental significativo. Ainda assim, a factura restante não será de menor expressão.

Pelo exposto, importa planear antecipadamente hipóteses de obtenção de receitas e trabalhar na definição de planos de actividade que de alguma forma consigam mitigar a dependência das parcas verbas atribuídas. Apresentam-se, em seguida, algumas sugestões de instrumentos de financiamento que poderão vir a ser adoptadas com esse mesmo propósito.

Cedência de espaços

A rentabilização da estrutura museal deverá ser considerada logo a partir da concepção do projecto de arquitectura. A existência de espaços que possam ser disponibilizados para cedência a entidades privadas, mediante aluguer, pode ser uma fonte de receita e deve ser promovida no âmbito da actividade normal do museu, enquanto espaço activo e disponível ao

serviço da comunidade. Salas de reuniões para apresentação de serviços e produtos, ou para ministrar formação, salas de exposição temporária que permitam receber mostras independentes da actividade do museu, um pequeno auditório que possibilite o lançamento de livros ou o desenvolvimento de um encontro ou de um colóquio, podem ser hipóteses, dentro de uma estratégia de auto-financiamento parcial.

Dinamização de actividades científicas ou de investigação e de carácter educativo

A concretização de iniciativas geradoras de conhecimento, como colóquios, seminários ou congressos ou outras actividades desta natureza pode significar a obtenção de receita pelo pagamento de inscrições ou pela edição, *a posteriori*, dos respectivos cadernos de actas. Para além de congregarem a população local em torno de uma temática que lhe é, por norma, familiar, trabalhando numa vertente de educação patrimonial, este tipo de programas envolve investigadores e estudiosos e atrai público, trazendo dinâmica aos lugares.

Igualmente, a constituição e instalação de uma estrutura de dinamização da investigação deverá ser, também, uma das linhas orientadoras da acção do museu, concretizando, por exemplo, um levantamento do património existente, com a participação e a colaboração da comunidade local e das instituições académicas, encabeçando processos de patrimonialização, com vista ao conhecimento e à valorização do território. Esta práxis facilitará a definição de conteúdos que possam alimentar o plano de actividades do museu, nomeadamente no que diz respeito à concepção das exposições temporárias resultantes desses mesmos projectos de investigação, e cuja realização é, actualmente, determinante na promoção e divulgação das instituições desta natureza.

Numa outra perspectiva, importa, igualmente, referir que tendo em conta a sociedade actual, em que a necessidade de manter as crianças e jovens ocupados e acompanhados em períodos de pausas lectivas é premente, o incremento de programas de férias no âmbito do desenvolvimento dos Serviços Educativos dos museus, é nos dias de hoje, uma solução bem-vinda, sob o lema da partilha de experiências e da aprendizagem de forma lúdica sendo, do mesmo modo, uma oportunidade de gerar receita. Importa, contudo, ressaltar que estas deverão

ser aprendizagens abertas, apostadas na mudança de atitude face ao património e que incutam noções de herança e de responsabilização para que, desde cedo, estas gerações possam estar aptas a zelar pela conservação, manutenção e evolução dos seus legados.

Mecenato

O mecenato permite uma relação de apoio financeiro ou não financeiro atribuído por um indivíduo ou pessoa colectiva a uma entidade pública ou privada, sem fins lucrativos com o propósito de promover atividades nas áreas social, cultural, ambiental, desportiva ou educacional. Os mecenas contribuem para o desenvolvimento de uma determinada atividade ou ação, beneficiando, ao mesmo tempo, do regime fiscal estabelecido no Estatuto do Mecenato.¹⁴⁴

De acordo com a alínea b), do n.º 1, do artigo 3.º do mesmo Estatuto, são considerados para efeitos fiscais os donativos a museus, bibliotecas, arquivos históricos e documentais.

Ora, esta poderá ser uma janela de oportunidade com vista, por um lado, à minimização das despesas da instituição museal, por outro à beneficiação da empresa em termos fiscais e de promoção. A necessidade de intervir no restauro do acervo poderá ser objecto de apoio mecenático, bem como a eventual aquisição de peças, a organização de exposições temporárias ou a criação de um prémio no âmbito de um projecto de investigação, entre outros.

Merchandising

A existência do espaço da loja é já natural e, de certa forma, esperado pelos visitantes, no seio das estruturas museológicas.

Considera-se, por isso, que esta pode ser uma oportunidade para a divulgação, para a promoção dos produtos e dos artesãos locais e para a afirmação da marca do lugar, definida e concebida a estratégia de *marketing* a adoptar. Como tal, também a este nível, a apresentação de um produto que seja diferenciado, de qualidade, mas identificativo da realidade que se quer

¹⁴⁴ Cf. Decreto-lei n.º 74/99, de 16 de Março.

ilustrar, deve ser uma preocupação e um estímulo para a concepção de novos artigos, na dinâmica criativa local.

A título de exemplo, sugere-se a produção de réplicas de peças singulares, em exposição; a publicação de catálogos das mostras, roteiros, postais, jogos didácticos, livros, monografias; produtos certificados locais: as cestas de junco, as peças de cerâmica, de têxteis; produtos gastronómicos tradicionais: o mel, o azeite, o queijo, os chás, assegurado o seu acondicionamento e preservação; ícones representativos das actividades económicas: a mó, o moinho, a pedra, o automóvel IPA 300, a calçada ou réplicas das figuras históricas com importância local: D. Fuas Roupinho ou D. Nuno Álvares Pereira.

Projectos e rotas intermunicipais

A especificidade, a vários níveis, do território de Porto de Mós impele a que a integração em projectos de natureza intermunicipal seja um dos pontos de partida para a construção do caminho da afirmação.

Partindo desta perspectiva, o Município de Porto de Mós, conjuntamente com outros Municípios cujos territórios integram a unidade do Maciço Calcário Estremenho, encontra-se a desenvolver esforços com vista à definição da Rota do Carso, um projecto já existente, mas até à data, sem expressão e que poderá trazer mais-valias significativas para a economia local, assentes no aproveitamento das singularidades geomorfológicas desta região, reforçadas pelo facto de 70% do concelho de Porto de Mós ser, também, zona protegida com o estatuto de Parque Natural.

Correlacionado, está a possível integração do concelho numa futura rota relacionada com a temática jurássica, considerando-se as potencialidades da jazida da Praia Jurássica, em São Bento, o Monumento Natural das Pegadas dos Dinossáurios da Serra de Aire, em Ourém e a Lourinhã, com o recentemente inaugurado Dino Parque.

A tradição cerâmica e o peso desta actividade na economia local justificaria, igualmente, a inclusão do concelho de Porto de Mós na *Associação Portuguesa das Cidades e Vilas Cerâmicas*, criada em Abril deste ano, e da qual o Município não é membro.¹⁴⁵ Esta associação visa, sobretudo, a defesa, a valorização e a divulgação do património cultural e histórico

¹⁴⁵ Jornal *O Portomosense*, edição de 10 de Maio de 2018, p.4. Cf. Anexo 10.

cerâmico e a promoção da consciencialização dos empresários e das comunidades locais para a importância histórica e patrimonial da cerâmica, seja na vertente artesanal ou industrial, evidenciando o potencial e a sustentabilidade económica e social das cidades e vilas associadas, a partir de uma perspectiva que alie tradição e inovação. É, ainda, intenção desta recente estrutura avançar com a preparação do dossiê de candidatura à Rede Europeia das Cidades Cerâmicas.

Palco da Batalha Real, descrita nos manuais como Batalha de Aljubarrota, Porto de Mós integra a Rede de Municípios com Batalhas Fundacionais, conjuntamente com os Municípios de Alcobaça, Batalha, Castro Verde e Gaia. Neste âmbito, foram já realizadas actividades várias, nomeadamente intercâmbios de alunos e um colóquio internacional, prevendo-se a continuidade das iniciativas numa estratégia de conhecimento e de valorização deste património, determinante para a afirmação da identidade local e nacional.

Denominada, espontaneamente, como Capital da Calçada Portuguesa, Porto de Mós, enquanto sede do concelho que extrai e produz não apenas calçada de pedra branca, mas que se diferencia, sobretudo, pela produção de calçada preta, proveniente da freguesia do Alqueidão da Serra, surge associada ao processo de candidatura da calçada portuguesa a Património Cultural Imaterial da Humanidade (UNESCO), conjuntamente com o município de Lisboa, a partir da Associação da Calçada Portuguesa (PORPAV).¹⁴⁶

A inclusão neste projecto poderá significar a protecção, a promoção e a valorização de uma arte e o reconhecimento de Porto de Mós como núcleo produtor desta matéria-prima, contribuindo para a salvaguarda das técnicas associadas e para o garante da continuidade desta actividade, percebendo-se as mais-valias económicas associadas, através, por exemplo do investimento em formação ou em normas de certificação.

No que diz respeito ainda ao património industrial, a relação do concelho de Porto de Mós com a exploração mineira de carvão, ancorada na segunda metade do século XX, pode ser, também uma realidade a potenciar.

O Couto Mineiro do Lena, formado em 1925, abarcou um conjunto de quarenta e quatro concessões que se estendem maioritariamente pelo concelho em análise mas, também, pelo território da Batalha, existindo desta actividade consideráveis vestígios. À exploração mineira, como já se deu conta, por diversas vezes, ao longo deste trabalho, associou-se a construção de

¹⁴⁶ Jornal *O Portomosense*, edição de 1 de Março de 2018, p.2. Cf. Anexo 11.

um caminho-de-ferro mineiro e a produção de energia eléctrica. Uma história que só é possível de contar com o contributo de várias vozes que se devem fazer ouvir independentemente dos limites administrativos.

Assim, a proposta de criação de uma rota intermunicipal do Couto Mineiro do Lena, entre os concelhos de Porto de Mós e Batalha parece fazer sentido. A reconstituição do traçado da linha de caminho-de-ferro que atravessa os dois concelhos, a existência, claramente identificada, da boca da mina das Barrojeiras, nas Alcanadas, concelho da Batalha, objecto recente de uma proposta de valorização, actualmente em apreciação pelo executivo municipal,¹⁴⁷ os vestígios do bairro mineiro, neste mesmo lugar, a toponímia “Cancelas”, “Rua do Caminho de Ferro”, “Rua da Estação”, a antiga casa dos administradores, designada como “Casa da Freiria”, no concelho da Batalha, a Central Termolétrica, a torre de refrigeração, o tégão de descarga, a “Estação da Corredoura”, as antigas instalações da Empresa Mineira do Lena, a boca da mina da Bezerra, os vestígios da exploração em Cabeça Veada, no concelho de Porto de Mós são pontos de interesse que justificam a definição desta rota, anunciada a partir de duas estruturas museológicas: o *Museu da Comunidade Concelhia da Batalha* (MCCB)¹⁴⁸ e o proposto *Museu do Território de Porto de Mós*.

Importa, ainda, considerar, a outro nível, as potencialidades do turismo religioso, integrando Porto de Mós o circuito dos Caminhos de Fátima e a atratividade inquestionável do património classificado no âmbito da UNESCO.

Efectivamente, o território do concelho de Porto de Mós está localizado numa área geográfica em torno da qual se afirmam valores patrimoniais de reconhecimento mundial. Batalha, Alcobaça, Tomar ladeiam o concelho e este oferece, em termos rodoviários, vias de comunicação privilegiadas que possibilitam o acesso rápido e fácil a estes e a outros lugares representativos em termos de afluência turística, nomeadamente, como foi referido, Fátima mas, também, Nazaré, Coimbra ou mesmo Lisboa.

¹⁴⁷ Esta proposta decorre da apresentação da dissertação de Mestrado em Arquitectura, da autoria de Gonçalo Conceição Matos, intitulada *As Minas Barrojeiras das Alcanadas: um estudo para a sua valorização patrimonial*, à Universidade de Évora, em 2016, editada em livro, no passado mês de Julho, pela Câmara Municipal da Batalha, com o título *Mina das Barrojeiras: do desígnio ao resgate*, Batalha.

¹⁴⁸ “100 ANOS DE CARVÃO: Minas da Batalha 1854 – 1954” é a exposição temporária patente desde 2015, no *Museu da Comunidade Concelhia da Batalha* o que atesta a importância desta actividade no que diz respeito ao dinamismo económico da vila, à época, e o peso das memórias, ainda muito presentes. A mostra, na qual se integram variadas peças do Museu Municipal de Porto de Mós visa “prestar a justa homenagem aos homens e às mulheres que contribuíram, durante anos, com o seu árduo trabalho para o desenvolvimento regional”. Acessível: [http://www.museubatalha.com/exposicao-temporaria-cem-anos-de-carvao--minas-da-batalha-\(1854-1954\)](http://www.museubatalha.com/exposicao-temporaria-cem-anos-de-carvao--minas-da-batalha-(1854-1954)) [consultado em Junho de 2018].

Esta localização estratégica não deve, como tal, ser descurada. A valorização do património cultural do concelho tem, necessariamente, de beneficiar deste contexto e deve contribuir para o reconhecimento do interesse e das potencialidades deste território, enquanto motor de descoberta e conseqüente incremento de novas actividades.

Bilhetes conjuntos

A oferta de um pacote de visitaçãõ é, nos dias de hoje, uma estratégia adoptada, objectivando-se por um lado a garantia de um maior número de visitantes às diferentes estruturas museológicas existentes, por outro a oferta do produto como um todo, possibilitando o conhecimento da matriz cultural das vilas ou cidades.

Assim, a proposta passa por bilhetes conjuntos que incluam entradas no CIBA – Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, no Museu do Território de Porto de Mós e no Castelo de Porto de Mós, como uma sugestão de roteiro em torno do património histórico ou uma outra hipótese a incluir a entrada no Museu do Território de Porto de Mós, no CISAC e nas Grutas de Mira de Aire ou de Alvados ou de Santo António, como sugestão de roteiro associado aos aspectos geomorfológicos do território.

Tratando-se, apenas, de sugestões desenvolvidas em contexto académico, importa ressaltar que a concretização desta estratégia deverá passar, antecipadamente, por um estudo de público no sentido de apurar o perfil dos visitantes do museu, a razão da sua visita, a sua motivação, preferências e expectativas, com vista à adequação do produto à procura.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No culminar desta dissertação são várias as conclusões sobre as quais importa reflectir e que sustentam, de alguma forma, esta contribuição.

Face à importância actual de afirmação dos lugares, enquanto estratégia de desenvolvimento dos territórios terá ficado claro o papel que pode assumir a valorização do património e a prática museológica, em concreto, quando assente nos princípios das novas correntes museológicas, na senda da visão pioneira de Georges Henri Rivière, de Hugues de Varine e continuadores.

A Nova Museologia, de base social, comunitária, integral, integradora e interpelativa pressupõe, como foi por diversas vezes reiterado, uma participação activa de todos os membros da comunidade, baseada numa construção de saberes partilhados, na promoção de actividades de dinamização, no incremento de novas formas geradoras de receita, no reconhecimento do valor das populações e da sua herança cultural, nas suas singularidades.

Nesta linha de pensamento, e particularizando, ressalva-se neste trabalho, a natureza individual de parte substancial do território do concelho de Porto de Mós, a que foi atribuído o estatuto de zona protegida, assente numa estrutura geológica e litológica peculiares e no uso sustentado de recursos locais, traduzida na capacidade de adaptação, ao longo dos tempos, das gentes ao meio (cársico). Aflora-se, igualmente, a problemática da convivência entre as especificidades de uma área classificada, as idiosincrasias e a necessidade de sobrevivência das comunidades, interferindo com o património existente, mas gerando um novo património, mais global, mais vivido.

Pelo exposto, urge que se aposte na reformulação da estrutura museológica, de tutela municipal, existente no concelho de Porto de Mós, objectivando-se a criação de um novo conceito de intervenção museológica, cuja base de actuação seja o património do seu território e resulte de uma acção participada e interpelativa, assente numa estratégia concertada de desenvolvimento. Assume-se, como opção para a sua efectivação espacial, a requalificação do espaço da antiga Central termoeléctrica, enquanto exemplo de património industrial e considerando o seu valor enquanto parte inalienável da memória colectiva da Vila e do concelho em geral, para a instalação do núcleo sede do Museu do Território de Porto de Mós, policentrado, tipologia que se defende, em detrimento de outras, também apresentadas.

Importa, então, que se parta da colecção para o território, prolongando-se sobre ele e apresentando-se novas leituras relativamente ao património do concelho, passível de

musealização, tornando esta concretização numa contribuição efectiva para o desenvolvimento local, a vários níveis. Atendendo a este contexto, reforça-se a importância da participação em projectos de natureza intermunicipal, atendendo a que o património de um território não se confina aos limites administrativos, sendo esta conduta determinante para a concretização da já supracitada afirmação dos lugares, assim se trabalhe em cooperação, por oposição à competição, conseguindo obter escala.

A partir desta visão, argumenta-se como determinante na iniciativa do museu, a promoção de parcerias com os agentes do território e o desenvolvimento de acções de educação patrimonial junto da comunidade, percebendo-se a importância de trabalhar no sentido de procurar novas abordagens num contexto que, pela sua ruralidade, há bem pouco tempo era desconsiderado e que pode, em consequência do alargamento do conceito de património cultural, passar a ser visto como uma oportunidade. Como refere Hugues de Varine (2007, 5), “Ao favorecermos a educação patrimonial, podemos favorecer a emergência de iniciativas privadas e colectivas que utilizam o património como matéria-prima”.

Sistematizando, fica descrito que o “Museu do Território de Porto de Mós”, figura que preconizamos, deva ser um centro de recursos, de investigação, um espaço de problematização de ideias, um motivador de dinâmicas, um suporte de iniciativas, contribuindo para a definição de estratégias conducentes ao desenvolvimento, a partir das singularidade do património local, natural, arquitectónico, industrial, material e imaterial, procurando, igualmente, encontrar formas de obtenção de receita que possam auxiliar no exercício da sua gestão.

A emergência de novos sectores de actividade, nomeadamente o turismo, predispõe a que essa valoração seja cada vez mais considerada. Reforça-se, também por isso, a necessidade de atender ao estabelecimento de uma ligação mais estreita e natural entre a historiografia, o património cultural e as dinâmicas de vida actual, marcadas pela educação informal, pela fruição, pelo lazer e que vão para além da visitação ao contentor expositivo, procurando sobretudo vivenciar experiências, sentir sensações, conhecer os lugares, perceber os quotidianos.

Desta feita, conclui-se que o núcleo sede do Museu do Território de Porto de Mós não pode ser encarado apenas como o fim do percurso. Contrariamente, esta estrutura deve assumir-se como o ponto de partida, a porta de entrada, o motivo que desencadeia a visitação ao território, que desperta o interesse pelo conhecimento dos espaços, das tradições, das memórias, das actividades actuais, consequentes com as particularidades da vivência desta comunidade.

A localização do concelho de Porto de Mós, paradoxal, como aliás se afirma, coloca-o, talvez, numa das zonas mais visitáveis do país. Contudo, se por um lado, esta mesma variável

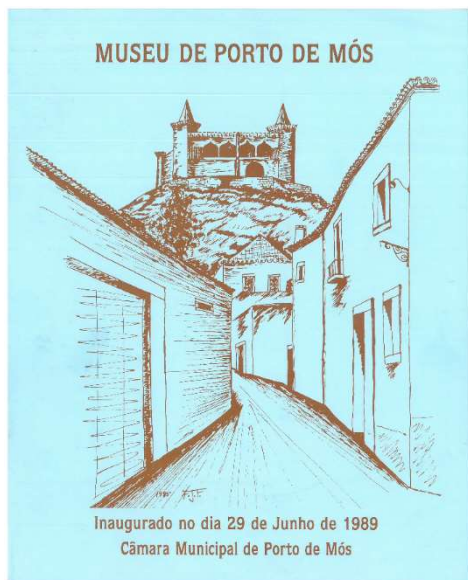
parece limitar a afirmação territorial, considerando-se outros centros nas proximidades como Batalha, Alcobaça, Fátima, Tomar, por outro, afigura-se, sem dúvida, como uma oferta diferenciada, longe do turismo de massas, próximo de um padrão de vida de qualidade, mais autêntico e mais genuíno.

Por isso, a valorização e a comunicação do património cultural são, nos dias de hoje, pilares fundamentais para a concretização efectiva do *marketing* e do desenvolvimento territorial dos lugares. Daqui decorre o incremento de novas actividades, de animação, de rejuvenescimento das práticas artesanais, de produção e venda de produtos regionais, de conhecimento e interpretação dos lugares, em suma, da tão almejada simbiose entre as pessoas e o território.

ANEXOS

Anexo 1 – Brochura distribuída no dia da inauguração do Museu Municipal de Porto de Mós, 29 de Junho de 1989.

Fonte: Museu Municipal de Porto de Mós.



Tendo dado início ao trabalho de levantamento cultural do Município de Porto de Mós em Abril de 1987, a Câmara Municipal abre hoje à população em geral, as portas do Museu de Porto de Mós.

Instalado provisoriamente na antiga praça de peixe, hoje completamente transformada, é o primeiro passo de um trabalho que vai continuar, e que terá como epílogo, a recuperação da antiga central termoeléctrica, onde será instalado definitivamente.

Proporcionar aos nossos jovens, um conhecimento dos usos, costumes e história dos seus antepassados, preservando a memória colectiva de todos os habitantes deste município.

O Vereador do Pelouro da Cultura
José Ferreira

O MUSEU DE PORTO DE MÓS

Enquanto se não elabora oficialmente o inventário deste espólio, de carácter iminente didáctico, e dos nomes de todos quantos para ele contribuíram (por ainda não ter terminado a recolha), convirá esclarecer que todo este importante polo de interesse histórico-cultural se divide em quatro áreas diferentes.

GEOLOGIA

Começando a interessar cada vez mais os estudiosos, este campo vastíssimo de aspectos tão diferentes, em que as Serras de Aire e Candeeiros constituem fontes inesgotáveis de ensinamentos, atractivos e recursos económicos, está simbolizado aqui por algumas amostras de rochas magmáticas, sedimentares e metamórficas, aplicadas ao longo dos séculos para os mais diversos fins, a ritmos sempre crescentes até aos nossos dias.

Alguns espécimes de mineralogia local e doutras procedências, completam este sector ainda por estudar na sua globalidade, embora a espeleologia nos últimos tempos tenha dado para isso um contributo importante.

PALEONTOLOGIA

Neste estudo dos seres fossilizados tanto do reino animal como vegetal, marinhos ou terrestres, temos igualmente uma longa representação, recolhida nos mais diversos pontos do centro e sul do Distrito de Leiria, donde vieram também alguns espécimes de interesse Arqueológico.

ARQUEOLOGIA

Quanto à Arqueologia saliente-se a grande quantidade e qualidade de vestígios dos nossos antepassados mais remotos desde o Paleolítico e Neolítico, passando pelas presenças dos Romanos, Visigodos, Árabes e Mouros, até às influências dos Monges de Cister (Alcobaca), na vida religiosa, agrícola, artesanal e industrial de vastas regiões, como da estadia dos Religiosos Agostinhos Descalços nesta vila de 1676 a 1834.

ETNOGRAFIA

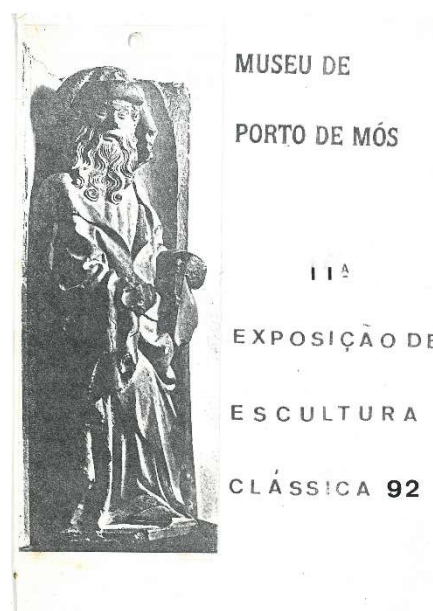
Nesta última área de que se compõe o Museu de Porto de Mós, poderão os visitantes apreciar o modo de vida, usos e costumes dos povos do passado mais recente, os objectos do uso comum, base da evolução na Vida do Campo, no Lar, Artesanato, Desporto, Folclore, na Sociedade, Indústria, Cultura, Religião, Magia, etc., etc.

No «Levantamento Arqueológico e Etnográfico» deste Concelho, prestes a ser publicado, encontrarão os interessados uma súpula gráfica e ilustrada pormenorizada dos principais valores Histórico-culturais, em complemento ao espólio aqui recolhido (da Pré-História à Actualidade), princípio daquilo que poderá vir a ser no futuro um verdadeiro e grande Museu.

Assim não falte a coragem, a competência e vontade dos futuros executivos municipais.

Anexo 2 – Exemplos de catálogos elaborados no âmbito das exposições temporárias, realizadas no Museu Municipal de Porto de Mós.

Fonte: Museu Municipal de Porto de Mós.



Anexo 3 – Guia do Museu Municipal de Porto de Mós.

Fonte: Museu Municipal de Porto de Mós, 1992.



GUIA DO MUSEU

A elaboração do levantamento Arqueológico e Etnográfico do Concelho de Porto de Mós levou à criação deste Museu de História Natural pela imperiosa necessidade de salvaguardar o que restava de um valioso património, disperso por toda a parte, abandonado e sujeito a perdas irreparáveis.

Com isso se colmatou também uma enorme lacuna na vida histórico-cultural deste Concelho.

Trabalho árduo, sem dúvida, mas consolador pelos resultados já alcançados, e bem longe de concluídos pelo muito que resta fazer; baseados nele, elaborámos o presente opúsculo, onde professores, alunos e público em geral poderão fixar a atenção nas quatro áreas em que se divide este espólio, de interesse Geológico, Paleontológico e Etnográfico, inaugurado no dia 26 de Junho de 1989.



GUIDE DU MUSÉE

L'élaboration du levé Archéologique et Ethnographique de Porto de Mós, a mené à la création de ce Musée d'Histoire Naturelle, par l'imperieux besoin de sauvegarder ce qui restait du valable patrimoine dispersé partout, abandonné, délaissé et exposé à des pertes et dommages irréparables. Donc, on a aussi accompli une énorme lacune dans la vie historique et culturelle de cette région.

Sans doute difficile, pourtant compensant par les résultats déjà obtenus, ce travail est encore très loin d'être achevé car il s'en faut beaucoup à faire. Nous avons élaboré cet opuscule, où professeurs, élèves et le public en général, pourront faire attention aux quatre noyaux auxquels ce butin est distribué: Géologie, Paléontologie, Archéologie et Ethnographie, dont l'exposition date du 26 Juin 1989.



GUIDE OF THE MUSEUM

The elaboration of the Archaeological and Ethnographic survey of Porto de Mós, lead to the creation of this Natural History Museum by the imperious need of safeguarding what remained from the valuable patrimony spread everywhere, neglected and exposed to irreparable losses. Thereafter, an enormous lacuna, in the historical and cultural life of this region, was stopped up.

Although arduous, however encouraging by the results already obtained, this work is still far from being concluded as there is, yet, much to be done. So, we elaborated this opuscle, where teachers, pupils and public at large, may pay attention to the most interesting areas which this spoil is divided in: Geology, Paleontology, Archaeology and Ethnography - Open in the 26th June, 1989.



GEOLOGIA

- N.º 1 a 6 - Basaltos (Doleritos) das rochas eruptivas de Alqueidão da Serra, Arrimal e da Forca de Porto de Mós.
N.º 8 a 12 - Ferro em Bruto (Magnetite) de Alqueidão da Serra e outros fragmentos de Calcário com ferro da mesma procedência.
N.º 7 a 13 - Limonite da Serra de Aire.
N.º 14 a 22 - Calcites das Serras de Aire e Candeeiros.
N.º 227 a 251 - Colecção de Mineralogia de vários pontos do país.
N.º 42 a 46 - Concreções Botriodais Siliciosas ou Nódulos Cerebroiformes das Serras de Aire e Candeeiros.
N.º 44 e 45 - As mesmas Concreções, com formações de Idades distintas.
N.º 47 a 50 - Nódulos de Silex de origem Biogenética Marinha (Bajociano Superior) (Serras de Aire e Candeeiros).
N.º 56 a 58 - Rochas Conquíferas ou Calcárias "Lumachelico", que atestam a presença do mar na Serra de Aire.
N.º 62 - Fragmento de Gesso da chaminé vulcânica de S. Pedro, Porto de Mós.
N.º 65 - Brecha de Vertente com ossos de animais primitivos (Figueiredo, Porto de Mós).
N.º 66 - Brecha de Vertente, (Conglomerado), (Vales Alqueidão da Serra).



GEOLOGIE

- Nrs 1 à 6 - Basaltes (Dolerites) des roches éruptives - Alqueidão da Serra, Arrimal et du Gibet de Porto de Mós.
Nrs 8 à 12 - Fer Brut (Magnétit) - Alqueidão da Serra - et quelques fragments de Calcaire avec du Fer de la même origine.
Nrs 7 à 13 - Limonite - Serra de Aire.
Nrs 14 à 22 - Calcites - Serras de Aire et Candeeiros.
Nrs 227 à 251 - Collection de Mineralogie de divers régions du Portugal.
Nrs 42 à 46 - Concrétions Bothériodales Silicieuses ou Nódulos Cérébroformes - Serras de Aire et Candeeiros.
Nrs 44 et 45 - Les mêmes Concrétions avec des formations de deux Âges différentes.
Nrs 47 à 50 - Nódulos de Silex d'origine Biogénétique Marine (Bajocian) - Serras de Aire et Candeeiros.
Nrs 56 à 58 - Roches Conchíferes ou Calcaires "Lumachelique", qui confirme la présence de la mer à Serra de Aire.
Nr 62 - Fragment de Plâtre de la cheminée vulcanique de S. Pedro - Porto de Mós.
Nr 65 - Brèche de Pente avec des os d'animaux primitifs (Figueiredo, Porto de Mós).
Nr 66 - Brèche de Pente, (Conglomérat), (Vales Alqueidão da Serra).

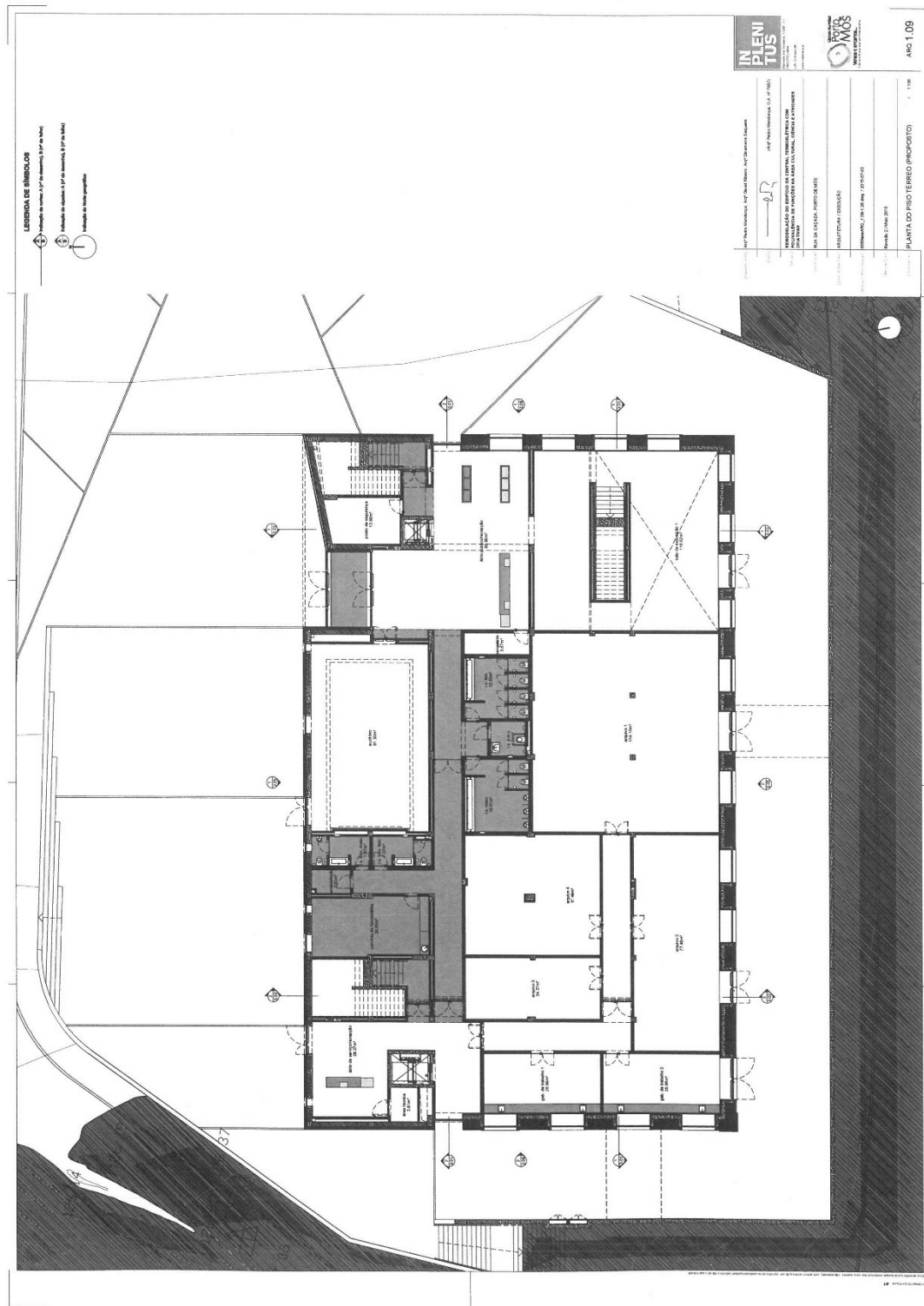
Anexo 4 – Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da vila de Porto de Mós.

Fonte: CMPM, 2018.



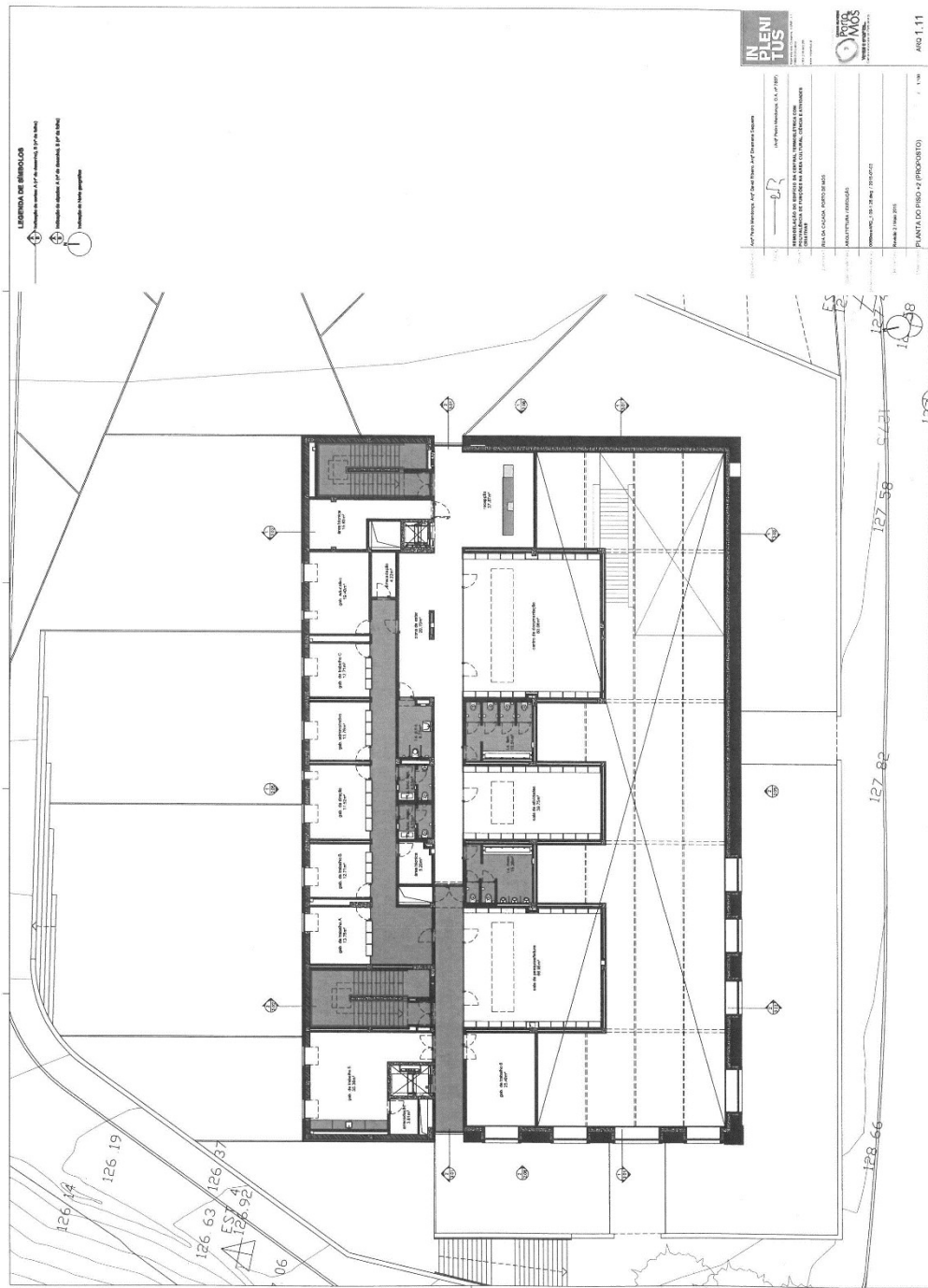
Anexo 5 – Planta do Piso Térreo (Proposto) in *Projecto de Remodelação do edifício da Central Termoelétrica com polivalência de funções na área cultural, ciência e atividades criativas*), 2015.

Fonte: CPM, 2015.



Anexo 7 – Planta do Piso +2 (Proposto) in *Projecto de Remodelação do edifício da Central Termoelétrica com polivalência de funções na área cultural, ciência e atividades criativas*), 2015.

Fonte: CMPM, 2015.



Anexo 8 – Artigo “Passadiços são hipótese para ajudar na proteção da Fórnea”

Fonte: Jornal *Região de Leiria*, edição de 12 de Janeiro de 2018. Acessível em:

<https://www.regiaodeleiria.pt/2018/01/passadicos-sao-hipotese-ajudar-na-protecao-da-fornea/>

[Consultado em Junho de 2018].

Passadiços são hipótese para ajudar na proteção da Fórnea

Jan 12, 2018 17:59 | Notícias | 0 | ★★★★★



Efeitos da visita no local preocupam autoridades locais Foto de arquivo: Joaquim Dâmaso

A Fórnea, o anfiteatro natural esculpido na serra no concelho de Porto de Mós poderá vir a contar com passadiços, à semelhança do que já sucede com outros casos de património natural do país, sendo os Passadiços do Paiva, na margem esquerda do rio Paiva, no concelho de Arouca, o exemplo mais conhecido.

A instalação de passadiços é uma das possibilidades em cima da mesa, adianta Jorge Vala, presidente do município de Porto de Mós. A medida pretende cumprir um duplo objetivo: melhorar a experiência de quem visita e, simultaneamente, reforçar a preservação da paisagem.

As preocupações em torno do impacto da pressão turística no local não são novas. As erosões provocadas pelas chuvas e pelas águas nascentes criaram um cenário natural invulgar. A Fórnea assemelha-se a um enorme abatimento da crosta terrestre começando em Chão das Pias – Serro Ventoso – descendo até Alcária.

A singularidade daquela manifestação natural aguça a curiosidade de muitos visitantes. E em abril de 2016, os então responsáveis da União de freguesias de Alvados e Alcária decidiram avançar com a interdição do acesso automóvel, com o objetivo de “diminuir o impacto dos visitantes”.

Benvinda Januário, a então presidente de Junta, revelou que chegaram a ser contabilizadas 400 pessoas que num só dia visitaram aquele monumento natural, situação que tem “um impacto elevado” na paisagem protegida, inserida no Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros.

Não obstante, os efeitos dos visitantes na flora local ainda se mantêm e Jorge Vala – que tem enfatizado a relevância do turismo da natureza para a estratégia de desenvolvimento local – adianta estar em fase de elaboração de um estudo que será apresentado ao PNSAC visando a intervenção no local.

“Temos duas soluções em cima da mesa, ou a instalação de passadiços para impedir o acesso de motos e veículos ou a criação de um caminho melhorado em terra batida, mas estas questões terão de ser trabalhadas em conjunto com o Parque Natural”, frisa o autarca.

Jorge Vala lembra a necessidade de disciplinar a visita à zona, uma vez que os impactos são Quarenta e cinco passadiços já foram criados para a fruição, mas apostar na preservação da paisagem em desde quinta-feira a ser feita num só sentido que será o mesmo do regresso”, explica. entreposto ilegal

Carlos S. Almeida
Jornalista
carlos.almeida@regiaodeleiria.pt

Anexo 9 – Cartaz da iniciativa Tok'andar Circuito de Caminhadas 2018.

Fonte: CMPM, 2018.



#tok'andar

circuito de caminhadas

14^o edição

2018

abril	maio	junho	julho
<p>8 abril</p> <p>Percurso: ROTA DOS VEADOS Distância 14km Dificuldade Média Local de partida Sociedade Rec. da Cabeça Veada Cabeça Veada Concentração 8.30h Partida 9h <i>Inscrição obrigatória</i> 938.862.486 933.121.093 Soc. Rec. da Cabeça Veada</p>	<p>1 maio 3^afeira</p> <p>Percurso: ROTA DA MORCELA Distância 11km Dificuldade Média Local de partida Casa do Povo do Alqueidão da Serra Alqueidão da Serra Concentração 8.30h Partida 9h <i>Inscrição obrigatória</i> 938.260.348 244.491.080 Casa do Povo do Alqueidão da Serra</p>	<p>3 junho</p> <p>Percurso: ROTA DA MATA PORTUGUESES PARA A BATALHA REAL Distância 9km Dificuldade Média Local de partida Clube União Mirense Mira de Aire Concentração 8.30h Partida 9h <i>Inscrição obrigatória</i> 919.177.145 Clube União Mirense</p>	<p>1 julho</p> <p>Percurso: ROTA DO AREIRO Distância 14km Dificuldade Média Local de partida Parque de Campismo Pedreiras Concentração 8.30h Partida 9.00h <i>Inscrição obrigatória</i> 961.085.079 966.540.774 Comissão de Pais do C. Escolar das Pedreiras / A. Cult. de Pedreiras</p>
<p>15 abril</p> <p>Percurso: ROTA DOS MOINHOS Distância 12km Dificuldade Média Local de partida G.R. da Corredoura Corredoura Concentração 8.30h Partida 9h <i>Inscrição obrigatória</i> 929.465.009 G.R. da Corredoura</p>	<p>6 maio</p> <p>Percurso: ROTA DOS CANDEIROS Distância 11km Dificuldade Média Local de partida Capela de São Silvestre Serro Ventoso Concentração 8.30h Partida 9h <i>Inscrição obrigatória</i> 968.031.357 964.629.960 Comissão de Festas de S.Silvestre</p>	<p>10 junho</p> <p>Percurso: O CAMINHO DOS PORTUGUESES PARA A BATALHA REAL Distância 7km Dificuldade Média Local de partida Praça da República, Porto de Mós Concentração 8.30h Partida 9h <i>Inscrição obrigatória</i> 244.490.062 CIBA Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota</p>	<p>8 julho</p> <p>Percurso: JUNCAL EM ANDAMENTO Distância 10km Dificuldade Média Local de partida Largo da Igreja de S. Miguel Juncal Concentração 8h Partida 8.30h <i>Inscrição obrigatória</i> 916.216.763 U.R. e Desportiva Juncalense</p>
<p>22 abril</p> <p>Percurso: ROTA DO ALECRIM Distância 12km Dificuldade Média Local de partida Clube Desportivo de S.Bento S. Bento Concentração 8.30h Partida 9h <i>Inscrição obrigatória</i> 968.165.263 Clube Desportivo de S.Bento</p>	<p>13 maio</p> <p>Percurso: ROTA DA LAPA Distância 12km Dificuldade Média Local de partida Ass. Rec. Cul. Desp. de Mendiga Mendiga Concentração 8.30h Partida 9h <i>Inscrição obrigatória</i> 910.293.667 A.R.C.D.Mendiga</p>	<p>17 junho</p> <p>Percurso: TRILHO DO CASTELEJO Distância 12km Dificuldade Média Local de partida Centro de Atividades ao Ar Livre Alvados Concentração 8.30h Partida 9h <i>Inscrição obrigatória</i> 938.455.943 934.919.803 Trilho do Castelejo</p>	<p>15 julho</p> <p>Percurso: ROTA DA FONTE Distância 10km Dificuldade Média Local de partida Associação Serra D'Aire - T. L.C. e D. Marinha da Mendiga Concentração 8.30h Partida 9h <i>Inscrição obrigatória</i> 919.356.090 965.139.748 Associação Serra D'Aire - Tempos Livres, Cultura e Desporto</p>
<p>25 abril 4^afeira</p> <p>Percurso: FONTE DO VALE & VALE DA FONTE Distância 8km Dificuldade Média Local de partida Campo de Futebol Bezerra (início da Ecolista) Bezerra Concentração 8.30h Partida 9h <i>Inscrição obrigatória</i> 910.998.844 Associação Vertigem</p>	<p>20 maio</p> <p>Percurso: ROTA À GRUTA DE ST.º ANTÓNIO Distância 8km Dificuldade Média Local de partida Escola primária Alvados Concentração 9.30h Partida 10h <i>Inscrição obrigatória</i> 963.169.427 Associação Porto de Mós Correr</p>	<p>24 junho</p> <p>Percurso: WALK TO WALK Distância 10km Dificuldade Média Local de partida Parque Almirante Vitor T. Crespo Porto de Mós Concentração 8.30h Partida 9h <i>Inscrição obrigatória</i> 914.916.212 Grupo de Caminhada Walk to Walk</p>	<p>22 julho</p> <p>Percurso: ROTA DOS OLEIROS Distância 10km Dificuldade Média Local de partida C. Cultural Recreativo D. Fuas Fonte Oleiro Concentração 8.30h Partida 9h <i>Inscrição obrigatória</i> 917.732.194 916.509.876 C. C. R. Dom Fuas</p>
<p>29 abril</p> <p>Percurso: TRILHOS DO ALECRIM Distância 10km Dificuldade Média Local de partida Grupo Rec. Desp. de Serro Ventoso Serro Ventoso Concentração 8.30h Partida 9h <i>Inscrição obrigatória</i> 963.292.319 960.499.552 Grupo Rec. Desp. de Serro Ventoso</p>	<p>27 maio</p> <p>Percurso: "O QUE NOS LIGA - 50 ANOS" Distância 10km Dificuldade Média Local de partida Parque Almirante Vitor T. Crespo Porto de Mós Concentração 8.30h Partida 9h <i>Inscrição obrigatória</i> 913.484.078 Liga Portuguesa Contra o Cancro/ Município de Porto de Mós</p>	<div style="display: flex; align-items: center; justify-content: center;"> <p style="font-size: small;">part. na nas redes sociais</p> <p>#tokandar2018</p> </div>	



MUNICÍPIO PORTO DE MÓS



+inf. 244 499 657 | desporto@municipio-portodemos.pt
www.municipio-portodemos.pt



Não esquecer:
 Calçado confortável
 Roupa confortável
 Água
 Protetor Solar
 Chapéu

RMS 4 ATUALIDADE 10 de maio de 2018

Associação integra 14 municípios de todo o país

Porto de Mós deverá integrar Associação de Cidades e Vilas Cerâmicas



Porto de Mós já não vai a tempo de fazer parte do grupo fundador mas tem interesse em vir a integrar a recém-criada Associação Portuguesa de Cidades e Vilas Cerâmicas. Esta foi, pelo menos, a ideia que ficou no ar na última sessão da Assembleia Municipal na sequência da resposta do presidente da Câmara de deputada social-democrata, Olga Silvestre, que no período Antes da Ordem do Dia não escondeu a sua surpresa por verificar que “vários concelhos aqui à volta aderiram

e Porto de Mós que é um concelho de forte ligação à cerâmica e que possui até as melhores empresas da Europa neste setor, ainda não o fez”, questionando a Câmara sobre o motivo desta ausência.

“Nós não estamos nesta associação de cidades e vilas cerâmicas porque em 2015, quando o processo foi iniciado, Porto de Mós não entrou. Não consigo saber porquê mas a verdade é que não entrou”, justificou o autarca acrescentando que, entretanto, fora contactado

pelo presidente da Câmara das Caldas da Rainha que lhe disse que “se Porto de Mós quisesse entrar no processo, não como fundador, ele próprio faria a proposta” junto dos restantes membros da associação.

Constituída formalmente no passado dia 17 de abril, em Mafra, a Associação Portuguesa de Cidades e Vilas Cerâmicas tem como sócios fundadores os municípios de Alcobaça, Aveiro, Batalha, Barcelos, Caldas da Rainha, Ílhavo, Óbidos, Redondo, Reguengos de Monsaraz,

Tondela, Torres Vedras, Viana do Alentejo, Viana do Castelo e Vila Nova de Poiares.

“A defesa, valorização e divulgação do património cultural e histórico cerâmico, bem como o intercâmbio de experiências entre os associados, nomeadamente a nível da conservação do património, o estabelecimento de parcerias entre cidades e vilas com vínculos tradicionais à cerâmica, seja do tipo produtivo, cultural ou de qualquer outro âmbito” é o principal objetivo da associação. Pretende ainda “promover a criação artística e a difusão da cerâmica tradicional e contemporânea, e incentivar as relações de cooperação e intercâmbios entre os municípios associados a nível nacional integrados ou enquanto elementos da rede europeia” que mantêm fins idênticos.

Um dos primeiros objetivos é a adesão à rede europeia de cidades e vilas cerâmicas que conta, atualmente, com mais de uma centena de membros em toda a Europa. Recorde-se, alias, que tudo começou há mais de dois anos com a visita a Portugal do coordenador do Agrupamento Europeu de Cooperação Territorial das Cidades Cerâmicas, com vista à criação a nível nacional de uma associação de cidades e vilas cerâmicas.

Depois disso, já muito foi feito num processo que culminou com a criação da ACVC.

De acordo com nota de imprensa da Câmara de Mafra, “esta é a primeira iniciativa estratégica vinda do território para preservar e promover em Portugal a tradição e a inovação cerâmica, em que o país tem um potencial imenso, uma vez que é, neste momento, o principal produtor na Europa e um dos principais exportadores para todo o mundo.

Na cerimónia de constituição participaram representantes de congéneres europeias de Itália, França, Espanha, Roménia, Alemanha, Polónia e República Checa.

Isidro Bento



Documentação

Fontes impressa e manuscrita:

Museu Municipal de Porto de Mós - Inaugurado no dia 29 de Junho de 1989 (1989), Câmara Municipal de Porto de Mós (Policopiado).

Carta Arqueológica do Concelho de Porto de Mós (2009). Câmara Municipal de Porto de Mós.

Revisão da Carta Educativa do Concelho de Porto de Mós, (2014). Câmara Municipal de Porto de Mós.

Dossiê de actividades do Museu Municipal de Porto de Mós (1989 – 2004), Museu Municipal de Porto de Mós.

Guia do Museu Municipal de Porto de Mós (1992), Câmara Municipal de Porto de Mós.

IMPLENITUS, (2011). *Memória descritiva e justificativa do Museu Municipal e Arquivo Municipal de Porto de Mós*, 2011, Câmara Municipal de Porto de Mós.

IMPLENITUS, (2015) *Projecto de Remodelação do edifício da Central Termoelétrica com polivalência de funções na área cultural, ciência e atividades criativas*, Câmara Municipal de Porto de Mós.

Livros de Actas da Câmara Municipal de Porto de Mós, Arquivo Histórico Municipal de Porto de Mós.

Proposta de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana de Porto de Mós (2015). Câmara Municipal de Porto de Mós, 2015.

Regulamento da Organização dos Serviços da Câmara Municipal de Porto de Mós, 2013, Câmara Municipal de Porto de Mós.

Cartas e Declarações Internacionais:

Carta de Atenas – Carta de Atenas para o Restauro de Monumentos históricos, *I Congresso Internacional de Arquitectos e Técnicos de Monumentos Históricos*, Atenas (1931).

Carta de Veneza – Carta Internacional sobre a Conservação e o Restauro de Monumentos e Sítios, *II Congresso Internacional de Arquitectura e Técnicos de Monumentos Históricos*, Veneza (1964).

Declaração de Caracas, *ICOM* (1992).

Declaração de Quebec: Princípios de Base de uma nova Museologia, *ICOM* (1984).

Mesa-redonda de Santiago do Chile, *ICOM* (1972).

Imprensa:

Jornal quinzenário *O Portomosense*:

Edições entre 06 de Julho de 1989 e 19 de Outubro de 2006;

Edição de 07 de Maio de 2015;
Edição de 07 de Agosto de 2015;
Edição de 01 de Março de 2018;
Edição de 10 de Maio de 2018;
Edição de 02 de Agosto de 2018;

Jornal semanário *Região de Leiria*:

Edição de 12 de Janeiro de 2018;

Legislação:

Decreto-Lei N.º 118/79, de 4 de Maio em *Diário da República*, I série - N.º 102, p. 828-830 - Criação do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros,

Aviso n.º 5181/98 (2.ª série) - AP em *Diário da República*, II Série - N.º 198, Apêndice n.º 111, de 28 de Agosto de 1998, p. 96-107 - Alteração à estrutura organizacional, regulamento e quadro de pessoal da Câmara de Porto de Mós,

Decreto-lei n.º 74/99, de 16 de Março em *Diário da República*, Série I-A – N.º 63, p. 74-99 – Aprova o Estatuto do Mecenato.

Lei n.º 47/2004, de 19 de Agosto em *Diário da República*, Série I-A – N.º 195, p. 5379 - 5394 – Aprova a Lei-quadro dos Museus Portugueses.

Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de Outubro, com as alterações introduzidas Pela Lei n.º 32/2012, de 14 de Agosto – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana.

Decreto-Lei n.º 309/2009, de 23 de Outubro em *Diário da República*, I Série - N.º 206, p. 7975 – 7987 – Estabelece o Procedimento de classificação dos bens imóveis de interesse cultural, bem como o regime jurídico das zonas de protecção e do plano de pormenor de salvaguarda.

Resolução da Assembleia da República n.º 20/2014, de 11 de Março, em *Diário da República*, I série — N.º 49, p. 1829 - Recomenda ao Governo medidas de protecção e valorização da Praia Jurássica de São Bento, em Porto de Mós.

Despacho n.º 5908/2017, de 05 de Julho, em *Diário da República*, II série - N.º 128, p. 13881-13890 - Autoriza, em regime de experiência pedagógica, a implementação do projeto de autonomia e flexibilidade curricular dos ensinos básico e secundário, no ano escolar de 2017-2018.

Artigos e monografias:

Alves, António José da Silva, (2005), *Das mãos à máquina: historiografia de uma empresa familiar – Da transformação de uma olaria tradicional numa indústria de cerâmica utilitária e decorativa*, Dissertação de Mestrado em Família e Sistemas Sociais, Instituto Superior Miguel Torga de Coimbra.

Avelãs Nunes, João Paulo (2015). Museologias e nova museologia. Os exemplos dos Museus das Santas Casas da Misericórdia, Acessível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/46215/1/Museologias%20e%20nova%20museologia.pdf> [consultado em Agosto de 2018].

Avelãs Nunes, João Paulo (2016). Património cultural, museus e desenvolvimento: conceitos teóricos, políticas públicas e “sociedade civil”, em TEIXEIRA, Sidélia S. (org), *Patrimônio e museus na contemporaneidade*, Salvador, EDUFBA, p. 27–52. Acessível em: https://www.academia.edu/30579909/Patrim%C3%B3nio_cultural_museus_e_desenvolvimento_conceitos_te%C3%B3ricos_pol%C3%ADticas_p%C3%BAblicas_e_sociedade_civil_TEIXEIRA_Sid%C3%A9lia_S._org._Patrim%C3%B4nio_e_museus_na_contemporaneidade_Salvador_EDUFBA_2016_p._27-52 [consultado em Fevereiro de 2017].

Avelãs Nunes, João Paulo (2017). História e historiografia, património cultural e museologia, lazer e turismo culturais: uma abordagem deontológico-epistemológica e teórico-metodológica em *Revista Teoria da História Volume 17, n.º 1, Julho*, Universidade Federal de Goiás, p. 162-182. Acessível em: <https://eg.uc.pt/bitstream/10316/46357/1/Historia%20e%20historiografia.pdf> [consultado em Agosto de 2018].

Barradas, Alexandra Alves (2006). *Ourém e Porto de Mós. A obra mecenática de D. Afonso, 4.º conde de Ourém*, Coleção Estudos- Instituto de História da Arte da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, Edições Colibri.

Barranha, Helena (2006). Arquitectura de museus e iconografia urbana: concretizar um programa/construir uma imagem, em *Museus, Discursos e Representações*, Edições Afrontamento, 2006.

Belcher, Michael (1997). *Organización y diseño de exposiciones – Su relación com el museo*, Ediciones Trea, S. L..

Brandão, José Manuel (2007), Caminho de Ferro Mineiro do Lena: desígnio de progresso industrial e social, em *Património geológico, arqueológico e mineiro em regiões cársicas*, Actas do Simpósio Ibero-americano, SEDPGYM, Batalha, p. 193 – 203.

Brandão, José Manuel (2009). Grutas turísticas: património, emoção e sustentabilidade, em *Geonovas* n.º 22, Associação Portuguesa de Geólogos, p. 35 - 43.

Brandão, José Manuel, e Nunes, Maria F. (2014). Couto Mineiro do Lena: uma história de estratégia empresarial (1925 1956), *Revista Portuguesa de História*, 45, Coimbra, 159–182. Acessível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/35366/1/RPH45_artigo9.pdf [consultado em Fevereiro de 2017].

Brandão, José Manuel, e Sousa, F. (2015a). Carvão da Bezerra (Porto de Mós): “apropriado na condução do fôgo nas locomotivas”, em *Memórias do Carvão*, Câmara Municipal da Batalha e Câmara Municipal de Porto de Mós, p. 195 - 203.

Brandão, José Manuel, e Sousa, F. (2015b). Sem água não há eletricidade! O caso da Central Lena em Porto de Mós, em *Cadernos de Estudos Leirienses*, n.º 6, Leiria, Carlos Fernandes, p. 29 - 42.

Brandão, José Manuel (2016). *História e Memória da Central Elétrica de Porto de Mós*, Câmara Municipal de Porto de Mós.

Brito, Joaquim Pais (2000), El museo, muchas cosas, *Museos y museologia en Portugal: una ruta ibérica para el futuro*, Revista de Museografía (Fevereiro), 31 – 41, Madrid, Asociación Española de Museólogos.

Caetano, Lucília (coord.) (2003), *Território, do global ao local e trajetórias de desenvolvimento*, Coimbra, Centro de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Carvalho, Ana (2013). O Fascínio do Património e dos Museus: entrevista com Hugues de Varine, em *Cadernos de Sociomuseologia* n.º 5, 2015, p. 145 - 165. Acessível em: <http://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/523> [consultado em Janeiro de 2018].

Carvalho, J., Midões, C., Machado, S., Sampaio, J. e Vitor, A. (2011). *Maciço Calcário Estremenho, Caracterização da Situação de Referência*, Relatório interno, LNEG.

Carvalho, Paulo (2012), Património e museus em contexto rural: dos lugares de memória aos territórios do lazer e do turismo, em *Revista Biblos, volume 10*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra, p. 293 – 316, Acessível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/32304/1/BiblosX_artigo12.pdf?ln=pt-pt, [consultado em 16 de Janeiro de 2018].

Choay, Françoise (2000). *A alegoria do património*, Lisboa, Edições 70.

Choay, Françoise (2005), *Património e mundialização*, Évora, Casa do Sul Edições.

Constância, João Paulo Medeiros (1993). A Evolução de conceitos entre as Declarações de Santiago e de Caracas, em *Cadernos de Sociomuseologia*, Vol. 1. Acessível em: file:///C:/Users/Fernanda/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/477-1-1644-1-10-20090624.pdf, [consultado em Março de 2018].

Cortez, Bernardo Russell, (1993), *Património cultural - Arte do povo para o povo – Museus de hoje e do futuro (sugestões)*, Separata de Actas do Colóquio sobre Artesanato (Coimbra, 8 a 11 de Novembro de 1979), Serviços Municipais de Cultura e Turismo de Coimbra e Instituto Português do Património Cultural.

Custódio, Jorge, (2015), Património industrial: conceitos de hoje, valores de futuro, *Revista Património n.º 3*, 82 – 94.

DIAS, Francisco (coord.) (2009), *O futuro do turismo. Território, património, planeamento*, Porto, Estratégias Criativas, APTUR.

Duarte, Alice (2013). Nova Museologia: os pontapés de saída de uma abordagem ainda inovadora, em *Revista eletrónica de Pós-Graduação em Museologia e Património – PPG-PMUS Unirio, MAST, vol. 6, n.1, p. 99 – 117*. Acessível em <http://revistamuseologiaepatrimonio.mast.br/index.php/ppgpmus/article/viewFile/248/239>, [consultado em Janeiro de 2018].

Faria, Margarida Lima (2003), A função social dos museus, em Domingues, Álvaro *et all*, *A cultura em acção: impactos sociais e território*, Porto, Edições Afrontamento.

Fernandes, João Luís Jesus (2004). *Território, desenvolvimento e áreas protegidas – A Rede Nacional de Áreas Protegidas e o caso do Parque Natural das Serras de Aire e Candeeiros*, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Fernandez, Luis Alonso (1999). *Museología y museografía*, Barcelona, Ediciones del Serbal.

Fernandez, Luis Alonso (2001). *Introducción a la nueva museologia*, Madrid, Alianza Editorial.

Figueiredo, Jorge (2015). O Couto Mineiro do Lena – a base de um museu das indústrias e da comunidade, em *Memórias do Carvão*, Câmara Municipal da Batalha e Câmara Municipal de Porto de Mós, p. 133 - 150.

Filipe, Graça (coord.) (1998), *Museologia e autarquias – experiências, perspectivas. Actas do VII Encontro Nacional de Museologia e autarquias*, Seixal, Câmara Municipal do Seixal.

Filipe, Graça, e Varine, Hugues de (2015). Que futuro para os ecomuseus? em *Revista Al Madan*, n.º 19, II série, p. 21 a 36. Acessível em: file:///C:/Users/Fernanda/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrosoftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/dadospdf.com_que-futuro-para-os-ecomuseus-.pdf [consultado em Março de 2018].

Frazão, Serra (1982). *Porto de Mós, Breve Monografia*, Câmara Municipal de Porto de Mós.

Freitas, Duarte Manuel (2016). *Museu Machado de Castro: Memorial de um Complexo Arquitetónico enquanto Espaço Museológico (1911 – 1965)*, Caleidoscópio.

Furriel, Francisco Jorge (1999a). *Da Pré-história à actualidade – Monografia de Porto de Mós*, Vol. I, Câmara Municipal de Porto de Mós.

Furriel, Francisco Jorge (1999b). *Da Pré-história à actualidade – Monografia de Porto de Mós*, Vol. II, Câmara Municipal de Porto de Mós.

Furriel, Francisco Jorge (2003). *Da Pré-história à actualidade – Monografia de Porto de Mós*, Vol. III, Câmara Municipal de Porto de Mós.

Gameiro, Saúl A. Roque (2012). *Parque Natural Serras de Aire e Candeeiros: a paisagem cársica*, Torres Novas, Gráfica Almondina.

Gil, Luís Serrão (2011). *O Castelo de Porto de Mós: da arqueologia à arquitectura, uma visão de complementaridade – O castelo do século XII ao século XV*, Dissertação de Mestrado em Arqueologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Gomes, Saul António (2015). Porto de Mós e os seus forais, em *Forais de Porto de Mós*, Câmara Municipal de Porto de Mós, p. 63 – 99.

Gomes, Saul António (2007). *A Batalha Real: 14 de Agosto de 1385*, Fundação Batalha de Aljubarrota.

Gomes, Saúl António (2005). *Porto de Mós – Colectânea Histórica e Documental (Séculos XII a XIX)*, Edição Comemorativa dos 700 Anos da Concessão do Foral de 1305, Município de Porto de Mós.

Gonçalves, Alexandra Rodrigues (2007). Museus, Turismo e Território: como podem os equipamentos culturais tornar-se importantes atracções turísticas regionais?, em *Congresso Internacional Turismo da Região de Leiria e Oeste*, Peniche, p. 1 – 33.

Guillaume, Marc (2003). *A Política do Património*, Porto, Campo das Letras.

Guilherme, Jorge Miguel Henriques Luís (2004). *A avaliação das potencialidades minerais da bacia Juncal – Cós e impacte ambiental das explorações*, Dissertação de Mestrado em Minerais e Rochas Industriais, Departamento de Geociências da Universidade de Aveiro.

Guimarães, Carlos (2004). *Arquitectura e museus em Portugal – entre a reinterpretação e obra nova*, FAUP.

Henriques, António Manuel Esteves (2009). *Manual da Calçada Portuguesa*, Direcção Geral de Energia e Geologia.

Hernández, Francisca Hernández (1998). *Manual de Museología*, Madrid, Editorial Síntesis.

Instituto Português de Museus (2000). *Inquérito aos Museus em Portugal*.

Jacinto, Rui, e Cabero, Valentín (2014), Paisagens, patrimónios e turismo cultural, em Jacinto, Rui, (Coord.), *Paisagem, patrimónios, turismos*, Colecção Iberografias, volume 28, Guarda, Centro de Estudos Ibéricos, Âncora Editora, 7 – 18.

Maduro, António Valério (2015). Património da Água nas comunidades da Serra dos Candeeiros, em *O Ideário Patrimonial*, n.º 5. Acessível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/45238/1/O%20Património%20da%20água%20nas%20comunidades%20da%20Serra%20dos%20Candeeiros.pdf> , [Consultado em Junho de 2018].

Martins, Alfredo Fernandes (1949). *Maciço Calcário Estremenho: contribuição para um estudo de geografia física*, Coimbra.

Martins, Maria Filomena Silva (1997). *Azulejos do Juncal - Contributos para a história do azulejo em Portugal*, Editorial Diferença, Leiria.

Martins, Maria Filomena Silva (Coord.) (2012). *Juncal: 450 anos de Freguesia*, Junta de Freguesia do Juncal.

Martins, Guilherme de Oliveira (2014). Património Cultural ao serviço da sociedade, *Revista Património n.º 2*, 160 – 163.

Matos, António Perestrelo (2000). Museos municipales y colecciones etnográficas, *Museos y museologia en Portugal: una ruta ibérica para el futuro*, *Revista de Museografía* (Fevereiro), 63 – 69, Madrid, Asociación Española de Museólogos.

Matos, Alfredo (2015). *Alqueidão da Serra: História e Lenda, Tradições, Usos e Costumes*, Fernando da Silva Matos de Morais Sarmiento.

Matos, Gonçalo Conceição (2016). *As Minas Barrojeiras das Alcanadas: um estudo para a sua valorização patrimonial*, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em Arquitectura, apresentada à Universidade de Évora.

Matos, Gonçalo Conceição (2018). *Minas das Barrojeiras: do designio ao resgate*, Câmara Municipal da Batalha.

Mendes, Dinis, Jorge, Pais, João e Friis (2011). Early cretaceous flora from Vale Painho (Lusitanian basin, Western Portugal): An integrated palynological and mesofossil study em *Palaeobotany and Palynology* 166, p. 152 – 162.

Mendes, José Amado (2013). *Estudos do Património: Museus e Educação*, Coimbra.

Menezes, Luís (1993). A evolução de contextos entre as Declarações de Santiago do Chile e de Caracas – Texto 1, em *Cadernos de Sociomuseologia*, Vol. 1, p. 99-107.

Mocho, Royo-Torres, Malafaia, Elizabete, Narváez e Ortega (2016). New data on Late Jurassic sauropods of central and northern sectors of the Bombarral Sub-basin (Lusitanian Basin, Portugal) em *Historical Biology*.

Nolasco, Maria da Luz (Coord.) (2000). *Museos y museologia en Portugal: una ruta ibérica para el futuro*, Madrid, Asociación Española de Museólogos.

Peixoto, Paulo (2012). *Os meios rurais e a descoberta do património*, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra. Acessível em: <http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/175.pdf> [consultado em Fevereiro de 2017].

Peralta Elsa Peralta (2000). Património e identidade. Os desafios do turismo cultural, *Revista Antropológicas*, n.º 4, 217 – 224. Acessível em: <http://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/viewFile/932/734> [Consultado em Dezembro de 2017].

Pereira, Bruno, Machado, S., Carvalho J.M.F., Mergulhão, L., Pereira, P., Duarte, M. e Ancleto, J. (2014). *Equinodermes do Cabeço da Ladeira: um caso de preservação do património geológico*, Comunicações Geológicas (101), Especial III, LNEG – Laboratório Nacional de Energia e Geologia I.P., p. 1330 – 1343, Acessível em: http://www.lneg.pt/download/9768/53_2990_ART_CG14_ESPECIAL_III.pdf [Consultado em Junho de 2018].

Pereira, Fernando Faria (2007). *Paredes de pedra do Maciço Calcário Estremenho, sua importância para a conservação da natureza*, 13.º Congresso Nacional da APDR, 1.º Congresso de Gestão e Conservação da Natureza, Funchal, p. 1 – 29.

Pereira, Fernando Faria (2009). *Serras de Aire e Candeeiros – A paisagem da Pedra*, Torres Novas, Município de Torres Novas.

Pérez-García, Adán, Brandão, José M., Callapez, Pedro, Machado, L. Malafaia, Ortega, F. e Santos, V. F., (2017). The oldest turtle from Portugal corresponding to the only pre-Kimmeridgian plesiochelyid (basal Eucryptodira) recognized at the generic level em *Historical Biology*.

Pérez, Xerardo Pereiro (2013). *Turismo Cultural. Uma visão antropológica*, Série “Cadernos de Turismo 2”, Edições ISMAI – Centro de Publicações do Instituto Superior da Maia; CEDTUR – Centro de Estudos e Desenvolvimento Turístico.

Pessoa, Fernando Santos (2001a). *Reflexões sobre Ecomuseologia*, Coleção Viver é preciso 20, Edições Afrontamento.

Pessoa, Fernando Santos (2001b). *Museologia de Interpretação da paisagem – O Ecomuseu dos Biscoitos, da Ilha Terceira*, Acessível em: <https://ecomuseus.wordpress.com/processos-de-gestao-museologica-participada/bibliografia-sobre-ecomuseus-e-museologia-social/museologia-de-interpretacao-da-paisagem/>. [Consultado em Abril de 2018].

Porto de Mós, Câmara Municipal (1966). *Quarenta anos de actividade municipal a bem com concelho de Porto de Mós: 1926 – 1966*, Câmara Municipal de Porto de Mós.

Porto de Mós, Câmara Municipal (2012). *Voz às memórias: Desastre da Escola Primária de Porto de Mós, 8 de Dezembro de 1936*, Câmara Municipal de Porto de Mós.

Porto de Mós, Câmara Municipal (2017). *Porto de Mós: Território com Alma*, Câmara Municipal de Porto de Mós.

Primo, Judite (2008). Museus locais e ecomuseologia – Estudos do projecto para o ecomuseu da Murtosa, em *Cadernos de Sociomuseologia*, Vol. 30, p.

Ramos, Luciano Justo (1971). *Castelo de Porto de Mós, Estudo Histórico*, Edição Monografias da Comissão Regional de Turismo de Leiria.

Ribeiro, Daniela Pereira Alves (2014). Valorização do legado mineiro. As minas do Pejão, em Jacinto, Rui, e Diéguez Cabero, *Paisagem, patrimónios, turismos*, Colecção Iberografias, volume 28, Guarda, Centro de Estudos Ibéricos, Âncora Editora, 85 – 93.

Rico, Juan Carlos (2002). *Por qué no vienen a los museos? História de un fracasso*, Madrid, Silex.

Rocha-Trindade, Maria Beatriz (coord.) - (1993)., *Iniciação à Museologia*, Universidade Aberta.

Rodrigues, David Simões (2009). *Calvaria - A Terra e o Povo*, edição do autor.

Rodrigues, Maria Luísa (Coord.) (2007). *Glossário Ilustrado de Termos Cársicos*, Colibri.

Rosas, Fernando (1994). Estado Novo e desenvolvimento económico (anos 30 e 40): uma industrialização sem reforma agrária, em Revista *Análise Social*, vol. XXIX (128), 1994 (4.º), 871-887. Acessível em: <http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223377862S2yDZ6ad3Zv90JB8.pdf> [Consultado em Maio de 2018].

Sampaio, Jorge Pereira de (2017). *Colecção Pereira de Sampaio. Faiança da Real Fábrica do Juncal (1770 – 1876)*, Edição do autor.

Santacana, Joan, Molina, Nayra L. (2008). *Museo local: la cenicienta de la cultura*, Ediciones Trea, S. L., Gijón.

Santos, Eloísa Pérez (2000). *Estudio de visitantes en museos: metodologia y aplicaciones*, Ediciones Trea, S. L., 2000.

Serrão, Joaquim Veríssimo (2003). *Porto de Mós*, Câmara Municipal de Porto de Mós.

Silva, Herlander Eleutério da (2007). *O Couto Mineiro do Lena – histórias e memórias*, colecção Estremadura, espaços e memórias, CEPAE – Centro do Património da Estremadura.

Silva, Tiago João Queimada (2012). Os feitos de D. Fuas na Crónica de 1419, em *Revista Portuguesa de História*, Tomo XLIII, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra – Instituto de História Económica e Social, p. 91 – 104. Acessível em: https://digitalis-dsp.uc.pt/bitstream/10316.2/28048/3/RPH43_artigo3.pdf?ln=pt-pt [consultado em Maio de 2018].

Soares, Kevin Carreira (2015). Porto de Mós: património histórico e cultural. Marcas efémeras de uma presença significativa, em *Forais de Porto de Mós*, Câmara Municipal de Porto de Mós, p. 53 – 61.

Soares, Kevin, e Cabral, Beatriz Rodrigues (2017). *O Bom Jesus de Porto de Mós: Convento dos Agostinhos Descalços, 1673 – 1834*, Colecção Tempos e Vidas 44, Fábrica da Igreja Paroquial de São Pedro de Porto de Mós.

Sousa, Fernanda Maria Reis de (2015). Registo de minas do concelho de Porto de Mós: a memória em suporte papel, em *Memórias do Carvão*, Câmara Municipal da Batalha e Câmara Municipal de Porto de Mós, p. 51 – 72.

Sousa, Fernanda Maria Reis de (2017a). A arte cerâmica de Romeu Augusto, de Porto de Mós, entre as décadas de 60 e 80 do século XX, em *Cadernos de Estudos Leirienses*, n.º 14, Leiria, p. 281 - 299.

Sousa, Fernanda Maria Reis de (2017b). *Há espaços que nascem museus e museus que nascem nos espaços: o diálogo entre a arquitectura e a museologia no novo Museu de Porto de Mós*, Trabalho de Seminário na disciplina de Teoria e História do Património desenvolvido no âmbito do Mestrado em Património Cultural e Museologia, opção Museologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Policopiado).

Sousa, Fernanda Maria Reis de (2017c). *O “legado industrial” de João Monteiro Conceição no concelho de Porto de Mós: estratégias de preservação e musealização*, Trabalho de Seminário na disciplina de Cultura Material e Museologia, desenvolvido no âmbito do Mestrado em Património Cultural e Museologia, opção Museologia, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra (Policopiado).

Tavares, António (2014), *Património Cultural: gestão e programação à escala municipal. Uma proposta para o Município de Mangualde, contributo para o desenvolvimento local*, Arqueohoje, Lda.

Teixeira, António José de Meneses (2006). *Contribuição para uma etnografia da água na zona serrana do concelho de Porto de Mós (Contribuição para uma etno-geologia da água)*, Dissertação apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, para obtenção do grau de Mestre em Estudos Portugueses – Culturas Regionais Portuguesas, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Departamento de Estudos Portuguesas, da Universidade Nova de Lisboa.

Teixeira, António José de Meneses (coord.) (2009). *História de Porto de Mós em banda desenhada*, Rui Guedes.

Teixeira, António José Meneses (2015). Porto de Mós: espaço geográfico, natural e arqueológico, em *Forais de Porto de Mós*, Câmara Municipal de Porto de Mós, p. 17 – 51.

Torres, Jorge Morais (2012). Rede de Museus do Sabugal. Memória, história e identidade de um concelho raiano, Dissertação para obtenção do grau de Mestre em História, especialização em Museologia, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Acessível em: https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/20488/1/JorgeTorres_Rede_Museus_Sabugal.pdf, [consultado em Janeiro de 2018].

Varine, Hugues de (2007). Reflexões sobre um Museu do Território, Acessível em: <http://www.museudodouro.pt/tpls/mu/files/encontros/pdf/hugues.pdf>, consultado em Agosto de 2018].

Vergo, Peter (1989). *The new museology*, London, Reaktion Books.

Vieira, Armindo da Silva (2007). *Pequena Monografia das Pedreiras: contributos para uma história*, Relgráfica – Artes Gráficas, Lda.

Vieira, Armindo (2015). Lembrando Francisco Furriel – um homem multifacetado, em *Cadernos de Estudos Leirienses*, n.º 6, Leiria, p. 113-124.

Índice de anexos

Anexo 1- Brochura distribuída no dia da inauguração do Museu Municipal de Porto de Mós, 29 de Junho de 1989.	141
Anexo 2 - Exemplos de catálogos elaborados no âmbito das exposições temporárias, realizadas no Museu Municipal de Porto de Mós.	142
Anexo 3 - Guia do Museu Municipal de Porto de Mós.	143
Anexo 4 - Delimitação da Área de Reabilitação Urbana da vila de Porto de Mós.	144
Anexo 5 - Planta do Piso Térreo (Proposto), 2015.	145
Anexo 6 - Planta do Piso +1 (Proposto), 2015.	146
Anexo 7 - Planta do Piso +2 (Proposto), 2015.	147
Anexo 8 - Artigo “Passadiços são hipótese para ajudar na proteção da Fórnea” em <i>Jornal Região de Leiria</i> , edição de 12 de Janeiro de 2018.	148
Anexo 9 - Cartaz da iniciativa <i>Tok’andar Circuito de Caminhadas 2018</i> .	149
Anexo 10 - Artigo “Porto de Mós deverá integrar Associação de Cidades e Vilas Cerâmicas”, em <i>Jornal O Portomosense</i> , edição de 10 de Maio de 2018, p. 4.	150
Anexo 11 - Artigo “Calçada Portuguesa candidata a Património da Humanidade”, em <i>Jornal O Portomosense</i> , edição de 1 de Março de 2018, p. 2.	151

Índice de quadros

Quadro 1 - Parâmetros da Nova Museologia.	22
Quadro 2 - Museu “clássico” em contraponto com a Nova Museologia.	26
Quadro 3 - Variação da população residente por decénio, por freguesia.	48
Quadro 4 - Matriz SWOT do Museu de Território de Porto de Mós.	87

Índice de ilustrações

Fig. 1 - Enquadramento nacional do concelho de Porto de Mós.	37
Fig. 2 - Território do concelho de Porto de Mós. Acessibilidades viárias.	38
Fig. 3 - Divisão administrativa do concelho de Porto de Mós, por freguesia.	39
Fig. 4 - Mapa do concelho inserido no Maciço Calcário Estremenho.	39
Fig. 5 – “D. Fuas”: escultura em ferro, 2016.	43
Fig. 6 – “Às Armas”: escultura em ferro, 2014.	44
Fig. 7 - Evolução da população residente no concelho de Porto de Mós (1864 – 2011).	47
Fig. 8 - Densidade populacional (2011) – Concelho de Porto de Mós.	49
Fig. 9 - Estrutura etária da população, por freguesia (2011).	50
Fig. 10 - Evolução da taxa de natalidade e da taxa de mortalidade no concelho de Porto de Mós, 2001-2012.	51
Fig. 11 - Flutuação do número de residentes no concelho de Porto de Mós, por actividade, no ano de 1930.	53
Fig. 12 – Museu Municipal de Porto de Mós, fachada.	60
Fig. 13 – Planta do Museu Municipal de Porto de Mós.	61
Fig. 14 – Museu Municipal de Porto de Mós, colecção de Etnografia.	62

Fig. 15 - Museu Municipal de Porto de Mós, colecção de Arqueologia, Geologia e Paleontologia.	62
Fig. 16 – Museu Municipal de Porto de Mós, área destinada a exposições temporária, ocupada com acervo.	63
Fig. 17 – Museu Municipal de Porto de Mós, adaptação da área de exposição temporária a espaço de higienização e restauro.	63
Fig. 18 – Museu Municipal de Porto de Mós. Vista interior: visíveis problemas de excesso de luminosidade e humidade.	64
Fig. 19 – Museu Municipal de Porto de Mós (Geologia). Pormenores das vitrinas com excesso de peças.	67
Fig. 20 - Exposições realizadas por tema (1989-2005).	68
Fig. 21 - N.º de visitantes do Museu Municipal de Porto de Mós (1989 e 2017).	70
Fig. 22 – Central Lena, pormenor de um dos grupos de geradores (ca 1932).	72
Fig. 23 – Edifício da Central Lena, fachada.	73
Fig. 24 – Central Lena, intervenção.	74
Fig. 25 – Torre de Refrigeração da Central termoelétrica de Porto de Mós.	75
Fig. 26 – Tegão de descarga do carvão.	76
Fig. 27 – Boca da Mina da Bezerra (Galeria de São Pedro).	97
Fig. 28 – Ecopista, antiga linha de caminho-de-ferro da EML.	98
Fig. 29 – Ecopista, painéis interpretativos.	99
Fig. 30 – Ruínas do antigo moinho de água e lagar de azeite, Porto de Mós.	100
Fig. 31 – Moinho do Pego dos Frades, Porto de Mós.	101
Fig. 32 – Fórnea e muros de pedra seca, de delimitação da propriedade.	102
Fig. 33 – Grutas de Mira de Aire.	103
Fig. 34 - Grutas de Alvados.	104
Fig. 35 – Mapa dos Percursos Pedestres, no concelho de Porto de Mós.	105

Fig. 36 – Praia Jurássica, São Bento, Porto de Mós.	107
Fig. 37 - Cabouqueiro a “talhar” a pedra calcária preta de calçada, Alqueidão da Serra.	109
Fig. 38 – Exemplo de trabalho em calçada portuguesa, Praça da República, Porto de Mós.	109
Fig. 39 – Castelo de Porto de Mós.	110
Fig. 40 – Senhor Silvério Santos, oleiro, Moitalina, Pedreiras.	112
Fig. 41 – Vista geral sobre os lugares de Moitalina, Cruz da Légua e Tremoceira, freguesia de Pedreiras e Juncal. Visível o elevado número de chaminés de indústrias de cerâmica de barro vermelho.	113
Fig. 42 – Muros de pedra seca, São Bento.	114
Fig. 43 – Casina, São Bento.	115
Fig. 44 – Choisos, São Bento.	115
Fig. 45 – Paisagem serrana, São Bento.	116
Fig. 46 – Pia natural, São Bento.	116
Fig. 47 – Troço da estrada romana, Alqueidão da Serra.	117
Fig. 48 – Brasão Municipal.	118
Fig. 49 – Moinho de vento, Alqueidão da Serra.	118
Fig. 50 – Moinho de vento de São Miguel, Porto de Mós.	119
Fig. 51 – Contraponto: tradição e modernidade.	119
Fig. 52 – Telhados d’Água, Serro Ventoso.	120
Fig. 53 – Telhados d’Água, Mendiga.	121
Fig. 54 – CISAC – Centro de Interpretação das Serras de Aire e Candeeiros, Porto de Mós.	123
Fig. 55 – CIBA – Centro de Interpretação da Batalha de Aljubarrota, São Jorge, Calvaria de Cima.	124
Fig. 56 – Capela de São Jorge, séc. XIV, Calvaria de Cima.	125